

Organização:

Pedro Abib Hecktheuer
Edney Costa Souza
Fábio Abib Hecktheuer
Carla Manuela Franco dos Santos
Débora de Oliveira Silva

VIJORNADA

acadêmica

INTEGRADA

IV Mostra de

pesquisa e

▶▶▶ extensão.

2025.1

CADERNO DE RESUMOS



Porto Velho - RO
2025



FACULDADE
CATÓLICA
DE RONDÔNIA

COORDENAÇÃO
DE PESQUISA E
EXTENSÃO

Reitora

Marcia Abib Hecktheuer

Vice-Reitor e Diretor Administrativo

Pedro Abib Hecktheuer

Diretor Acadêmico

Edney Costa Souza

Coordenador de Pesquisa e Extensão

Edney Costa Souza

Organizadores

Pedro Abib Hecktheuer

Edney Costa Souza

Fábio Abib Hecktheuer

Carla Manuela Franco dos Santos

Débora de Oliveira Silva

Comitê Editorial

Presidente

Fabio Rychcki Hecktheuer

Diretor Executivo

Fábio Abib Hecktheuer

Membros

Wesley Cristian Mêrces Teixeira

Representante do Curso de Filosofia

Zeno Germano de Souza Neto

Representante do Curso de Psicologia

Carolina Simões Correia

Representante do Curso de Direito

Wesley Cristian Mêrces Teixeira

Representante do Curso de Teologia

José Nilton Leite de Oliveira

Representante do Curso de Administração

Roxane Dias da Silva

Representante dos Cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição

Paulo Márcio Cruz – Convidado Externo (PPGCJ/UNIVALI)

Denise Schmitt Siqueira Garcia – Convidada Externa (PPGCJ/UNIVALI)

Alfredo Alejandro Gugliano – Convidado Externo (PPGCPol/UFRGS)

Expediente

Revisão

Adriana Fernandes

Diagramação e Revisão

Débora de Oliveira Silva

Projeto Gráfico

Alessandra Modkovski Leigue e Natália Oliveira Bicca

Créditos

Este e-book foi possível por conta da articulação acadêmica para propagação do conhecimento científico entre os Cursos de Graduação em Administração, Direito, Enfermagem, Filosofia, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Teologia da Faculdade Católica de Rondônia.

Projeto de Fomento

Obra resultado do fomento à pesquisa previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Católica de Rondônia, por meio da Jornada Acadêmica Integrada, cujos custos são absorvidos pela IES, para a propagação do conhecimento científico de discentes, docentes e da comunidade científica regional.

Endereço

Av. Governador Jorge Teixeira, 4100 - Costa e Silva - CEP: 76803-594, Porto Velho – RO – Brasil – EdUCAR, Telefone: (69) 3211-4505

Bibliotecária responsável: Julia Cristina A. Meinhardt Queiroz CRB11ª 1027

J82 VI Jornada Acadêmica Integrada & IV Mostra de Pesquisa e Extensão
2025.1: Caderno de Resumos. -- Porto Velho
– RO: EDUCAR, 2025.

ISBN 978-65-86431-42-1

I.Hecktheuer, Pedro Abib. II.Souza, Edney Costa. III.Hecktheuer,
Fábio Abib. IV. SANTOS, Carla Manuela Franco dos.
V. Silva, Débora de Oliveira. VI. Título.

CDD: 370

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Católica de Rondônia – FCR tem a satisfação de apresentar o Caderno de Resumos da VI Jornada Acadêmica Integrada (JAI) e da IV Mostra de Pesquisa e Extensão. Este e-book reúne os resultados de pesquisas, projetos e vivências acadêmicas realizadas por nossos alunos e professores, reafirmando o compromisso institucional com a promoção da ciência, o incentivo à produção de conhecimento e a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

A Jornada Acadêmica, já consolidada no calendário institucional, configura-se como um espaço de troca de saberes, incentivo à investigação científica e de fortalecimento da articulação entre conhecimento acadêmico e demandas sociais. Com a participação de estudantes e docentes dos cursos presenciais, da Educação a Distância (EaD), bem como de programas de pós-graduação Stricto e Lato Sensu, o evento promove o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, abrangendo temáticas que refletem as realidades locais, regionais e nacionais.

As apresentações, realizadas nos formatos de comunicação oral e exposição de banners, permitiram o compartilhamento de experiências, vivências práticas e reflexões críticas, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a construção de uma cultura acadêmica pautada na responsabilidade social e no compromisso com o desenvolvimento humano.

A Jornada Acadêmica Integrada 2025.1 integrou o II Congresso Políticas Públicas e Projetos para Amazônia, promovendo reflexões sobre o saber acadêmico diante dos desafios da região amazônica. O evento destacou propostas inovadoras, sustentáveis e transformadoras, fortalecendo o compromisso da FCR com o desenvolvimento regional. O Congresso tornou-se um espaço de diálogo científico e intercâmbio entre instituições, saberes e territórios. Com foco na gestão de projetos, políticas públicas e sustentabilidade, discutiu o papel do Estado e da sociedade civil no enfrentamento dos desafios amazônicos. A iniciativa reforça a missão institucional de articular ensino, pesquisa e extensão com responsabilidade social.

Este caderno é, portanto, a materialização do esforço coletivo da comunidade acadêmica da FCR em produzir conhecimento relevante, ético e transformador. Que esta leitura inspire novas ideias, pesquisas e ações que fortaleçam o papel da educação superior na construção de uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com o bem comum.

Prof. Dr. Edney Costa Souza

Diretoria Acadêmica

Faculdade Católica de Rondônia – FCR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE PSICOLÓGICA NO TRABALHO.....	16
Gisele Bezerra França.....	16
Heloísa Ohana Menezes Fontinele.....	16
Isabela Dutra Fonseca.....	16
Maria Eduarda Lima de Freitas.....	16
Maria Luísa Oliveira Figueiredo.....	16
Wigna Kalene Venancio de Lima.....	16
Edney Costa Souza.....	16
BLOCKCHAIN E SMART CONTRACTS: ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS DE DIREITO PARA OS DESAFIOS DA ERA DIGITAL.....	18
Diógenes Pereira Machado.....	18
Eduarda de Souza Mazzo.....	18
Rebecca Politis Ribeiro.....	18
Kayllani Mezabarba Ferreira.....	18
Edson Antônio Sousa Pontes Pinto.....	18
CUIDAR É AMAR: AÇÃO SOLIDÁRIA COM PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA..	20
Eduardo Luck Teixeira Guterres.....	20
Josiane dos Santos Veiga.....	20
Lílian Cristina de Alencar Diniz Mello.....	20
Mônica Miquelini Xavier.....	20
Paula Beatriz Candido Duarte.....	20
Samira Duarte Reis.....	20
Sashe Iure Teles Calado Luz.....	20
Carolina Simões Correia.....	20
DIREITO AO ATERRO SANITÁRIO: ANÁLISE À APLICAÇÃO EM PORTO VELHO.....	22
Dhuan Gabriel Souza Vieira.....	22
José Alberto de Paula Machado.....	22
DIREITO DE SER: DIREITOS E GARANTIAS DA PESSOA TRANS.....	24
Lucas Oliveira Basques de Almeida.....	24
Maria Clara Caminski Raposo.....	24
Maria Isabella Camurça Pereira.....	24
Sofia Lorena Maia da Silva.....	24
Vito Oliveira Mazzola.....	24
Carolina Simões Correia.....	24
FRAUDES DIGITAIS E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR.....	26
Matheus Medeiros Cardoso Viana.....	26
Marli Fabiana da Silva.....	26
Gislaine Debora Rozo.....	26

Andrew Machado Alves.....	26
Natascha Mirela Nascimento dos Santos.....	26
Edson Antônio Sousa Pontes Pinto.....	26
MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NO COMBATE ÀS QUEIMADAS.....	28
Fernanda Figueiredo Cardoso de Oliveira.....	28
Gueller Rodrigues Pullig.....	28
João Neto Costa Kechner.....	28
Leila Pinto Tavares.....	28
Nagib Badra Almeida.....	28
Orlando Lohan Moraes Pereira.....	28
Samara Vitória Queiroz Baldissera.....	28
Sofia Ardaia Mesquita.....	28
José Alberto Oliveira de Paula Machado.....	28
NÚCLEO DE SAÚDE E JUSTIÇA: COOPERAÇÃO EM DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.....	30
Lana Biatriz Vilas Boas.....	30
Vera Lucia Pereira Cruz.....	30
Nifraci Souza Dantas.....	30
José Iran de Figueiredo.....	30
Lorena Soares Oliveira.....	30
Leda Cris Soares de Araújo Pinheiro.....	30
Welder José Relvas dos Santos.....	30
Carolina Simões Correia.....	30
O DIREITO À LITERATURA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES JURÍDICAS E EDUCACIONAIS.....	32
Vítor Lucas Alves Cuelhar.....	32
Adriana Fernandes de Oliveira.....	32
PRIVACIDADE A VENDA: PHISHING, DADOS PESSOAIS E O PAPEL DO DIREITO.....	34
Ana Paula Souza Martins.....	34
Bruna Orfanides Furtado.....	34
Luiz Miguel da Silva Barros.....	34
Maria Eduarda Andrade de Souza Nunes.....	34
Rúlian Afonso Magalhães de Lima.....	34
Sara de Oliveira Pinheiro.....	34
Edson Antônio Sousa Pontes Pinto.....	34
RESPONSABILIDADE JURÍDICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	36
Nander Adriano Biliatto.....	36
Rebecca Emmanuele Correia.....	36
Sofya Lorena de Oliveira Pardo.....	36
Edson Antônio Sousa Pontes Pinto.....	36

A INFLUÊNCIA DA MORAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO.....	38
Giovanna Bergonzini Souza.....	38
Maria Eduarda Gouvêa Tavares.....	38
Theo Ichiro Miyai Costa.....	38
Wigna Kalene Venancio de Lima.....	38
Edney Costa Souza.....	38
A PROIBIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO ECA E DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	39
Fábio Augusto Frizzo.....	40
Ludmila Lúcia Leal Da Silva.....	40
Luiz Romano Alves Ruiz Filho.....	40
Maria Karla Mota De Carvalho.....	40
Maria Rita Moraes Chixaro De Almeida.....	40
Pedro Henrique Almeida De Oliveira.....	40
Vivian Coeli Russelakiz De Lima Oliveira.....	40
Carolina Simões Correia.....	40
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SAÚDE MENTAL.....	42
Amabily de Sousa Andrade.....	42
Brainer de Paula Braga.....	42
Luca de Salignac e Souza Duarte.....	42
Gabriella Ramos Nogueira.....	42
Lhorrainy Sabrini Ferreira da Silva Ibiapina.....	42
Nicole da Silva Albuquerque.....	42
Yasmim da Silva Borges.....	42
Wigna Kalene Venancio de Lima.....	42
Edney Costa Souza.....	42
DIAGNÓSTICO DOS RISCOS DE ALAGAMENTO NO BAIRRO CAI N'ÁGUA: OS DIREITOS DA POPULAÇÃO E A ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL.....	44
Giovanna Meireles Pezzini.....	44
Guilherme de Jesus Ferreira.....	44
Isabele Cristinny Nascimento Santos.....	44
Isabelle Teles da Silva Passos.....	44
Maria Eduarda Araújo Silva.....	44
Maria Eduarda Nascimento Nery Lopes.....	44
José Alberto Oliveira de Paula Machado.....	44
DIETA AMAZÔNICA E SAÚDE MENTAL: INFLUÊNCIA SOBRE O EIXO CÉREBRO-INTESTINO EM CONTEXTOS DE DEPRESSÃO E ANSIEDADE.....	46
Maria Cecília de Almeida Kister.....	46
Leandro Soares Moreira Dill.....	46
DIREITO À IDENTIDADE E DOCUMENTAÇÃO CIVIL DE POVOS INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO: UMA ABORDAGEM ENTRE A PSICOLOGIA E O	

DIREITO.....	48
Arthur Silva Costa.....	48
Isaias Reis de Carvalho Júnior.....	48
Jussara Viana de Mattos.....	48
Murilo Maia Alves Almeida.....	48
Sofia Távora de Lima.....	48
Rodrigo Daniel Amaral Xavier.....	48
Mário Jonas Freitas Guterres.....	48
FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: REDUÇÃO DE CUSTOS E EFICIÊNCIA ECONÔMICA COM A SUBSTITUIÇÃO DE GARRAFÕES POR FILTROS NO PRÉDIO DO FÓRUM GERAL DESEMBARGADOR CÉSAR MONTENEGRO - TJ/RO, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO, ALIADO À FISCALIZAÇÃO DO USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA.....	50
Albert John Farias Matias.....	50
Amós Grigio Pinheiro.....	50
Caroline Duran de Lucena.....	50
Diego de Lima Neves.....	50
Gabriel Martins da Silva.....	50
Gláucia Ferreira da Silva.....	50
Hanrle dos Santos Rabelo.....	50
Isaias Marques Cordeiro.....	50
José Alberto de Paula Machado.....	50
FORTELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	53
Alice Parente Bernardo dos Santos.....	53
Fernanda Ferreira de Oliveira Silva.....	53
Yuri Castro Crispim.....	53
Lucas Neves da Silva.....	53
Suze da Rocha Barroso.....	53
Markus Vinícius Pereira dos Santos.....	53
Maria Clara Monteiro Romano.....	53
Matheus Batista Rigotto.....	53
José Alberto Oliveira de Paula Machado.....	53
ATIVIDADES FÍSICAS NA REGULAÇÃO DAS EMOÇÕES.....	55
Brainer de Paula Braga.....	55
Neire Abreu Mota Porfiro.....	55
CHEIAS DO RIO MADEIRA, RISCOS INVISÍVEIS E A LUTA PELA RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA.....	57
Gustavo Bonfim Araujo.....	57
Hevelyn Brunna de Souza Bezerra.....	57
Kaio Gladson Peres da Costa.....	57
Leonan Rodrigo Gonçalves dos Santos.....	57
Luiz Henrique Leandro Felix.....	57

Nathalia Heloise Rodrigues.....	57
Thamillis Nunes Dos Santos.....	57
José Alberto Oliveira de Paula Machado.....	57
CUIDANDO DE QUEM SEMPRE CUIDOU DE NÓS: MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE COGNITIVA EM PACIENTES IDOSOS.....	59
Ana Brécia Teixeira Passos.....	59
Kauã Kevin Souza Duarte.....	59
Lilian Freitas Daça.....	59
Sabrina Ribeiro de Paula.....	59
Sofia Leny Carvalho Lopez.....	59
Andréia Tamayose Rezende.....	59
DIREITO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR: DESAFIOS DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO AMBIENTAL DE RONDÔNIA.....	61
Abraílson Lopes da Cruz.....	61
Elison Carvalho Lima Vieira.....	61
João Marcos Ribeiro Paixão.....	61
Lêda Cris Soares de Araújo Pinheiro.....	61
Lorena Soares de Oliveira.....	61
Maria Klivianny Meireles da Costa Benjamin.....	61
Paulinny Freire de Oliveira.....	61
Ysabelle Waleska Guidorizzi Frutuoso.....	61
Welinton Pereira Guedes Filho.....	61
José Alberto Oliveira de Paula Machado.....	61
EMPREENDEDORISMO COMO FERRAMENTA DE AUTONOMIA PARA JOVENS NO FUTURO DO TRABALHO.....	63
Beatriz de Pinho Vasconcelos.....	63
Filipe Gabriel Ramos.....	63
Isabelli Louise Chaves Perdigão.....	63
Jox Luz Pontes.....	63
Juliana Rodrigues Pullig.....	63
Wigna Kalene Venancio de Lima.....	63
Edney Costa Souza.....	63
EMPREENDEDORISMO E A INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA FEMININA.....	65
Débora Aline Souza Nascimento.....	65
Mateus Gomes Ferreira.....	65
Milena Silva de Miranda.....	65
Roberta Cristina Firmino Lopes.....	65
Wigna Kalene Venancio de Lima.....	65
Edney Costa Souza.....	65
EMPREENDEDORISMO E FUTURO DO TRABALHO: UMA RODA DE CONVERSA NO PARQUE DA CIDADE EM PORTO VELHO - RO.....	67
Diane Heloiza de Assis da Silva.....	67

Doralice Ferreira Brito.....	67
Fernanda Lima Calzolari.....	67
Lorena Carvalho Dos Santos Garcia.....	67
Wigna Kalene Venancio de Lima.....	67
Edney Costa Souza.....	67
FUTURO DO TRABALHO.....	69
Hemelyn Leticia Souza do Nascimento.....	69
Lahra Helena Costa da Silva Monteiro Duarte.....	69
Leticia Lopes Canêdo de Lisboa.....	69
Izabela Teixeira Ribeiro.....	69
Joice Mendes de Lima.....	69
Wigna Kalene Venancio de Lima.....	69
Edney Costa Souza.....	69
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE GRUPO DE ESCUTA NO SETOR DE RECURSOS HUMANOS DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA.....	71
Carolina Moura da Costa Pascoal.....	71
Crislaine Gomes de Oliveira.....	71
Luanda Silva dos Santos.....	71
Natália Laís Feitosa.....	71
Priscila Yumiko Sakamoto.....	71
Ainá Barbosa Feitosa.....	71
CIDADANIA DIGITAL E A PROTEÇÃO JURÍDICA DAS JOVENS MULHERES....	75
Analúcia Cernov Vieira.....	75
Daniela Luna Proença Carvalho.....	75
Gustavo Spadotto do Amaral.....	75
Pedro Lucas Galdino Gomes.....	75
Pedro Otavio Oliveira Feitosa.....	75
Matheus Vinicius Nobre Pereira.....	75
Edson Antônio Sousa Pontes Pinto.....	75
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	77
Anderson Augusto Machado Junior.....	77
Caio Vinicius Telles Valente.....	77
Eloizy Cristini Dave de Assis.....	77
Helck Araújo de Melo.....	77
João Vitor de Cordeiro Bentes Gonçalves.....	77
Pedro Henrique Leal Casa.....	77
Ronald Sezari Rodrigues.....	77
José Alberto Oliveira de Paula Machado.....	77
PROJETO ACOLHER: ATENÇÃO E PROTEÇÃO ÀS PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL.....	81
Gueller Rodrigues Pullig.....	81

Ludmila Martimiano de Andrade.....	81
Marcos Vinicius Gonçalves Costa.....	81
Rita Nathália dos Santos.....	81
Vítor Lucas Alves Cuelhar.....	81
Carolina Simões Correia.....	81
EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA INFÂNCIA DE FORMA CONSCIÊNCIA.....	83
Criscia Souza da Silva.....	83
Aline Ribeiro de Castro.....	83
Thais de Souza Lima Tinoco.....	83
Edney Costa Souza.....	83
OS IMPACTOS SOCIAIS E EMOCIONAIS QUE O ISOLAMENTO TRAZ NAS PESSOAS COM TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE NA REGIÃO NORTE.....	87
Jox Luz Pontes Castro.....	87
Lucas Zaramella de Almeida.....	87
Roanne Leticia Rosa.....	87
Fernanda de Castro Borges Trindade.....	87
Neire Abreu Mota Porfiro.....	87
EMPREENDEDORISMO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL: CAPACITAÇÃO PARA A COMUNIDADE.....	89
Caio Luiz Duarte Raposo Bogo.....	89
Carolina de França e Silva Oliveira.....	89
Maria Luisa de Souza Toledo.....	89
Otávio Henrique Pereira Leite.....	89
Edney Costa Souza.....	89
EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO UTILIZADOS COMO INSTRUMENTO NO COMBATE AO FEMINICÍDIO E À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.....	91
Ana Cláudia Pimenta dos Santos Silva.....	91
Dominique da Silva e Silva.....	91
Isadora Gomes Maurício.....	91
Joice Carneiro Batista.....	91
Leonardo Lima Campos.....	91
Russell Lello de Miranda.....	91
Tiago de Amorim de Souza.....	91
Carolina Simões Correia.....	91
A INSTITUIÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA VIDA INDIVIDUAL E COLETIVA DO IDOSO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO.....	94
Clivia Hilda Dantas.....	94
Camile Naje da Silva.....	94
Geyna Mirele Silva da Rocha.....	94

Jônatas Luiz dos Santos Lourenço.....	94
Ingrid Mendonça Saraiva Rodrigues.....	94
Ainá Barbosa Feitosa.....	94
A PSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DISLEXIA.....	96
Anna Victória Ramos Da Silva Vieira.....	96
Gabriela Ramos da Silva.....	96
Gabriella Limoeiro Lopes.....	96
Maria Clara dos Santos Martins.....	96
Neire Abreu Mota Porfiro.....	96
ANALISAR OS IMPACTOS DAS REDES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DE OPINIÕES E COMPORTAMENTOS DOS INDIVÍDUOS.....	98
Ednei Alves Santana.....	98
Michelly Josyana Vieira.....	98
Pedro Gabriel Oliveira de Souza.....	98
Pedro Henrique Bandeira Pontes.....	98
Pedro Henrique Montenegro Ribeiro.....	98
Edson Antônio Sousa Pontes Pinto.....	98
AS CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES PSICOMOTORAS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, EMOCIONAL E SOCIAL DOS ALUNOS DA EMEF SÃO PEDRO.....	100
Ana Vitória Mustafá Borges.....	100
Camile Naje da Silva.....	100
Éder de Moura Santos.....	100
Eliana Parente Carvalho.....	100
Fernando José Hermínio de Gracia.....	100
Flávia Daniele Nunes Feitosa da Silva.....	100
Geovanna Janine Bezerra Cunha.....	100
Júlia Carvalho Cavalcante.....	100
Laura Laís Albino de Souza.....	100
Sophia Vitória Rodrigues Abati.....	100
Neire Abreu Mota Porfiro.....	100
CONSELHOS QUE TRANSFORMAM: FORTALECENDO VÍNCULOS PELA ESCRITA.....	102
Ana Livia Braga do Nascimento.....	102
Douglas Albuquerque Mesquita.....	102
Giovanna Mesquita Reda.....	102
Giovanna Lorena Nery Tavernard.....	102
Maria Eduarda Moreira Farias.....	102
Carolina Simões Correia.....	102
CONTRIBUIÇÕES DAS EMOÇÕES NA APRENDIZAGEM, SOCIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL DOS ALUNOS DA EMEF ODÍLIA PEREIRA DE	

OLIVEIRA II.....	104
Alana Nicole Sá Teles Neves.....	104
Ana Caroline da Silva Lopes.....	104
Ana Cláudia do Nascimento Coelho Pereira.....	104
Fabiele Moraes Santos Silva.....	104
Márcia Queiroz de Magalhães Rezende.....	104
Maria Clara Melo Sakagami.....	104
Raíssa Lebre Fernandes.....	104
Regiany Fernandes Martins.....	104
Rosilene Carvalho Ferreira.....	104
Thaís de Souza Lima Tinoco.....	104
CRISE HÍDRICA: ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS.....	106
Ana Clara Santos Jardim.....	106
Gabriel Silva de Souza.....	106
Letícia Lorena Zampieri.....	106
Maycon Crisosthomo Alves.....	106
Murilo Ávila Balbé.....	106
Samuel Aleixo de Oliveira.....	106
Carolina Simões Correia.....	106
CUIDANDO DE QUEM CUIDA: SAÚDE MENTAL DA EQUIPE - COMO OS PROFISSIONAIS LIDAM COM O SOFRIMENTO DOS PACIENTES.....	108
Carla Desirée Moraes Silva.....	108
Camila dos Santos Teixeira.....	108
Leidiana dos Santos.....	108
Marcos Antônio Torres Santana.....	108
William Azevedo.....	108
Ainá Barbosa Feitosa.....	108
DIREITOS HUMANOS E CULTURA DE PAZ: A LUTA CONTRA O BULLYING...110	
Isaque Augusto Silva Nery.....	110
Laura Beatriz Silva de Carli.....	110
Lucas Renato Pinheiro Freire.....	110
Vanessa Rodrigues Moraes.....	110
Lucas Zaramella.....	110
Camile Naje da Silva.....	110
Carolina Simões Correia.....	110
DISGRAFIA NO CONTEXTO ESCOLAR: UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO.....	112
Eliomara Barbosa Gonçalves.....	112
Geovana Gomes de Oliveira.....	112
Sarah Enes da Silva.....	112
Victoria Passos de Souza.....	112

Neire Abreu Mota Porfiro.....	112
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O USO RACIONAL DA ÁGUA PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL.....	114
Alessandra Luna de Souza.....	114
Álvaro Luiz Mendonça de Oliveira.....	114
Andreia Boriezeska de Siqueira.....	114
Dayse Tainá da Silva Rodrigues.....	114
Fabio Alves dos Santos.....	114
Gabriella Vitoria Pimenta da Silva Finger.....	114
Jucilene de Oliveira Bernardo.....	114
José Alberto Oliveira de Paula Machado.....	114
ESTIMULAÇÃO SENSORIAL EM CRIANÇAS NO AMBIENTE ESCOLAR.....	116
Ana Carolina Iglesias Rosa.....	116
Ayla Jhessy Melo De Souza.....	116
Kauan Miguel França Chrespim.....	116
Luísa Gularte Arnaut.....	116
Neire Abreu Mota Porfiro.....	116
FISCALIZAÇÃO DA CCJ E DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE: A IMPORTÂNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO ÂMBITO DO DIREITO AMBIENTAL.....	118
Amanda Victor Valladão Almeida de Carvalho.....	118
Ana Caroline da Silva Ribeiro.....	118
André Francisco Araújo dos Santos.....	118
Diego Ítalo Moraes Cardoso.....	118
Evelyn Barros de Carvalho.....	118
Eloah Leandro da Silva.....	118
Maria Eduarda Oliveira Lima.....	118
José Alberto Oliveira de Paula Machado.....	118
GRUPOS OPERATIVOS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE SAÚDE INSTITUCIONAL EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS.....	120
Alcírêa Kellen de Farias Tabosa.....	120
Giovanna Rodrigues de Araújo.....	120
Josué Marcos da Silva.....	120
Jorge Luiz da Silva.....	120
Luma Rodrigues Vilacio.....	120
Rodrigo Gois da Silva.....	120
Ainá Barbosá Feitosa.....	120
INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA DISCALCULIA: CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	122
Pedro Henrique Caetano.....	122
João Pedro Sales Zimmerman.....	122

Karina Andrade Cavalcante Oliveira.....	122
João Eugênio Malaquias Lemke.....	122
Neire Abreu Mota Porfiro.....	122
MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE DAS CALÇADAS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.....	124
Kayke Gabriel Felicidade Cardoso.....	124
Kauã Peninga dos Santos.....	124
Lucas Felipe Maia Bonfim.....	124
Maria Eduarda Couto Barboza.....	124
Pedro Henrique Caldim.....	124
Pedro Henrique Guimarães Jovêncio da Silva.....	124
Carolina Simões Correia.....	124
O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO.....	126
Raissa César de Veras Gomes.....	126
Yago Nando Moraes Pereira.....	126
Kauan Ramalhaes de Lima.....	126
Fernando Augusto de Almeida Moraes.....	126
João Victor Tavares de Oliveira.....	126
Mateus Rodrigues Ferreira.....	126
Edson Antônio Sousa Pontes Pinto.....	126
PRIVACIDADE, LIBERDADE E O ALGORITMO: A RECONSTRUÇÃO NA ERA DAS GRANDES EMPRESAS.....	128
Amanda Victor Valladão Almeida de Carvalho.....	128
Edson Antônio Sousa Pontes Pinto.....	128
PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL COM SERVIDORES PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO.....	130
Ana Catarina Martins Fontinelli.....	130
Liza Caroline Teixeira Rocha.....	130
Maria Eduarda Barbosa da Silva.....	130
Maria Lucenita Macedo Silva.....	130
Sirlene Gomes Pereira.....	130
Yêda Magalhães Pinheiro Moraes.....	130
Ainá Barbosa Feitosa.....	130
QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE NO AMBIENTE DE TRABALHO: UMA ABORDAGEM PSICOLÓGICA.....	132
Isana Diniz de Matos Souza.....	132
Laura Rego Ceconello.....	132
Michelle Barbosa de Campos.....	132
Natacha Claros de Barros Corrêa.....	132
Roanne Leticia Rosa.....	132
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO ENSINO MÉDIO DE RONDÔNIA: ANÁLISE DE CONFORMIDADE ENTRE O REFERENCIAL CURRICULAR E AS DIRETRIZES	

NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	134
Edicarlos da Silva Matos.....	134
Cláudia Alessandra Oliveira da Cruz Branco.....	134
Fernando Chagas Hertzell.....	134
João Guilherme Costa Affonso Coêlho.....	134
Jaqueline Bicalho Praia da Costa.....	134
Mário Jonas Freitas Guterres.....	134
APOIO ÀS COMUNIDADES PERIFÉRICAS EM CONFLITOS AMBIENTAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS: COMUNIDADE JARDIM MIRAFLORES.....	137
Aline Carolina Mainardi Almeida.....	137
Cleceñilda Barbosa Sevalho.....	137
Elcio Rafael R. Cortez.....	137
José Roberto Dos Santos.....	137
Márcio Silva dos Santos Júnior.....	137
Maria Eduarda Braga Da Silva.....	137
Pedro Paulo Rodrigues Palma.....	137
Welita Kassia Bongestab G. Moraes.....	137
José Alberto Oliveira de Paula Machado.....	137
OS EFEITOS DOS BRINQUEDOS EDUCATIVOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	139
Arlen Israel Souza da Silva.....	139
Ciro Carlos de Moura.....	139
Glady Monteiro de Moraes.....	139
Roberta Cristina Firmino Lopes.....	139
Neire Abreu Mota Porfiro.....	139

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE PSICOLÓGICA NO TRABALHO

Gisele Bezerra França¹

Heloísa Ohana Menezes Fontinele²

Isabela Dutra Fonseca³

Maria Eduarda Lima de Freitas⁴

Maria Luísa Oliveira Figueiredo⁵

Wigna Kalene Venancio de Lima⁶

Edney Costa Souza⁷

RESUMO

A saúde psicológica tem emergido como um pilar fundamental para o bem-estar individual e para a produtividade organizacional, especialmente no contexto laboral. Historicamente, a saúde ocupacional focou predominantemente em aspectos físicos, negligenciando a intrincada relação entre o ambiente de trabalho e a saúde mental dos colaboradores. Contudo, o aumento global de transtornos como ansiedade, depressão e burnout tem impulsionado uma reavaliação dessa perspectiva. Reconhecer e investir na saúde psicológica no trabalho não é apenas uma questão de responsabilidade social corporativa, mas também uma estratégia inteligente de gestão. Ambientes de trabalho que promovem o bem-estar mental tendem a apresentar menor absenteísmo, maior engajamento, aumento da criatividade e inovação, além de uma redução significativa nos custos relacionados a doenças ocupacionais. Este projeto visa explorar a relevância da saúde psicológica no ambiente de trabalho, destacando seus impactos na performance organizacional e na qualidade de vida dos indivíduos, bem como as abordagens para sua promoção e manutenção, com base em evidências e práticas recomendadas. A metodologia adotada na elaboração do estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem bibliográfica, baseada em artigos científicos recentes. Foram analisados estudos que abordam a saúde psicológica no ambiente de trabalho, seus impactos e estratégias de promoção. A seleção das fontes priorizou materiais com reconhecimento acadêmico e aplicabilidade prática. A análise seguiu uma leitura crítica, buscando identificar fatores de risco, boas práticas de gestão e resultados organizacionais relacionados ao tema. Os estudos revisados consistentemente demonstram que um ambiente de trabalho que negligencia a saúde psicológica pode levar a consequências graves tanto para o indivíduo quanto para a organização. Indivíduos expostos a altos níveis de estresse, demandas excessivas, falta de autonomia, ambientes tóxicos ou discriminação, apresentam maior propensão a desenvolver transtornos de ansiedade, depressão e burnout. Em nível organizacional, a má saúde psicológica dos colaboradores se traduz em custos elevados, incluindo o aumento do absenteísmo e do presenteísmo, maior rotatividade de pessoal, redução da qualidade do trabalho, diminuição da inovação e deterioração do clima organizacional. Por outro lado, organizações que implementam programas de promoção da saúde psicológica, como programas de apoio psicológico, treinamentos para lideranças, gestão de estresse e empatia, flexibilidade e equilíbrio entre vida profissional e pessoal, relatam melhorias significativas. Observa-se um aumento no engajamento dos funcionários,

¹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gisele.franca@sou.fcr.edu.br.

² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, heloisa.fontinele@sou.fcr.edu.br.

³ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isabela.fonseca@sou.fcr.edu.br.

⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduarda.freitas@sou.fcr.edu.br.

⁵ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.toledo@sou.fcr.edu.br.

⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Esp. em Direito do Trabalho, Brasil, kalene.venancio@fcr.edu.br.

⁷ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

maior satisfação no trabalho, redução das taxas de afastamento por doença e um ambiente de trabalho mais positivo e produtivo. A liderança desempenha um papel crucial, pois líderes que demonstram empatia e promovem uma cultura de abertura e apoio contribuem diretamente para a construção de um ambiente psicologicamente saudável. A saúde psicológica no ambiente de trabalho é um tema de crescente urgência e relevância. Fica evidente que investir no bem-estar mental dos colaboradores não é um gasto, mas sim um investimento estratégico com retorno tangível para as organizações. Ações que promovem a saúde psicológica, como a criação de uma cultura de apoio, a oferta de recursos de saúde mental, a promoção do equilíbrio entre vida profissional e pessoal e o desenvolvimento de lideranças conscientes, são imperativas. É fundamental que as empresas compreendam que a saúde mental é tão importante quanto a saúde física e que o ambiente de trabalho tem um impacto profundo na qualidade de vida dos indivíduos. Priorizar a saúde psicológica não apenas melhora o desempenho e a sustentabilidade das organizações, mas também contribui para uma sociedade mais saudável e resiliente.

Palavras-chave: Saúde Psicológica no Trabalho; Saúde Mental Ocupacional; Estresse Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho.

REFERÊNCIAS:

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 103-111, 2007.

HELOANI, José Roberto; CAPITÃO, Cláudio Garcia. Saúde mental e psicologia do trabalho. São Paulo em perspectiva, v. 17, p. 102-108, 2003.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2018). Saúde mental no local de trabalho: um desafio crescente. Genebra: OIT.

BLOCKCHAIN E SMART CONTRACTS: ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS DE DIREITO PARA OS DESAFIOS DA ERA DIGITAL

Diógenes Pereira Machado⁸

Eduarda de Souza Mazzo⁹

Rebecca Politis Ribeiro¹⁰

Kayllani Mezabarba Ferreira¹¹

Edson Antônio Sousa Pontes Pinto¹²

RESUMO

A tecnologia blockchain e os smart contracts (contratos inteligentes) emergem como inovações com potencial disruptivo para o campo jurídico. A blockchain, uma tecnologia de registro distribuído e imutável, oferece um ambiente seguro e transparente para transações, enquanto os smart contracts, programas auto executáveis baseados em blockchain, prometem otimizar o cumprimento de acordos contratuais. O presente resumo busca analisar o nível de conhecimento de estudantes de Direito sobre essas tecnologias, a fim de identificar a percepção da relevância e o entendimento sobre a relação entre blockchain e smart contracts no contexto jurídico. Para avaliar o nível de conhecimento dos estudantes de Direito sobre blockchain e smart contracts, foi realizada uma pesquisa quantitativa por meio de um questionário online. A amostra foi composta por 49 estudantes de Direito de diferentes períodos. O questionário abordou as seguintes questões: Conhecimento sobre o que é Blockchain. Conhecimento sobre o que são Smart Contracts. Percepção da relação entre Blockchain e Smart Contracts. Percepção da relevância de Blockchain e Smart Contracts para o Direito. Os dados coletados foram tabulados e analisados estatisticamente para identificar padrões e tendências no conhecimento e percepção dos estudantes. A análise focou na frequência das respostas para cada questão, permitindo uma compreensão do panorama geral do nível de familiaridade dos estudantes com as tecnologias abordadas. As ferramentas utilizadas para a coleta e análise dos dados foram Google Forms e planilha Google. A análise dos dados da pesquisa revelou um panorama sobre o conhecimento dos estudantes de Direito a respeito de blockchain e smart contracts. Dos 49 participantes, a maioria demonstrou um conhecimento limitado sobre ambas as tecnologias. Em relação à blockchain, 31 estudantes (63,2%) afirmaram nunca ter ouvido falar, 12 (24,5%) já haviam ouvido falar, mas não conseguiam explicar, e apenas 6 (12,2%) declararam ter conhecimento claro e capacidade de explicar. Resultados semelhantes foram observados para smart contracts, com 29 estudantes (59,2%) sem conhecimento prévio, 16 (32,7%) com conhecimento superficial e apenas 4 (8,2%) com entendimento claro. Organizar os dados encontrados, na forma de categorias analíticas e sistematização dos achados empíricos. Apesar do baixo nível de conhecimento aprofundado, a percepção da relação entre blockchain e smart contracts foi mais positiva, com 32 estudantes (65,3%) acreditando que existe uma relação entre as duas tecnologias, enquanto 17 (34,7%) não viam essa conexão. Mais relevante ainda é a percepção da importância dessas tecnologias para o Direito: 34 estudantes (69,4%) consideraram blockchain e smart contracts relevantes para o campo jurídico, contra 15 (30,6%) que não os consideraram. Esses resultados indicam uma lacuna no conhecimento técnico sobre blockchain e smart contracts entre os estudantes de Direito, mas, ao mesmo tempo, revelam uma percepção geral da

⁸ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, diogenes.machado@sou.fcr.edu.br.

⁹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduarda.mazzo@sou.fcr.edu.br.

¹⁰ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rebecca.ribeiro@sou.fcr.edu.br.

¹¹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kayllani.ferreira@sou.fcr.edu.br.

¹² Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidad de Granada – UGR, Espanha, edson.pinto@fcr.edu.br.

relevância dessas tecnologias para a área jurídica. Isso sugere a necessidade de maior disseminação de informações e educação sobre o tema nas grades curriculares e atividades extracurriculares dos cursos de Direito. O estudo demonstrou que, embora haja uma percepção da relevância da blockchain e dos smart contracts para o Direito, o nível de conhecimento técnico sobre essas tecnologias entre os estudantes de Direito ainda é baixo. A maioria dos participantes da pesquisa não soube explicar claramente o que são blockchain e smart contracts, apesar de uma parcela significativa reconhecer a relação entre eles e sua importância para o campo jurídico. Essa lacuna de conhecimento aponta para a necessidade de maior integração desses temas nos currículos acadêmicos e em iniciativas de educação continuada. A compreensão aprofundada dessas tecnologias é fundamental para que os futuros profissionais do Direito possam atuar de forma eficaz em um cenário jurídico cada vez mais impactado pela inovação tecnológica, especialmente no que tange ao Direito das Obrigações e à auto execução de contratos.

Palavras-chave: Blockchain; Smart Contract; Contratos Inteligentes.

REFERÊNCIAS:

BUTERIN, Vitalik. On Public and Private blockchain. Disponível em <https://www.coindesk.com/markets/2015/08/07/vitalik-buterin-on-public-and-private-blockchains/>. Acesso em 12.06.25.

SOARES, Marcos José Porto. Smart Contracts e Cortes Descentralizadas. São Paulo: Editora JusPodivm, 2025.

NAKAMOTO, Satoshi. Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System. 2008. Disponível em <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em 12.6.2025.

CUIDAR É AMAR: AÇÃO SOLIDÁRIA COM PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Eduardo Luck Teixeira Guterres¹³
Josiane dos Santos Veiga¹⁴
Lílian Cristina de Alencar Diniz Mello¹⁵
Mônica Miquelini Xavier¹⁶
Paula Beatriz Candido Duarte¹⁷
Samira Duarte Reis¹⁸
Sashe Iure Teles Calado Luz¹⁹
Carolina Simões Correia²⁰

RESUMO

A situação da população em situação de rua em Porto Velho (RO) tem se tornado cada vez mais visível e preocupante. O aumento de pessoas em espaços públicos, muitas vezes com crianças expostas a riscos e privações, revela uma crise social urgente. Diante disso, como estudantes e moradores da cidade, sentimos a necessidade de agir. Surgiu então o desejo de ir além da teoria, por meio de parcerias e ações concretas. Optamos por colaborar com o Projeto Vidas – Alcançados para Alcançar, que já realiza ações solidárias em Porto Velho, com doações de alimentos, roupas, produtos de higiene e outros itens essenciais à dignidade humana. O projeto “Cuidar é Amar” tem como objetivo oferecer assistência humanitária imediata por meio da entrega de kits de higiene, promovendo cuidados básicos com a saúde e bem-estar. Também busca prevenir doenças, combater a pobreza menstrual e valorizar a dignidade humana, resgatando a autoestima dos atendidos. Visa ainda promover a equidade social, gerar conhecimento prático por meio da pesquisa-ação e incentivar a mobilização social e o voluntariado. O projeto foi realizado em duas etapas: a primeira envolveu reuniões on-line para planejamento, captação de recursos e definição da logística. A segunda consistiu na ação em 11/04/2025, com a entrega de kits de higiene e sopa a pessoas em situação de rua, de forma acolhedora. Foram arrecadados itens como sabonete, escova e creme dental, absorventes, lenços umedecidos e alimentos. A sopa foi preparada por voluntários, com higiene e transporte adequado. Durante a entrega, houve escuta e encaminhamentos ao Centro de Recuperação – Projeto Vidas. A ação permitiu a coleta de dados empíricos e gerou impactos significativos. Os kits aliviaram necessidades básicas e resgataram a autoestima dos atendidos, que demonstraram gratidão. A distribuição da sopa se transformou em um momento de escuta humanizada, revelando abandono e exclusão social. Para os acadêmicos, a experiência despertou maior consciência social e ética, com impacto na formação pessoal e acadêmica. Houve também desafios, como a dificuldade de acesso a alguns locais, falta de recursos e ausência de políticas públicas eficazes. Apesar da importância das ações pontuais, elas não substituem a responsabilidade do poder público na garantia dos direitos fundamentais. É urgente implementar políticas públicas eficazes voltadas à inclusão social, habitação, capacitação profissional e assistência continuada, com atuação de equipes multidisciplinares, como assistentes sociais, psicólogos e educadores. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como um dos

¹³ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduardo.guterres@sou.fcr.edu.br.

¹⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, josiane.veiga@sou.fcr.edu.br.

¹⁵ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lilian.mello@sou.fcr.edu.br.

¹⁶ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, monica.xavier@sou.fcr.edu.br.

¹⁷ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, paula.duarte@sou.fcr.edu.br.

¹⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, samira.reis@sou.fcr.edu.br.

¹⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sashe.luz@sou.fcr.edu.br.

²⁰ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

fundamentos da República e, no art. 6º, reconhece direitos sociais como educação, saúde, moradia, trabalho, alimentação e assistência aos desamparados. A Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009) também estabelece diretrizes que reconhecem a complexidade dessa realidade. No âmbito internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) assegura, em seus artigos 22 a 25, o direito de todos a um padrão de vida digno. Em Porto Velho, há instrumentos legais como as Leis Complementares nº 451/2012 e nº 725/2018, além do Centro POP Dom Moacyr Grechi, que presta atendimento especializado e necessita de fortalecimento. Contudo, ainda faltam articulação entre os entes públicos e políticas integradas com financiamento contínuo. Acreditamos que a união entre iniciativas da sociedade civil, como o Projeto Vidas, e ações governamentais pode gerar respostas mais humanas e eficazes para enfrentar essa realidade.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Políticas Públicas; Direitos Humanos; Ação Solidária; Dignidade Humana.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 9 jun. 2025.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/pt/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota técnica: estimativa da população em situação de rua no Brasil. Brasília: IPEA, 2022.

PORTO VELHO (RO). Lei Complementar nº 451, de 27 de dezembro de 2012. Reestrutura a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Disponível em: <https://dom.portovelho.ro.gov.br/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

DIREITO AO ATERRO SANITÁRIO: ANÁLISE À APLICAÇÃO EM PORTO VELHO

Dhuan Gabriel Souza Vieira²¹
José Alberto de Paula Machado²²

RESUMO

A crescente geração de resíduos sólidos, impulsionada pelo aumento populacional, hábitos de consumo e avanço tecnológico, representa um desafio global com sérias implicações para o meio ambiente e a saúde humana. No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, surge como um marco regulatório essencial para a gestão e destinação adequada desses resíduos, definindo princípios, objetivos, instrumentos e responsabilidades compartilhadas entre geradores e o poder público. Este trabalho objetiva analisar a aplicação do direito ao aterro sanitário no contexto de Porto Velho/RO, abordando a problemática dos resíduos sólidos, a relevância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e os desafios enfrentados na implementação de uma gestão ambientalmente adequada, com destaque para a situação da Vila Princesa. O problema central reside na análise da correta transição de modelo de descarte de resíduos sólidos em Porto Velho. Tal cenário demanda atenção ao direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, conforme preconizado pelo Artigo 225 da Constituição Federal de 1988. A falta de destinação final ambientalmente adequada gera poluição do ar, solo e água, proliferação de vetores de doenças e impactos sociais, especialmente para populações vulneráveis como os catadores. A metodologia empregada envolveu uma revisão bibliográfica e análise de documentos normativos, como o edital do congresso, e o próprio corpo do trabalho científico fornecido. O estudo explorou a evolução histórica da legislação ambiental brasileira, as competências legislativas e materiais dos entes federados, a classificação dos resíduos sólidos conforme a ABNT e ANVISA, as formas de destinação (lixões, aterros controlados e aterros sanitários), e os requisitos para a escolha e implementação de aterros sanitários. O estudo também examinou a atuação de órgãos públicos no sistema nacional do meio ambiente (SISNAMA) e a importância dos planos de gestão de resíduos sólidos (nacionais, estaduais e municipais). Destacou-se o caso de Porto Velho, com menção a estudos de viabilidade para aterro sanitário e a resistência a determinadas escolhas de localização, citando a questão da Vila Princesa. Os resultados da pesquisa demonstram que, apesar da existência de uma robusta base legal para a gestão de resíduos sólidos no Brasil, a efetivação do direito ao aterro sanitário em Porto Velho enfrenta desafios significativos. A baixa eficiência na recuperação de materiais reciclados (apenas 0,77% do RSU é recuperado na cidade), e a dificuldade de implementar a coleta seletiva em toda a área urbana são reflexos de uma gestão que ainda precisa ser aprimorada. A ausência de programas diretos de coleta seletiva pela Secretaria Municipal de Serviços Básicos (SEMUSB) e a dependência de cooperativas de catadores (Catanorte e Asprovel), que enfrentam dificuldades na comercialização de recicláveis, evidenciam a necessidade de maior investimento e estruturação. A importância da participação social e da educação ambiental é ressaltada como crucial para a mudança de hábitos e o progresso na gestão dos resíduos, além da necessidade de sustentabilidade econômico-financeira dos serviços para garantir investimentos de médio a longo prazo. A recuperação energética de resíduos sólidos urbanos é apresentada como uma alternativa complementar para a destinação adequada, reduzindo o volume de rejeitos em aterros sanitários.

²¹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, dhuan.vieira@sou.fcr.edu.br

²² Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos; Aterro Sanitário; Direito Ambiental; Porto Velho; Política Nacional de Resíduos Sólidos.

REFERÊNCIAS:

ALESSI, G. Vila Princesa, a favela onde 400 famílias vivem do lixo. **El País Brasil**, 22 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/22/politica/1521727362_047016.html. Acesso em: 15 maio 2025.

AYALA, P. de A. **Devido processo ambiental e o direito fundamental ao meio ambiente**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 8.192, de 28 de junho de 1991. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 4, p. 1-8, 8 jan. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL, **Decreto Nº 19.686 , De 16 de Janeiro De 2024**. Aprova a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Porto Velho/RO e dá outras providências. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO. Disponível em : <https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2024/26186/19.686-2024.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2025.

CUSTÓDIO, G. F. **Responsabilidade Civil em Matéria de Resíduos Sólidos na Sociedade Pós-Consumo**. 2018. 76 f. Monografia (Bacharel em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/25920/4/ResponsabilidadeCivilMat%C3%A9ria.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

DIREITO DE SER: DIREITOS E GARANTIAS DA PESSOA TRANS

Lucas Oliveira Basques de Almeida²³

Maria Clara Caminski Raposo²⁴

Maria Isabella Camurça Pereira²⁵

Sofia Lorena Maia da Silva²⁶

Vito Oliveira Mazzola²⁷

Carolina Simões Correia²⁸

RESUMO

A população trans, historicamente marginalizada, enfrenta ainda hoje desafios profundos na busca por dignidade, igualdade de direitos e reconhecimento pleno na sociedade. No Brasil, apesar de avanços legais significativos nos últimos anos, como decisões do STF e normativas do CNJ, que garantem a retificação de nome e gênero em documentos, as pessoas trans continuam a ser vítimas de exclusão, preconceito institucional e violência extrema. O projeto de extensão “Direito de Ser: Direitos e Garantias da Pessoa Trans” surge como uma resposta a essa realidade, com o objetivo de promover uma ação que estimule o diálogo, a empatia e a valorização das vivências trans. O projeto se ancora na necessidade de construir espaços de escuta ativa e troca de experiências entre a comunidade acadêmica, profissionais da saúde mental e pessoas trans, oferecendo um ambiente acolhedor para abordar questões como identidade de gênero, saúde mental, cidadania e políticas públicas. Este projeto visa contribuir para a formação crítica da comunidade universitária e para a consolidação de uma cultura de respeito e inclusão. A metodologia adotada é de natureza extensionista e participativa, centrada na realização de roda de conversa conduzida por psicólogos, ativistas e mediadas por estudantes envolvidos no projeto. Esse encontro, realizado nas dependências da Faculdade Católica de Rondônia, buscou estimular o diálogo horizontal e a construção coletiva de conhecimento, promovendo o acolhimento e a conscientização sobre os direitos da população trans. Os resultados da realização do projeto incluem a ampliação do entendimento da sociedade sobre as demandas da população trans, sobre a qualificação de servidores públicos para o atendimento humanizado, o fortalecimento da articulação entre universidade, movimentos sociais e instituições públicas, e a geração de conhecimento acadêmico comprometido com a transformação social. Também foram abordados os entraves no acesso à saúde pública, como a carência de profissionais capacitados e a ausência de protocolos específicos no SUS, bem como os desafios no mercado de trabalho e os altos índices de violência transfóbica. A intenção é que essas discussões subsidiem a proposição de medidas efetivas, como programas de inclusão laboral, cotas em concursos públicos e políticas específicas de apoio psicossocial. O projeto, ao unir teoria, prática e escuta sensível, evidencia a importância de se considerar as vivências trans não apenas como objeto de estudo, mas como ponto de partida para a construção de uma sociedade mais justa e plural. A iniciativa demonstra que o reconhecimento dos direitos da população trans exige mais do que leis: requer um comprometimento coletivo com a transformação das estruturas sociais que perpetuam a exclusão. Dessa forma, “Direito de Ser” se afirma como uma ação extensionista

²³ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.almeida@sou.fcr.edu.br.

²⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.caminski@sou.fcr.edu.br.

²⁵ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.camurca@sou.fcr.edu.br.

²⁶ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sofia.maia@sou.fcr.edu.br.

²⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vito.mazzola@sou.fcr.edu.br.

²⁸ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

transformadora, alinhada aos princípios dos direitos humanos e à missão universitária de promover o conhecimento comprometido com a equidade e a justiça social.

Palavras-chave: Identidade de Gênero; Direitos Humanos; Pessoas Trans; Inclusão Social; Extensão Universitária.

REFERÊNCIAS:

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Dossiê dos Mortos e Vivos Trans no Brasil. Edições anuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADO 26 e MI 4733. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Provimento nº 73/2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 09 abr. 2025.

LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil: protagonismo do movimento social e políticas públicas. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009.

FRAUDES DIGITAIS E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR

Matheus Medeiros Cardoso Viana²⁹
Marli Fabiana da Silva³⁰
Gislaine Debora Roza³¹
Andrew Machado Alves³²
Natascha Mirela Nascimento dos Santos³³
Edson Antônio Sousa Pontes Pinto³⁴

RESUMO

A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais nos meios digitais, surge como principal instrumento legal para proteção contra fraudes digitais. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709, promulgada em 14 de agosto de 2018, estabelece as diretrizes para o tratamento de dados pessoais em plataformas digitais e se apresenta como o principal recurso legal para a proteção contra fraudes online. mesmo com a criação dessa lei A expansão dos serviços essenciais nas plataformas digitais têm proporcionado uma maior facilidade e praticidade no dia a dia, contudo, esse aumento de independência de sistema online tem sido acompanhado pelo aumento nas fraudes digitais, ser tomado uma grande ameaça para os consumidores Nesse contexto, faz-se necessária uma análise Minuciosa, dos mecanismos legais e institucionais de proteção ao consumidor, com base no ordenamento jurídico brasileiro sobre a segurança cibernética. Além disso, as fraudes digitais consistem em condutas ilícitas praticada por meios de eletrônicos ou plataformas digitais, com o principal intuito de subtrair dados de vítimas e induzir a realizar operações prejudiciais. perderam dinheiro em função de algum crime cibernético, como clonagem de cartão, fraude na internet ou invasão de contas bancárias. ademais , fica evidente as leis impostas dos órgãos na trais efetividade para sanar os crime cibernéticos sendo praticamente nula o resultado de busca de justiça deste crime. O estudo se baseia em duas etapas (1) aplicação de ferramenta questionária (google formulário) com principal intuito de coletar dados primários sobre experiências percepções dos consumidores. O formulário online contou com 10 questões fechadas e duas abertas e foi divulgado em redes sociais durante dois meses , obtendo um alcance de 100 respostas válidas. resultados; diante disso os dados do formulário digital revelaram que 69% dos respondentes já foram vítimas de fraudes na internet, enquanto 31% afirmam que não sofreram algum tipo de golpe. e (2), revisão em legislações que tem como principal intuito de analisar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais com principal intuito de avaliar sua eficácia na proteção de dados utilizados pelas as plataformas sociais correlacionando com bibliografias especializadas em direito digital, cibersegurança, proteção de dados e comportamento do consumidor, Especificamente, a obra "Ciberdelitos: uma análise jurídica dos crimes digitais" de Goulart e Cordova (2024) foi fundamental para aprofundar a compreensão sobre a tipificação e o enfrentamento legal dos crimes cibernéticos, oferecendo uma perspectiva jurídica sobre a natureza e as implicações dessas fraudes que afetam os consumidores. Os resultados demonstram a partir da combinação da pesquisa de campo, expressa a necessidade de aplicar a educação dos consumidores e amplia os mecanismos legais de

²⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, matheus.viana@sou.fcr.edu.br.

³⁰ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marli.silva@sou.fcr.edu.br.

³¹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gislaine.rozo@sou.fcr.edu.br.

³² Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andrew.alves@sou.fcr.edu.br.

³³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, natascha.santos@sou.fcr.edu.br.

³⁴ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidad de Granada – UGR, Espanha, edson.pinto@fcr.edu.br.

proteção, como principal ponto a ser desenvolvido a criação de campanhas públicas de conscientização e simplificação de canais de denúncias.

Palavras-chave: Fraudes Digitais; Proteção ao Consumidor; Seguranças Digitais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

GOULART, L. C. S.; CORDOVA, M. G. Ciberdelitos: uma análise jurídica dos crimes digitais. 1. ed. Dialética, 2024.

MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NO COMBATE ÀS QUEIMADAS

Fernanda Figueiredo Cardoso de Oliveira³⁵

Gueller Rodrigues Pullig³⁶

João Neto Costa Kechner³⁷

Leila Pinto Tavares³⁸

Nagib Badra Almeida³⁹

Orlando Lohan Moraes Pereira⁴⁰

Samara Vitória Queiroz Baldissera⁴¹

Sofia Ardaia Mesquita⁴²

José Alberto Oliveira de Paula Machado⁴³

RESUMO

O projeto de extensão "Monitoramento e Fiscalização dos Órgãos Públicos", desenvolvido na Faculdade Católica de Rondônia entre fevereiro e junho de 2025, teve como objetivo principal a conscientização de adolescentes da rede pública de ensino sobre as queimadas e o papel dos órgãos públicos na prevenção e fiscalização desse crime ambiental. A iniciativa concentrou-se na difusão de conhecimentos acerca dos impactos ambientais, sociais e legais das queimadas ilegais, promovendo a formação de uma consciência crítica e cidadã entre estudantes do 9º ano do ensino fundamental. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa e expositiva, consistindo na realização de palestras educativas com o apoio de representantes do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Ambiental, além da distribuição de aproximadamente 250 folhetos informativos fornecidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). As atividades ocorreram em três instituições de ensino de Porto Velho/RO: Escola Estadual 21 de Abril, Instituto Estadual Carmela Dutra e Escola Estadual Duque de Caxias. Os conteúdos abordam os aspectos legais, ambientais e sociais das queimadas, com base nos princípios do Direito Ambiental, especialmente o princípio da prevenção previsto na Lei nº 6.938/1981, além dos fundamentos da educação ambiental crítica, conforme Loureiro (2003), e da proposta de sustentabilidade da Economia Donut, de Kate Raworth (2017). Como resultados, observou-se significativa participação e interesse dos estudantes, refletidos nas interações e questionamentos durante a palestra. O projeto demonstrou eficácia ao sensibilizar o público infantojuvenil para a importância da proteção ambiental e do papel ativo da juventude como agente transformador, incentivando a denúncia de práticas ilegais e o engajamento com as políticas públicas de fiscalização. As considerações finais destacam que a atividade atingiu seus objetivos, consolidando-se como prática de educação ambiental comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS 4, 11, 13 e 17), promovendo conhecimento, ética e responsabilidade coletiva. Recomenda-se a ampliação da iniciativa para outras instituições e a inclusão de oficinas práticas para potencializar o engajamento dos alunos.

³⁵ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fernanda.oliveira@sou.fcr.edu.br.

³⁶ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gueller.pullig@sou.fcr.edu.br.

³⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.kechner@sou.fcr.edu.br.

³⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leila.tavares@sou.fcr.edu.br.

³⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, nagib.almeida@sou.fcr.edu.br.

⁴⁰ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, orlando.pereira@sou.fcr.edu.br.

⁴¹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, samara.baldissera@sou.fcr.edu.br.

⁴² Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sofia.mesquita@sou.fcr.edu.br.

⁴³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Queimadas; Fiscalização Ambiental; Projeto de Extensão; Juventude e Sustentabilidade.

REFERÊNCIAS:

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (org.). *Cidadania e Meio Ambiente*. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003.

RAWORTH, Kate. *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*. London: Random House Business, 2017

NÚCLEO DE SAÚDE E JUSTIÇA: COOPERAÇÃO EM DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Lana Biatriz Vilas Boas⁴⁴

Vera Lucia Pereira Cruz⁴⁵

Nifraci Souza Dantas⁴⁶

José Iran de Figueiredo⁴⁷

Lorena Soares Oliveira⁴⁸

Leda Cris Soares de Araújo Pinheiro⁴⁹

Welder José Relvas dos Santos⁵⁰

Carolina Simões Correia⁵¹

RESUMO

O envelhecimento populacional no Brasil e no mundo aumenta as demandas por sistemas integrados de saúde e justiça para garantir os direitos da população idosa. Em Porto Velho, onde idosos representam 13,7% da população, há desafios no atendimento prioritário previsto pelo Estatuto da Pessoa Idosa. Nesse contexto, é fundamental promover a efetivação dos direitos humanos, assegurando dignidade, respeito e proteção integral a essa população vulnerável. O projeto "Núcleo de Saúde e Justiça" visa superar essas lacunas, unindo a Faculdade Católica de Rondônia e o Ministério Público para criar um núcleo especializado que integre saúde e justiça aos idosos. O objetivo geral do projeto é criar um setor especializado de atendimento de saúde e justiça, vinculado ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Faculdade Católica de Rondônia, por meio de parceria com o Ministério Público de Rondônia. De forma específica: 1) Criar e estruturar um núcleo especializado no NPJ voltado ao atendimento das demandas relacionadas ao direito à saúde da pessoa idosa; 2) Capacitar os profissionais e acadêmicos envolvidos para assegurar a efetivação desse direito; 3) Promover a conscientização sobre os direitos humanos da pessoa idosa, garantindo um atendimento digno, respeitoso e igualitário. O projeto foi estruturado em três etapas para garantir sua eficácia: 1) Assinatura de um Termo de Cooperação entre a Faculdade Católica de Rondônia e o Ministério Público, estabelecendo bases jurídicas e operacionais para uma atuação coordenada em prol dos direitos da pessoa idosa, especialmente no acesso à saúde; 2) Criação de um núcleo especializado no Núcleo de Prática Jurídica, voltado ao atendimento jurídico e de saúde da pessoa idosa, com atuação interdisciplinar e protocolos para triagem e resolução rápida de casos; 3) Capacitação contínua de estudantes e profissionais do NPJ, com treinamentos, workshops e cursos sobre mediação extrajudicial, atendimento humanizado e direitos da pessoa idosa; 4) Ações de sensibilização e educação em direitos humanos, com foco na dignidade, autonomia e proteção integral da pessoa idosa, com base em marcos legais como o Estatuto da Pessoa Idosa e tratados internacionais. Como resultado do projeto, foi aprovado pelo Ministério Público e encontra-se em fase de formalização da parceria com a Faculdade Católica de Rondônia. A iniciativa promoverá melhorias no atendimento à população idosa de Porto Velho, com redução do tempo de espera, oferta de serviços mais humanizados e atuação integrada entre as áreas jurídica e de saúde. Também será responsável

⁴⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lana.boas@sou.fcr.edu.br.

⁴⁵ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vera.cruz@sou.fcr.edu.br.

⁴⁶ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, nifraci.dantas@sou.fcr.edu.br.

⁴⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jose.iran@sou.fcr.edu.br.

⁴⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lorena.oliveira@sou.fcr.edu.br.

⁴⁹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leda.pinheiro@sou.fcr.edu.br.

⁵⁰ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, welder.relvas@sou.fcr.edu.br.

⁵¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

por capacitar acadêmicos e profissionais, incentivar soluções extrajudiciais e fortalecer a promoção dos direitos humanos, assegurando tratamento digno e respeitoso aos idosos. O projeto "Núcleo de Saúde e Justiça" oferece uma solução estratégica para garantir os direitos à saúde e à justiça da população idosa de Porto Velho. Com um núcleo especializado no NPJ da Faculdade Católica de Rondônia e cooperação com o Ministério Público, adota uma abordagem interdisciplinar e eficiente, combinando mediação extrajudicial, atendimento humanizado e capacitação contínua. Além de melhorar o atendimento aos idosos, serve como modelo para integrar saúde e justiça, promovendo dignidade, respeito e qualidade de vida, conforme a legislação brasileira. Ademais, fortalece a proteção dos direitos humanos, garantindo à população idosa um atendimento pautado na dignidade, igualdade e respeito.

Palavras-chave: População Idosa; Saúde; Justiça; Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS:

BRAGA, Pérola Melissa V. **Curso de direito do idoso**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2011. E-book. ISBN 9788522480142. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522480142/>. Acesso em: 27 atrás. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm.

CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato. **Envelhecimento e Saúde: um novo paradigma**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 2.021-2.029, 2006.

KALACHE, Alexandre. **Envelhecimento populacional e os desafios para a saúde pública**. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 21-35, 1999.

NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecimento e qualidade de vida na velhice**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NOVAIS, Alinne Arquette L.; MOREIRA, Raquel V.; CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco B. **Direito médico e da saúde**. São Paulo: Grupo Almedina, 2024. E-book. ISBN 9788584936908. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584936908/>. Acesso em: 27 atrás. 2024.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. **Reforma Sanitária Brasileira em perspectiva e o SUS**. In: _____. Saúde Coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: MedBook, 2014. p. 13-27. **Política Nacional do Idoso**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em 11. set.2024.

O DIREITO À LITERATURA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES JURÍDICAS E EDUCACIONAIS

Vítor Lucas Alves Cuelhar⁵²
Adriana Fernandes de Oliveira⁵³

RESUMO

A literatura é reconhecida pela Constituição Federal de 1988 como manifestação cultural essencial ao pleno desenvolvimento do ser humano, sendo sua presença no ambiente escolar parte do direito à educação e à cultura. No entanto, sua efetivação como instrumento de formação cidadã nas escolas públicas brasileiras ainda enfrenta entraves históricos, metodológicos e institucionais. Esse estudo parte da compreensão de que a leitura literária não deve ser vista apenas como um recurso pedagógico, mas como expressão legítima de um direito fundamental. A questão que orienta esta pesquisa é: em que medida a legislação educacional brasileira garante o acesso à literatura como ferramenta formativa e direito cultural dos estudantes? O estudo em tela tem como objetivo geral analisar o lugar da literatura nas normas educacionais nacionais e sua efetivação prática nas escolas públicas, com destaque para a articulação entre direito, cultura e cidadania. Para isso, utilizou-se uma metodologia de abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental da Constituição Federal de 1988, da LDB nº 9.394/96, dos PCNs e da BNCC, além de teses e artigos de autores como Antonio Candido, Rildo Cosson, Adriana Fernandes e Eva da Silva Alves. Os resultados indicam que, embora as normas reconheçam formalmente a importância da literatura, sua ausência como componente curricular autônomo, a instrumentalização promovida pela BNCC e a falta de políticas públicas específicas comprometem a efetividade desse direito. A literatura, quando reduzida a conteúdo de apoio, perde sua potência formativa, crítica e democrática. Constatou-se ainda que contextos como as escolas ribeirinhas da Amazônia enfrentam barreiras adicionais à valorização da leitura literária, evidenciando desigualdades estruturais e simbólicas que o Estado ainda não superou. Conclui-se que a efetivação do direito à literatura requer uma articulação concreta entre legislação, política pública e currículo escolar. Ademais, a presença significativa da literatura na Educação Básica é condição indispensável para o exercício da cidadania e para a consolidação dos direitos sociais e culturais previstos na Constituição.

Palavras-chave: Literatura; Educação Básica; Direitos Culturais; Cidadania; Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Eva da Silva. **Educação escolar nas comunidades rurais-ribeirinhas amazônicas do distrito de São Carlos, em Porto Velho-RO.** Tese (Doutorado em Educação) Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

⁵² Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vitor.cuelhar@sou.fcr.edu.br.

⁵³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dra. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, adriana.fernandes@fcr.edu.br.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2025.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 167–191.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Adriana. **Currículo, formação humana e ensino de literatura: uma análise crítica da BNCC**. Porto Velho: Temática, 2022.

PRIVACIDADE A VENDA: PHISHING, DADOS PESSOAIS E O PAPEL DO DIREITO

Ana Paula Souza Martins⁵⁴

Bruna Orfanides Furtado⁵⁵

Luiz Miguel da Silva Barros⁵⁶

Maria Eduarda Andrade de Souza Nunes⁵⁷

Rúlian Afonso Magalhães de Lima⁵⁸

Sara de Oliveira Pinheiro⁵⁹

Edson Antônio Sousa Pontes Pinto⁶⁰

RESUMO

A crescente digitalização das relações sociais, comerciais e institucionais ampliou exponencialmente o volume de dados trafegados no ambiente virtual. Em paralelo a esse avanço, as práticas criminosas também se sofisticaram, dando origem a formas cada vez mais elaboradas de fraudes digitais. Entre essas práticas, o Phishing — termo derivado do inglês fishing, “pescar” — destaca-se como uma das técnicas mais insidiosas de engenharia social, consistindo na indução da vítima ao fornecimento de dados sensíveis por meio de comunicações fraudulentas que simulam instituições legítimas. O presente trabalho teve como finalidade analisar o fenômeno do Phishing sob a ótica jurídica, com foco na proteção de dados pessoais e na responsabilização civil e penal decorrente de ataques desse tipo. Neste projeto, realizamos uma revisão bibliográfica sobre phishing, suas técnicas e impactos, além de pesquisas em livros, internet e documentários sobre o tema. Também aplicamos um questionário para entender o nível de conhecimento da comunidade sobre o tema. Por fim, elaboramos um relatório com os resultados do projeto, incluindo dados coletados, atividades realizadas e sugestões para futuras iniciativas. Com base nos dados coletados, mais de 50% dos participantes não têm conhecimento sobre o assunto, logo, indicando áreas onde melhorias são necessárias, especialmente em relação à educação contínua sobre segurança cibernética. Além disso, nas questões de múltipla escolha do mencionado questionário, 30% dos respondentes mostraram certa desinformação sobre o assunto, apesar de conhecê-lo. Por fim, os resultados obtidos reforçam a necessidade de políticas públicas funcionais voltadas à educação digital. O presente estudo demonstrou que o Phishing configura uma ameaça relevante à segurança digital, com impactos diretos na proteção de dados pessoais e nas relações jurídicas no meio virtual. Apesar da existência de instrumentos legais como o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018) e dispositivos do Código Penal, ainda há fragilidades na prevenção e repressão dessas práticas, especialmente diante da constante evolução tecnológica e da baixa conscientização da população, mas que podem ser reparadas com o fortalecimento de ações educativas e reparativas.

Palavras-chave: Phishing; Educação; Proteção de Dados.

REFERÊNCIAS:

⁵⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.martins@sou.fcr.edu.br.

⁵⁵ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, bruna.furtado@sou.fcr.edu.br.

⁵⁶ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luiz.barros@sou.fcr.edu.br.

⁵⁷ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduarda.andrade@sou.fcr.edu.br.

⁵⁸ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rulian.lima@sou.fcr.edu.br.

⁵⁹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sara.pinheiro@sou.fcr.edu.br.

⁶⁰ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidad de Granada – UGR, Espanha, edson.pinto@fcr.edu.br.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm.

RESPONSABILIDADE JURÍDICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Nander Adriano Biliatto⁶¹

Rebecca Emmanuele Correia⁶²

Sofya Lorena de Oliveira Pardo⁶³

Edson Antônio Sousa Pontes Pinto⁶⁴

RESUMO

A crescente presença da Inteligência Artificial (IA) em múltiplas esferas da sociedade tem gerado profundas transformações e desafios, especialmente no campo jurídico. Este estudo visa refletir criticamente sobre a responsabilidade jurídica associada ao uso de sistemas inteligentes, investigando quem deve ser responsabilizado quando decisões automatizadas geram danos — se são o desenvolvedor, o usuário, ou a própria máquina. A pesquisa parte do contexto atual, marcado pela ausência de regulação clara e por dilemas éticos complexos que exigem a reavaliação de conceitos jurídicos clássicos, como culpa, intenção e responsabilidade. O objetivo central consiste em analisar como o ordenamento jurídico pode adaptar-se à nova realidade tecnológica, propondo alternativas normativas que garantam segurança jurídica, justiça e proteção dos direitos fundamentais. A abordagem metodológica adotada possui caráter interdisciplinar, combinando pesquisa bibliográfica e documental com ações extensionistas e análise de impacto. A etapa teórica envolveu o estudo de legislações nacionais e internacionais — como o Marco Civil da Internet, a LGPD, o GDPR europeu, o AI Act da União Europeia e a Resolução CNJ 332/2020 —, além de artigos acadêmicos e obras doutrinárias. Também foram analisados casos concretos emblemáticos, como o *State v. Loomis*. As ações práticas envolveram a produção de materiais educativos (cartilhas) e coleta de dados qualitativos por meio de questionários e feedback de participantes. Essa metodologia permitiu integrar teoria e prática, promovendo tanto a reflexão crítica quanto a intervenção social. Os dados obtidos revelam a complexidade de se atribuir causalidade em decisões automatizadas, uma vez que a lógica dos sistemas de IA é frequentemente não linear e opaca — o que caracteriza o problema da “caixa-preta”. Essa opacidade compromete a rastreabilidade das decisões e dificulta a responsabilização justa. Além disso, os resultados apontam riscos concretos de discriminação algorítmica, como a ocorrência de vieses raciais em sistemas de reconhecimento facial. A análise dos marcos legais demonstra avanços relevantes, mas ainda insuficientes, sobretudo em países onde a regulação é fragmentada ou incipiente. A discussão jurídica sobre responsabilidade também é impactada pela ideia emergente de reconhecer a personalidade jurídica das máquinas, embora essa proposta ainda encontre resistência. As oficinas e eventos extensionistas mostraram-se eficazes na conscientização de estudantes e operadores do Direito quanto ao uso ético da IA e à importância da regulação. Conclui-se que, embora a tecnologia avance rapidamente, o Direito deve acompanhar esse processo sem abrir mão de seus princípios estruturantes. A responsabilidade por danos causados por IA não pode ser difusa ou inexistente: ela deve ser atribuída com base em critérios claros de participação, supervisão e controle. Propostas como auditorias algorítmicas, sistemas de explicabilidade (XAI), classificação de risco regulatório e definição de responsabilidade proporcional ao grau de intervenção humana são caminhos promissores. O futuro da IA demanda um arcabouço jurídico dinâmico e ético, sustentado por um esforço conjunto entre Estado, sociedade civil, desenvolvedores e juristas. Assim, garantir

⁶¹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, nander.filho@sou.fcr.edu.br.

⁶² Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rebecca.correia@sou.fcr.edu.br.

⁶³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sofya.pardo@sou.fcr.edu.br.

⁶⁴ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidad de Granada – UGR, Espanha, edson.pinto@fcr.edu.br.

um uso seguro, justo e responsável da inteligência artificial é um desafio jurídico urgente — mas também uma oportunidade para fortalecer os direitos fundamentais em tempos de transformação digital.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Responsabilidade Jurídica; Algoritmos; Direitos Fundamentais; Regulação Tecnológica.

REFERÊNCIAS:

BOSTROM, Nick; YUDKOWSKY, Eliezer. The ethics of artificial intelligence. In: FRANKISH, Keith; RAMSEY, William M. (Org.). The Cambridge Handbook of Artificial Intelligence. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 7 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 7 abr. 2025.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 332, de 21 de agosto de 2020. Estabelece diretrizes para o uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_332_21082020_06092020142241.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025.

EUROPEAN COMMISSION. Proposal for a Regulation on Artificial Intelligence – AI Act. 2021. Disponível em: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/european-approach-artificial-intelligence>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Tarcízio. Raça depois da tecnologia: ferramentas abolicionistas contra os novos racismos. 2021. Disponível em: <https://tarciziosilva.com.br/blog/raca-depois-da-tecnologia-ferramentas-abolicionistas-contr-os-novos-racismos/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

UNESCO. Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/250956-recomendação-sobre-ética-da-inteligência-artificial-ia-metodologia-de-avaliação-de-prontidão>. Acesso em: 7 abr. 2025.

A INFLUÊNCIA DA MORAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Giovanna Bergonzini Souza⁶⁵

Maria Eduarda Gouvêa Tavares⁶⁶

Theo Ichiro Miyai Costa⁶⁷

Wigna Kalene Venancio de Lima⁶⁸

Edney Costa Souza⁶⁹

RESUMO

O debate sobre a relação entre Direito e Moral é um tema recorrente na Filosofia Jurídica, despertando interesse de estudiosos e profissionais do Direito ao longo da história. A busca por compreender como os valores morais influenciam o ordenamento jurídico, bem como os limites dessa influência, torna-se essencial para uma análise crítica da legislação e da prática jurídica contemporânea. Este artigo apresenta uma resenha crítica da produção acadêmica intitulada “Diferentes perspectivas sobre a influência da moral no ordenamento jurídico”, publicada no Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior, em 2019. De autoria de Ana Luiza de Castro Villela, Thais de Carvalho Lima e Victória Peracio Citrangulo Silveira, o artigo tem como principal foco discutir, a partir da teoria dos círculos, o grau de interferência que os preceitos morais exercem sobre o Direito. A obra revisitada aborda diferentes correntes teóricas, incluindo as contribuições de pensadores como Paulo Nader e Miguel Reale, para explorar as possíveis formas de integração ou separação entre Moral e Direito. O objetivo central desta resenha é analisar criticamente as abordagens apresentadas, destacando os principais argumentos, conceitos e reflexões propostos pelas autoras, além de contribuir para o entendimento sobre os desafios existentes na delimitação entre normas jurídicas e valores morais na sociedade atual. A metodologia adotada na elaboração do estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica, estruturada em introdução, desenvolvimento e conclusão. O conteúdo foi organizado em três tópicos principais: o primeiro aborda os conceitos de Moral e Direito, enfatizando a influência da Moral no ordenamento jurídico. O segundo explora as Teorias dos Círculos, destacando as diferentes formas de interação entre Moral, Ética e Direito. Por fim, o terceiro tópico analisa exemplos práticos da influência da Moral em distintos ramos do Direito, evidenciando sua aplicação no contexto jurídico. O artigo analisado apresenta uma reflexão aprofundada sobre a influência da Moral no ordenamento jurídico, utilizando a Teoria dos Círculos como base central da discussão. Os autores destacam a interdependência entre Direito e Moral, mostrando que ambas as esferas coexistem de forma dinâmica na sociedade. Foram abordadas as contribuições teóricas de autores como Paulo Nader e Miguel Reale, que reforçam a complementaridade entre os dois campos. O estudo identificou que a Moral pode orientar e reforçar o cumprimento das normas jurídicas, sem, contudo, se sobrepor ao Direito. Também foram analisados exemplos práticos que ilustram essa interação. A análise do artigo “Diferentes perspectivas sobre a influência da moral no ordenamento jurídico” permitiu compreender a complexa relação entre Direito e Moral, destacando seus limites e interações. O estudo evidenciou que, embora sejam esferas distintas, há uma constante influência da Moral sobre o ordenamento jurídico, especialmente na formulação e aplicação das normas. As teorias dos círculos apresentadas no texto

⁶⁵ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, giovanna.souza@sou.fcr.edu.br.

⁶⁶ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.tavares@sou.fcr.edu.br.

⁶⁷ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, theo.costa@sou.fcr.edu.br.

⁶⁸ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Esp. em Direito do Trabalho, Brasil, kalene.venancio@fcr.edu.br.

⁶⁹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

ofereceram diferentes formas de visualizar essa interação. Autores como Paulo Nader e Miguel Reale contribuíram para aprofundar a discussão, mostrando que o Direito reflete, em muitos casos, os valores morais predominantes na sociedade. Conclui-se que a Moral pode orientar o Direito, desde que não se sobreponha à legalidade vigente.

Palavras-chave: Influência; Moral; Ordenamento Jurídico.

REFERÊNCIAS:

DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE A INFLUÊNCIA DA MORAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO. *Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior*, 11(2), 14. Recuperado de <https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/708>. Acessado em 10 de junho de 2025

Castro Villela, A. L., de Carvalho Lima, T., & Peracio Citrângulo Silveira, V. (2019).

A PROIBIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO ECA E DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Fábio Augusto Frizzo⁷⁰

Ludmila Lúcia Leal Da Silva⁷¹

Luiz Romano Alves Ruiz Filho⁷²

Maria Karla Mota De Carvalho⁷³

Maria Rita Moraes Chixaro De Almeida⁷⁴

Pedro Henrique Almeida De Oliveira⁷⁵

Vivian Coeli Russelakiz De Lima Oliveira⁷⁶

Carolina Simões Correia⁷⁷

RESUMO

O trabalho infantil é uma grave violação dos direitos humanos, afetando diretamente o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. No Brasil, apesar da existência de legislações protetivas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a prática ainda persiste, comprometendo a saúde física, emocional e educacional da população infantojuvenil. O trabalho infantil compromete a frequência escolar, especialmente entre adolescentes de 16 e 17 anos, cuja taxa de escolarização é inferior à dos que não trabalham (IBGE, 2024). Conforme Silva (2018), o trabalho infantil representa uma expressão clara da violação dos direitos humanos e compromete o acesso a uma infância digna. Este projeto de extensão tem como objetivo sensibilizar e informar crianças e adolescentes sobre a proibição do trabalho infantil e seus direitos fundamentais assegurados por tais normativas. A metodologia consistiu em uma ação educativa realizada na Escola Franklin D. Roosevelt com cerca de 45 a 55 crianças, entre 8 e 10 anos. A atividade incluiu uma palestra ministrada por uma advogada, abordando os impactos do trabalho infantil e os direitos previstos no ECA. Em seguida, foram aplicadas dinâmicas lúdicas, como “Pode ou Não Pode?” e a “Caixa Surpresa”, além de uma atividade de desenho, promovendo o aprendizado de forma participativa, reflexiva e acessível ao público infantil. As crianças participaram com entusiasmo, interagiram com a equipe e demonstraram compreensão sobre o tema. As atividades e recompensas estimularam o aprendizado, tornando a experiência gratificante para todos os envolvidos. A persistência do trabalho infantil no Brasil revela a urgência de ações educativas que promovam a conscientização desde a infância. O projeto demonstrou que, quando abordado de forma acessível e lúdica, temas complexos como os direitos fundamentais e a proibição do trabalho infantil podem ser compreendidos e valorizados pelas crianças. A experiência na Escola Franklin D. Roosevelt evidenciou que o ambiente escolar é um espaço fértil para o desenvolvimento da cidadania e para o fortalecimento de uma cultura de respeito aos direitos humanos. O engajamento dos alunos e a receptividade da comunidade escolar reforçam a relevância de iniciativas extensionistas como instrumentos de transformação social.

⁷⁰ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, augusto.frizzo@sou.fcr.edu.br.

⁷¹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ludmila.leal@sou.fcr.edu.br.

⁷² Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luiz.ruiz@sou.fcr.edu.br.

⁷³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.mota@sou.fcr.edu.br.

⁷⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.chixaro@sou.fcr.edu.br.

⁷⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.oliveira@sou.fcr.edu.br.

⁷⁶ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vivian.oliveira@sou.fcr.edu.br.

⁷⁷ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

Palavras-chave: Trabalho Infantil; Direitos Fundamentais; Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Projeto de Extensão.

REFERÊNCIAS:

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Em 2023, trabalho infantil volta a cair e chega ao menor nível da série*. Agência de Notícias IBGE, 12 jun. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41618-em-2023-trabalho-infantil-volta-a-cair-e-chega-ao-menor-nivel-da-serie>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SILVA, Carla Cecília Serrão. *Trabalho infantil: uma expressão da violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes*. Revista de Políticas Públicas, v. 22, p. 233–248, 2018.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SAÚDE MENTAL

Amabily de Sousa Andrade⁷⁸
Brainer de Paula Braga⁷⁹
Luca de Salignac e Souza Duarte⁸⁰
Gabriella Ramos Nogueira⁸¹
Lhorrainy Sabrini Ferreira da Silva Ibiapina⁸²
Nicole da Silva Albuquerque⁸³
Yasmim da Silva Borges⁸⁴
Wigna Kalene Venancio de Lima⁸⁵
Edney Costa Souza⁸⁶

RESUMO

Nas últimas décadas, vem se observando um aumento expressivo nos casos de sobrepeso, obesidade e transtornos mentais entre adolescentes, como ansiedade, depressão e distorção da autoimagem corporal. Esses fenômenos podem estar associados a padrões alimentares inadequados e ao consumo excessivo de alimentos ultraprocessados. Esses estudos mostram que a alimentação pode afetar o funcionamento cerebral que influencia o humor, a autoestima, a disposição e a saúde física. A má nutrição também está ligada a alterações metabólicas e inflamações, comprometendo a regulação de neurotransmissores essenciais como a serotonina. Além disso, a pressão presente em mídias por padrões corporais inalcançáveis intensifica comportamentos negativos, criando um ciclo prejudicial entre o comer em excesso e o sentimento de culpa. Nesse contexto, destaca-se ainda o impacto dessa realidade sobre o futuro do trabalho: jovens com saúde mental e física comprometidas têm menos condições de engajar-se em atividades profissionais ou empreendedoras com criatividade, persistência e autonomia, características fundamentais no mercado de trabalho contemporâneo, marcado por inovação. A presente investigação baseia-se em revisão bibliográfica de caráter qualitativo, com análise de três fontes principais: Tassitano et al. (2009), que realizaram uma revisão sistemática sobre a prevalência e os fatores associados à obesidade em adolescentes brasileiros; Ribeiro et al. (2020), que investigaram a relação entre comportamento alimentar e autopercepção da imagem corporal; e Barbosa (2020), que discutiu os efeitos da alimentação saudável na prevenção e controle da depressão. Os dados foram interpretados através da abordagem integrativa onde buscamos ampliar os aspectos físicos, emocionais, sociais e profissionais com a juventude. Foram também utilizados critérios de validação científica das escalas de avaliação comportamental (como o EAT-26 e o Body Shape Questionnaire) e parâmetros antropométricos como o IMC. Os estudos analisados apontam uma prevalência crescente de sobrepeso e obesidade entre adolescentes, especialmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, afetando com mais intensidade jovens de maior poder aquisitivo. A insatisfação com a imagem corporal é alta, inclusive entre adolescentes que não tem um peso corporal adequado à sua altura e idade, e está fortemente associada ao comportamento alimentar

⁷⁸ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, amabily.andrade@sou.fcr.edu.br.

⁷⁹ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, brainer.braga@sou.fcr.edu.br.

⁸⁰ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luca.duarte@sou.fcr.edu.br.

⁸¹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriella.nogueira@sou.fcr.edu.br.

⁸² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lhorrainy.ibiapina@sou.fcr.edu.br.

⁸³ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, nicole.albuquerque@sou.fcr.edu.br.

⁸⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, yasmim.borges@sou.fcr.edu.br.

⁸⁵ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Esp. em Direito do Trabalho, Brasil, kalene.venancio@fcr.edu.br.

⁸⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

restritivo e à influência das redes sociais. Jovens que se percebem acima do peso tendem a adotar dietas radicais e apresentar sintomas de ansiedade e depressão. A deficiência de nutrientes como vitaminas do complexo B, ômega-3 e zinco contribui para o agravamento dos sintomas depressivos. Por outro lado, uma alimentação balanceada favorece a produção de neurotransmissores reguladores do humor, melhora a disposição física e fortalece a autoestima. Esses fatores são determinantes para o desempenho acadêmico e para o desenvolvimento de competências empreendedoras, como iniciativa, criatividade e capacidade de decisão. A relação entre alimentação saudável e saúde mental é importante para o bem-estar dos jovens. A má alimentação compromete o desenvolvimento emocional e físico, impactando negativamente a autoestima e favorecendo o surgimento de transtornos mentais. Esse quadro pode afetar a preparação dos adolescentes para o mundo do trabalho e para o empreendedorismo, uma vez que a saúde emocional é fundamental para o exercício de liderança e inovação profissional. A promoção de hábitos alimentares saudáveis deve ser prioridade em políticas públicas e estratégias educacionais voltadas ao desenvolvimento de uma juventude mais saudável, produtiva e apta a enfrentar os desafios do futuro do trabalho.

Palavras-chave: Alimentação Saudável; Saúde Mental; Adolescentes; Imagem Corporal; Empreendedorismo.

REFERÊNCIAS:

COSTA, A. B.; SANTOS, M. E.; MENDES, R. T. O papel da alimentação saudável no tratamento da depressão: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, São Paulo, 2022.

FONSECA, M. M.; ALMEIDA, T. S.; SANTOS, L. R.; PEREIRA, J. A. Obesidade e saúde mental: uma revisão sistemática. *Revista Saúde e Desenvolvimento*, Campo Grande, 2021.

SANTOS, K. C.; OLIVEIRA, A. F.; SOUZA, P. R. A influência da alimentação saudável na autoimagem de adolescentes. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2021.

DIAGNÓSTICO DOS RISCOS DE ALAGAMENTO NO BAIRRO CAI N'ÁGUA: OS DIREITOS DA POPULAÇÃO E A ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL

Giovanna Meireles Pezzini⁸⁷

Guilherme de Jesus Ferreira⁸⁸

Isabele Cristinny Nascimento Santos⁸⁹

Isabelle Teles da Silva Passos⁹⁰

Maria Eduarda Araújo Silva⁹¹

Maria Eduarda Nascimento Nery Lopes⁹²

José Alberto Oliveira de Paula Machado⁹³

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados do projeto de extensão desenvolvido por acadêmicos do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia no bairro Cai N'Água, em Porto Velho/RO, área historicamente vulnerável às enchentes provocadas pela elevação do nível do rio Madeira. O projeto surgiu da necessidade de analisar as condições de exposição da comunidade local aos riscos de alagamento, avaliar o conhecimento da população sobre seus direitos em situações de desastre e examinar a efetividade da atuação da Defesa Civil na região. A pesquisa fundamenta-se em princípios consagrados do Direito Ambiental, como o Princípio da Precaução e o Princípio da Informação Ambiental, previstos na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) e no artigo 225, §1º, IV da Constituição Federal, respectivamente. Metodologia: A pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, estruturada em três etapas principais: levantamento de informações através da análise de documentos oficiais e registros da imprensa local; visitas técnicas ao bairro para observação das áreas afetadas, diálogo com moradores e registros fotográficos; e aplicação de questionários à população e à Defesa Civil. Foram utilizados formulários via Google Forms e Google Docs para coleta de dados, além de registros fotográficos para documentação das condições do bairro. Apesar das tentativas de estabelecer parceria com a Defesa Civil, a equipe enfrentou entraves institucionais que limitaram o alcance das ações planejadas, redirecionando esforços para visitas independentes e distribuição de materiais informativos elaborados pela própria equipe. Os dados obtidos evidenciaram uma realidade marcada pela vulnerabilidade socioambiental, ausência de políticas públicas efetivas e sensação de abandono institucional. Os relatos dos moradores apontaram para a inexistência de ações preventivas ou informativas por parte da Defesa Civil, contrastando com as declarações oficiais do órgão. Constatou-se a precariedade dos serviços básicos, como coleta de lixo e saneamento, fatores que potencializam os impactos das enchentes. No âmbito econômico, observou-se a retração do comércio local e dificuldades de subsistência das famílias. A segunda visita ao bairro para distribuição de folders informativos foi comprometida por questões de segurança, evidenciando outro aspecto da vulnerabilidade local. Apesar das limitações, o projeto contribuiu para fortalecer o vínculo entre universidade e comunidade, promovendo o diálogo e a valorização dos saberes populares. Os resultados do projeto evidenciam a importância de iniciativas interdisciplinares e participativas para o

⁸⁷ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, giovanna.pezzini@sou.fcr.edu.br.

⁸⁸ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, guilherme.dejesus@sou.fcr.edu.br.

⁸⁹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isabele.santos@sou.fcr.edu.br.

⁹⁰ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isabelle.passos@sou.fcr.edu.br.

⁹¹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduarda.maria@sou.fcr.edu.br.

⁹² Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.lopes@sou.fcr.edu.br.

⁹³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

enfrentamento das vulnerabilidades socioambientais em áreas de risco. A ausência de políticas públicas efetivas e de atuação consistente da Defesa Civil reforça a necessidade de fortalecimento do diálogo entre poder público, universidade e comunidade local. Recomenda-se a institucionalização de ações preventivas da Defesa Civil no bairro, com visitas regulares e campanhas informativas, além da criação de canais permanentes de comunicação com a comunidade. O estabelecimento de parcerias entre órgãos públicos e universidades pode contribuir para suprir lacunas de comunicação institucional e promover uma abordagem mais participativa na gestão de riscos socioambientais.

Palavras-chave: Alagamentos; Vulnerabilidade Socioambiental; Defesa Civil; Justiça Ambiental; Extensão Universitária.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a estrutura e as competências da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acesso em: 10 jun. 2025.

Conexão Ambiental. Disponível em: www.conexaoambiental.pr.gov.br. Acesso em: 11 jun. 2025.

ONU. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, jun. 1992. Disponível em: cetesb.sp.gov.br . Acesso em: 10 jun. 2025.

Princípios do Direito Ambiental. Disponível em: www.aurum.com.br. Acesso em: 11 jun. 2025.

DIETA AMAZÔNICA E SAÚDE MENTAL: INFLUÊNCIA SOBRE O EIXO CÉREBRO-INTESTINO EM CONTEXTOS DE DEPRESSÃO E ANSIEDADE

Maria Cecília de Almeida Kister⁹⁴

Leandro Soares Moreira Dill⁹⁵

RESUMO

Nas últimas décadas, a compreensão do eixo cérebro-intestino (ECI) consolidou-se como campo fundamental para investigar as inter-relações entre sistemas biológicos, alimentação e saúde mental (Cryan *et al.*, 2019). O ECI configura-se como sistema de comunicação bidirecional entre o sistema nervoso central e o trato gastrointestinal, no qual a microbiota intestinal exerce papel crucial ao influenciar processos neuroquímicos e imunológicos. A produção de neurotransmissores, como a serotonina — cuja maior parte é sintetizada no intestino — e a modulação da resposta inflamatória sistêmica são exemplos dos mecanismos pelos quais a microbiota afeta o humor e o comportamento (Miller e Raison, 2016). A alimentação é um dos principais moduladores dessa microbiota, influenciando diretamente a composição e funcionalidade do ECI. No contexto amazônico, os hábitos alimentares tradicionais, marcados pelo consumo de peixes, frutas nativas (açaí, cupuaçu, tucumã), farinhas de mandioca e alimentos minimamente processados, diferem dos padrões ocidentais e favorecem a diversidade da microbiota intestinal. Adaptar a dieta mediterrânea com alimentos amazônicos, por sua similaridade nutricional, valoriza a cultura local e promove saúde (Silva e Vieira, 2020). O objetivo deste estudo é analisar a influência da alimentação regional amazônica na modulação do eixo cérebro-intestino e seus impactos na saúde mental, especialmente na prevenção e tratamento da depressão e ansiedade, por meio de uma revisão sistemática da literatura. A pesquisa abordará os mecanismos biológicos envolvidos, as características das dietas tradicionais amazônicas e suas implicações para políticas públicas e práticas clínicas. Realizou-se revisão sistemática qualitativa da literatura, contemplando artigos publicados entre 2014 e 2024 nas bases PubMed, SciELO e Google Acadêmico. Utilizaram-se descritores relacionados ao eixo cérebro-intestino, microbiota, depressão, ansiedade, nutrição e Amazônia. Foram priorizados estudos com amostras humanas adultas, revisões sistemáticas e meta-análises, excluindo-se pesquisas em modelos animais e trabalhos sem revisão por pares. Os achados foram organizados em categorias analíticas para sistematização dos resultados. A literatura evidencia que dietas ricas em fibras, frutas, vegetais, alimentos fermentados e compostos bioativos — como a dieta mediterrânea e, no contexto amazônico, as dietas tradicionais baseadas em peixes, farinhas de mandioca e frutas regionais — promovem diversidade e equilíbrio da microbiota intestinal, favorecendo a produção de metabólitos benéficos, como os ácidos graxos de cadeia curta (AGCC). Esses metabólitos exercem efeitos anti-inflamatórios e neuroprotetores, fortalecendo a barreira hematoencefálica e regulando a atividade do sistema nervoso central. Em contrapartida, padrões alimentares ocidentais, caracterizados pelo alto consumo de gorduras saturadas, açúcares simples e ultraprocessados, estão associados à disbiose intestinal, aumento da permeabilidade intestinal e liberação de endotoxinas que desencadeiam processos inflamatórios sistêmicos, fenômenos menos prevalentes entre populações amazônicas que mantêm hábitos alimentares tradicionais (Cryan *et al.*, 2019; Silva e Vieira, 2020). A inflamação crônica de baixo grau está correlacionada à fisiopatologia da depressão e ansiedade. A disbiose interfere na neurotransmissão, alterando níveis de neurotransmissores essenciais para a regulação do humor (Miller e Raison, 2016; Wallace e Milev, 2017).

⁹⁴ Graduanda em Nutrição, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.kister@sou.fcr.edu.br.

⁹⁵ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Biologia Experimental pela Universidade Federal de Rondônia, UNIR, Brasil, leandro.dill@fcr.edu.br.

Intervenções nutricionais com prebióticos, probióticos e psicobióticos apresentam potencial para reduzir sintomas depressivos e ansiosos, contribuindo para a modulação do ECI (Cryan *et al.*, 2019). A alimentação exerce papel central na manutenção da saúde mental via modulação do eixo cérebro-intestino. A adoção de padrões alimentares saudáveis, em especial aqueles baseados em alimentos regionais amazônicos, é fundamental para a prevenção e tratamento de depressão e ansiedade. Ressalta-se a importância de aprofundar o estudo dos mecanismos biológicos envolvidos, considerando a singularidade da alimentação amazônica, e de realizar ensaios clínicos robustos para consolidar recomendações nutricionais específicas. A integração entre nutrição, saúde mental e valorização dos saberes alimentares regionais representa uma abordagem promissora para políticas públicas e práticas clínicas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população amazônica e nacional.

Palavras-chave: Eixo Cérebro-Intestino; Microbiota Intestinal; Saúde Mental; Alimentação Amazônica.

REFERÊNCIAS:

CRYAN, J. F. *et al.* The Microbiota-Gut-Brain Axis. **Physiological Reviews**, v. 99, p. 1877–2013, 2019.

MILLER, A. H.; RAISON, C. L. The role of inflammation in depression: From evolutionary imperative to modern treatment target. **Nature Reviews Immunology**, 2016.

SILVA, M. L.; VIEIRA, R. C. S. Proposta de adaptação da dieta mediterrânea utilizando alimentos da região amazônica. **Revista Ensino, Saúde e Biotecnologia da Amazônia**, v.2 n.1, p. 47–62, 2020.

WALLACE, C. J. K.; MILEV, R. The effects of probiotics on depressive symptoms in humans: A systematic review. **Annals of General Psychiatry**, 20 fev. 2017.

DIREITO À IDENTIDADE E DOCUMENTAÇÃO CIVIL DE POVOS INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO: UMA ABORDAGEM ENTRE A PSICOLOGIA E O DIREITO

Arthur Silva Costa⁹⁶
Isaias Reis de Carvalho Júnior⁹⁷
Jussara Viana de Mattos⁹⁸
Murilo Maia Alves Almeida⁹⁹
Sofia Távora de Lima¹⁰⁰
Rodrigo Daniel Amaral Xavier¹⁰¹
Mário Jonas Freitas Guterres¹⁰²

RESUMO

O direito à identidade é um dos princípios fundamentais para o exercício da cidadania e a garantia de direitos. No Brasil, muitos povos indígenas ainda enfrentam obstáculos históricos e institucionais para obtenção de documentos básicos como certidão de nascimento, carteira de identidade e CPF. A Lei nº 7.116 (1983, Art. 2º), determina que a identidade civil é direito de todos os cidadãos, sendo responsabilidade do Estado a sua emissão. A realidade se mostra diferente para os povos indígenas, dificultando o acesso a serviços públicos essenciais. O objetivo geral busca analisar os efeitos psicossociais da ausência de documentação civil na construção da identidade dos povos indígenas, considerando o papel do direito na garantia da cidadania e do reconhecimento jurídico desses sujeitos, como específico busca-se compreender como a ausência de documentos civis influencia a construção da subjetividade e da autoimagem dos povos indígenas; identificar os principais obstáculos enfrentados no acesso à documentação civil; e refletir sobre práticas interdisciplinares entre Direito e Psicologia que possam contribuir para a promoção da cidadania e do reconhecimento identitário dos povos indígenas. A pesquisa tem abordagem qualitativa, com caráter descritivo e interdisciplinar entre áreas do Direito e da Psicologia. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com representante de órgão público responsável pela emissão de documentos civis, a fim de identificar os procedimentos institucionais, os desafios enfrentados e as estratégias implementadas ou não para o atendimento da população indígena. O referencial teórico conta com Baniwa (2006), Matos (2019), Krenak (2019), González Rey (2011), entre outros, que discutem identidade, exclusão simbólica e políticas públicas voltadas aos povos originários. A análise da entrevista demonstrou os desafios concretos enfrentados pelos povos indígenas, como a distância física entre comunidades e centros urbanos, dificuldades no uso de tecnologias para serviços digitais, falta de preparo institucional e barreiras culturais e linguísticas. Esses fatores destacam cada vez mais a exclusão e invisibilização desses sujeitos perante o Estado e a sociedade. A ausência de documentação não interfere somente no acesso a serviços básicos, mas também na autoimagem dos indígenas enquanto sujeitos de direito. A pesquisa evidenciou que a atuação institucional, muitas vezes, reforça práticas coloniais, desconsiderando os saberes, práticas e cosmologias indígenas. Outrossim, destaca-se que os discursos sociais estigmatizantes e a violência simbólica afetam diretamente o sentimento de

⁹⁶ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, arthur.costa@sou.fcr.edu.br.

⁹⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasi, isaias.junior@sou.fcr.edu.br.

⁹⁸ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jussara.mattos@sou.fcr.edu.

⁹⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, BrasiL, murilo.almeida@sou.fcr.edu.br.

¹⁰⁰ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasi, sofia.lima@sou.fcr.edu.br.

¹⁰¹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasi, rodrigo.xavier@sou.fcr.edu.br.

¹⁰² Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Relações Internacionais pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, CEBELA, Brasil, mario.guterres@fcr.edu.br.

pertencimento e a saúde mental desses povos. Com isso, a documentação civil deve ser entendida como um instrumento fundamental de reconhecimento jurídico e simbólico. A negação desse direito contribui cada vez mais para o apagamento identitário e o enfraquecimento da cidadania indígena. O presente projeto reforça a importância da atuação interdisciplinar e sensível à diversidade cultural, elaborando e defendendo políticas públicas que promovam o acesso de fato à documentação de forma eficiente, respeitosa e inclusiva. Como implementação prática propõe-se a elaboração de materiais informativos e acessíveis para conscientizar sobre os direitos relacionados à identidade civil, assim como sensibilizar as instituições sobre mais práticas com objetivo de maior inclusão. Com isso, acredita-se que fortalecer o direito à identidade contribui diretamente a construção de uma sociedade mais democrática, plural e justa.

Palavras-chave: Direito; Psicologia; Documentação civil; Povos Indígenas; Interdisciplinar.

REFERÊNCIAS:

BANIWA, Gersem. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

BERNI, Luiz Eduardo Valiengo. Psicologia e saúde mental indígena: um panorama para construção de políticas públicas. *Psicología para América Latina*, Edição Especial, p. 64–74, nov. 2017.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 mai. 2025.

GONZÁLEZ REY, Fernando. *Subjetividade, diversidade e multiculturalismo*. São Paulo: Cortez, 2011.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. MATOS, Abner Pereira. Direitos fundamentais e a aplicação da pena segundo o Estatuto do Índio. *Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate*, v. 7, p. 136–151, jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrn.br/transgressoes/article/view/18799>. Acesso em: 4 abr. 2025.

SILVA, Adriana Silva da; MACEDO, Lídia Cabral de. Saúde mental e povos indígenas: desafios e caminhos para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, v. 33, e209782, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/XDFKPB7Z9zTmdtCzXGNLvkc>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: REDUÇÃO DE CUSTOS E EFICIÊNCIA ECONÔMICA COM A SUBSTITUIÇÃO DE GARRAFÕES POR FILTROS NO PRÉDIO DO FÓRUM GERAL DESEMBARGADOR CÉSAR MONTENEGRO - TJ/RO, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO, ALIADO À FISCALIZAÇÃO DO USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA

Albert John Farias Matias¹⁰³
Amós Grigio Pinheiro¹⁰⁴
Caroline Duran de Lucena¹⁰⁵
Diego de Lima Neves¹⁰⁶
Gabriel Martins da Silva¹⁰⁷
Gláucia Ferreira da Silva¹⁰⁸
Hanrle dos Santos Rabelo¹⁰⁹
Isaías Marques Cordeiro¹¹⁰
José Alberto de Paula Machado¹¹¹

RESUMO

O estudo, intitulado “Fiscalização dos Recursos Hídricos: Redução de Custos e Eficiência Econômica com a Substituição de Garrações por Filtros no Prédio do Fórum Geral Desembargador César Montenegro – TJ/RO, no Município de Porto Velho/RO, aliado à Fiscalização do Uso Sustentável da Água”, tem como objetivo central analisar a viabilidade técnica, econômica e ambiental da substituição dos tradicionais garrações de água mineral por sistemas de filtragem conectados à rede pública de abastecimento. Essa proposta insere-se no contexto da busca por práticas administrativas mais sustentáveis, em consonância com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente o ODS 6, que versa sobre água potável e saneamento, e o ODS 12, que trata do consumo e produção responsáveis. A fundamentação teórica do trabalho apoia-se em princípios constitucionais e normas infraconstitucionais que orientam a proteção ambiental e a eficiência da gestão pública, uma vez que a ideia central do trabalho é levar uma possível proposta para que possa ser implementada e assim reduzir o custo-benefício no que se refere a compra de garrações. Destacam-se, nesse sentido, o artigo 225 da Constituição Federal, que assegura o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Lei nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e a Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a qual incentiva a adoção de critérios sustentáveis nas aquisições públicas. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem mista, articulando técnicas qualitativas e quantitativas, com a utilização de revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários aos servidores do Fórum com o fim de verificar se a proposta é viável. Os dados coletados revelaram que 81,3% dos respondentes manifestaram apoio à substituição dos garrações, desde que fossem garantidos laudos técnicos periódicos capazes de atestar a potabilidade da água fornecida pelos filtros. A análise econômica da

¹⁰³ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, albert.matias@sou.fcr.edu.br.

¹⁰⁴ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, amos.pinheiro@sou.fcr.edu.br.

¹⁰⁵ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, caroline.lucena@sou.fcr.edu.br.

¹⁰⁶ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, diego.neves@sou.fcr.edu.br.

¹⁰⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriel.silva@sou.fcr.edu.br.

¹⁰⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, glaucia.ferreira@sou.fcr.edu.br.

¹⁰⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, hanrle.rabelo@sou.fcr.edu.br.

¹¹⁰ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isaias.cordeiro@sou.fcr.edu.br.

¹¹¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

proposta demonstrou que, embora a implementação dos sistemas de filtragem demande um investimento inicial, tal medida mostra-se economicamente vantajosa em médio e longo prazos, à medida que elimina gastos recorrentes com a aquisição, transporte e descarte dos garrafões. No aspecto ambiental, observou-se uma relevante redução na geração de resíduos plásticos e nas emissões de carbono ligadas à logística de distribuição, contribuindo significativamente para a mitigação de impactos ambientais adversos. Os resultados da pesquisa confirmaram a viabilidade da iniciativa, evidenciando ganhos nos âmbitos econômico, ambiental e institucional. Do ponto de vista financeiro, verificou-se uma redução nos custos operacionais e uma otimização do uso dos recursos públicos. Ambientalmente, a medida resultou na diminuição da pegada ecológica da instituição, em conformidade com os princípios da prevenção e da precaução, conforme preconiza a Lei nº 6.938/1981. Em termos institucionais, foi possível identificar o fortalecimento da consciência ambiental entre os servidores e a consolidação de uma cultura organizacional mais alinhada à responsabilidade socioambiental. Conclui-se, portanto, que a substituição de garrafões por sistemas de filtragem representa uma alternativa juridicamente válida, tecnicamente exequível e ambientalmente responsável, além de ser replicável em outras instituições públicas, configurando-se como um modelo de gestão hídrica inovador que concilia eficiência econômica, preservação ambiental e comprometimento institucional com a sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Eficiência; Gestão Hídrica; Economia; Consciência Ambiental.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. *Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021*. Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 abr. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm. Planalto. Acesso em: 11 jun. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 23 mar. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. *Sustainable Development Goal 6: Água potável e saneamento*.

Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>. Acesso em: 23 mar. 2025.

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Alice Parente Bernardo dos Santos¹¹²

Fernanda Ferreira de Oliveira Silva¹¹³

Yuri Castro Crispim¹¹⁴

Lucas Neves da Silva¹¹⁵

Suze da Rocha Barroso¹¹⁶

Markus Vinícius Pereira dos Santos¹¹⁷

Maria Clara Monteiro Romano¹¹⁸

Matheus Batista Rigotto¹¹⁹

José Alberto Oliveira de Paula Machado¹²⁰

RESUMO

A agricultura familiar representa um setor estratégico para a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, respondendo por parcela significativa da produção agropecuária nacional¹. Contudo, os agricultores familiares enfrentam múltiplos desafios, desde o acesso limitado a políticas públicas e crédito até a insegurança jurídica relacionada à posse da terra e adequação às normativas ambientais². Este estudo aborda a interação entre universidade e gestão pública municipal na busca por soluções para o fortalecimento da agricultura familiar em Porto Velho, Rondônia, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2, 12, 15 e 16³. Objetivo: Analisar os desafios jurídicos e socioambientais enfrentados pela agricultura familiar local e elaborar recomendações para políticas públicas que promovam seu fortalecimento sustentável, por meio de uma parceria extensionista entre a universidade e a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (Semagric). O estudo adotou uma abordagem qualitativa, combinando: 1) Revisão bibliográfica e documental sobre agricultura familiar, direito ambiental, políticas públicas e desenvolvimento sustentável; 2) Pesquisa de campo com visitas técnicas sistemáticas à Semagric (cinco visitas entre março e junho de 2025); 3) Entrevistas semiestruturadas com gestores e técnicos da secretaria; 4) Realização de um Fórum de Diálogos Jurídicos e Sustentáveis (19 de junho de 2025), reunindo discentes, docente e servidores para debate e construção coletiva de propostas. A análise dos dados foi orientada pelos princípios ambientais (prevenção, precaução, poluidor-pagador, desenvolvimento sustentável, função socioambiental da propriedade e participação comunitária)⁷ e pelo modelo da Economia Donut⁹. O diagnóstico revelou como principais desafios: 1) Complexidade do acesso à informação e às políticas públicas, mesmo quando intermediado pela Semagric; 2) Tensão entre as exigências da legislação ambiental e as práticas produtivas tradicionais; 3) Foco excessivo no aumento da produção sem a devida ponderação sobre limites ecológicos e bem-estar social; 4) Necessidade de promover padrões de produção e consumo mais sustentáveis; 5) Deficiências na articulação institucional entre órgãos públicos. Como resultado, foram elaboradas cinco propostas estratégicas: criação de um Balcão Único de Atendimento ao Agricultor Familiar; fortalecimento do programa

¹¹² Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alice.santos@sou.fcr.edu.br.

¹¹³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fernanda.ferreira@sou.fcr.edu.br.

¹¹⁴ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, yuri.crispim@sou.fcr.edu.br.

¹¹⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.neves@sou.fcr.edu.br.

¹¹⁶ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, suze.barroso@sou.fcr.edu.br.

¹¹⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, markus.santos@sou.fcr.edu.br.

¹¹⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.romano@sou.fcr.edu.br.

¹¹⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, matheus.rigotto@sou.fcr.edu.br.

¹²⁰ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

municipal de ATER com foco em sustentabilidade; incentivo à regularização ambiental e fundiária simplificada; fomento a circuitos curtos de comercialização; e implementação de um Observatório da Agricultura Familiar e Sustentabilidade. O projeto demonstrou a relevância da extensão universitária como ponte entre teoria e prática, gerando subsídios concretos para a atuação da gestão pública municipal. A articulação com os ODS e a incorporação de princípios ambientais e da Economia Donut conferiram ao projeto uma perspectiva crítica sobre a necessidade de um desenvolvimento rural socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Recomenda-se a continuidade da parceria entre a instituição de ensino e a Semagric, bem como o acompanhamento da implementação das propostas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Sustentabilidade; Políticas Públicas; Extensão Universitária; Direito Ambiental.

REFERÊNCIAS:

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ***Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos***. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SCHNEIDER, Sérgio. ***A pluriatividade na agricultura familiar***. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ONU - Organização das Nações Unidas. ***Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável***. [S.l.]: ONU, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. ***Direito Ambiental Brasileiro***. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

RAWORTH, Kate. ***Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo***. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

ATIVIDADES FÍSICAS NA REGULAÇÃO DAS EMOÇÕES

Brainer de Paula Braga¹²¹
Neire Abreu Mota Porfiro¹²²

RESUMO

A saúde mental tem se tornado uma das maiores preocupações contemporâneas, com o crescimento expressivo dos transtornos mentais como ansiedade e depressão, especialmente após o contexto da pandemia. Nesse cenário, a busca por estratégias terapêuticas complementares aliadas à psicologia, ganha destaque, entre elas a prática regular de atividades físicas. O presente estudo tem como objetivo analisar os benefícios da atividade física na regulação emocional de jovens e adultos, com ênfase em indivíduos que se encontram em acompanhamento psicológico. O texto aborda os mecanismos fisiológicos e psicológicos ativados durante a prática de exercícios, os benefícios para as diferentes faixas etárias e a importância da intensidade e do contexto da prática. Busca-se evidenciar, com base em uma revisão sistemática da literatura recente, de que forma os exercícios físicos contribuem para a saúde mental e o bem-estar emocional. Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão sistemática qualitativa, com foco em estudos publicados entre 2022 e 2025. A busca por dados foi realizada em plataformas como Google Acadêmico, PubMed, OPAS e SciELO. Utilizaram-se palavras-chave como: “atividade física”, “regulação emocional”, “resiliência psicológica”, “benefícios da atividade física” e “qualidade de vida”. Foram considerados apenas estudos com acesso livre e publicados nos últimos três anos, sendo excluídos artigos anteriores a 2022 ou de acesso restrito. Os estudos foram selecionados com base na relevância, na atualidade e abordagem direta entre o exercício físico e saúde mental. Artigos em inglês foram traduzidos via ferramenta automática. Os dados coletados foram analisados de forma descritiva e categorizados conforme as evidências empíricas e teóricas. Os estudos analisados revelaram que a prática regular de atividades físicas está diretamente associada à melhora do humor, redução dos níveis de estresse e maior equilíbrio emocional. Entre os mecanismos apontados, destaca-se o aumento da produção de neurotransmissores como dopamina, serotonina e endorfina, associados à sensação de bem-estar. Além disso, a atividade física influencia positivamente a autoestima, a autoconfiança e a autoimagem corporal, o que reduz significativamente a autocrítica e promove maior segurança emocional. Os benefícios foram identificados em todas as faixas etárias. Em crianças, atividades como a natação contribuíram para o desenvolvimento afetivo e motor. Em adultos e universitários, os dados demonstraram que aqueles com maior nível de atividade física apresentaram níveis mais baixos de ansiedade e melhor desempenho cognitivo. Ainda que alguns estudos não tenham encontrado correlação estatística direta, a prática regular se mostrou uma ferramenta preventiva importante. Outro achado relevante foi a relação entre intensidade da prática e os efeitos emocionais. Práticas moderadas e contínuas mostraram-se mais eficazes que treinos intensos e mal orientados, reforçando a importância do planejamento adequado das atividades e da atuação de profissionais capacitados. O estudo confirma que a atividade física é uma aliada eficaz na promoção da saúde mental e na regulação das emoções, especialmente quando integrada ao tratamento psicológico. Seus efeitos positivos decorrem de fatores fisiológicos e psicossociais, como a liberação de neurotransmissores e a melhora da autoimagem. A prática contínua, moderada e bem orientada mostrou-se mais efetiva e segura. Assim, os exercícios físicos representam uma estratégia acessível e interdisciplinar com a psicologia no enfrentamento dos transtornos

¹²¹ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, brainer.braga@sou.fcr.edu.br

¹²² Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, neire.mota@fcr.edu.br.

mentais, promovendo qualidade de vida e bem-estar emocional. O objetivo proposto neste trabalho foi plenamente alcançado ao demonstrar, com base na literatura atual, a relevância da atividade física como ferramenta terapêutica no campo da psicologia.

Palavras-chave: Atividade Física; Saúde Mental; Regulação Emocional; Exercício Físico; Qualidade de Vida.

REFERÊNCIAS:

COSTA, M. V. C. **Correlação entre o nível de atividade física e o índice de ansiedade em universitários.** 2022a.

COSTA, W. R. A.. **Benefícios da natação para crianças.** 2022b.

LUGER, T. M.; SULS, J.; VANDER WEG, M. W. How robust is the evidence for the association between physical activity and depression in older adults? **Journal of Psychosomatic Research**, 2022.

MARTINS, V. P. S. **Efeitos do exercício físico nos sintomas de ansiedade em adultos.** 2022.

OLIVEIRA, É. P.. **Benefícios da atividade física para uma vida saudável e ativa.** 2023.

OLIVEIRA, R.. **Atividade física e mente:** como o exercício potencializa a memória, atenção e saúde mental. 2025.

CHEIAS DO RIO MADEIRA, RISCOS INVISÍVEIS E A LUTA PELA RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA

Gustavo Bonfim Araujo¹²³
Hevelyn Brunna de Souza Bezerra¹²⁴
Kaio Gladson Peres da Costa¹²⁵
Leonan Rodrigo Gonçalves dos Santos¹²⁶
Luiz Henrique Leandro Felix¹²⁷
Nathalia Heloise Rodrigues¹²⁸
Thamillis Nunes Dos Santos¹²⁹
José Alberto Oliveira de Paula Machado¹³⁰

RESUMO

As cheias do Rio Madeira em Porto Velho, Rondônia, são eventos recorrentes que historicamente impactam severamente comunidades ribeirinhas, agravando a vulnerabilidade social e exigindo respostas emergenciais e estruturais. Este resumo científico aborda as ações desenvolvidas por um grupo de extensão universitária da disciplina de Direito Ambiental, no primeiro semestre de 2025, em resposta à cheia histórica ocorrida nesse período. O trabalho visa apresentar e analisar a integração entre teoria e prática na resposta a desastres ambientais, demonstrando o papel da universidade na promoção da justiça social e da resiliência comunitária. O projeto focou na arrecadação e distribuição de alimentos, mobilizando a comunidade acadêmica e utilizando as redes sociais, em consonância com a Agenda 2030 da ONU, especialmente o combate à fome e a promoção da justiça social. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa-ação, de natureza qualitativa e exploratória, focada na análise de um projeto de extensão universitária. Os caminhos metodológicos envolveram a mobilização social e a intervenção direta, por meio de campanhas de arrecadação de alimentos. As ferramentas e técnicas empregadas incluíram o uso de redes sociais como principal instrumento de divulgação e mobilização da comunidade acadêmica e externa. A distribuição dos itens arrecadados foi realizada em parceria com a Defesa Civil, configurando uma ação de campo direta. A coleta de dados para análise do projeto ocorreu por meio de registros de atividades, relatórios internos e documentação fotográfica e videográfica. A análise dos dados se deu pela sistematização dos resultados quantitativos (número de cestas) e qualitativos (engajamento, aprendizados), permitindo avaliar a efetividade da intervenção e a aplicação dos princípios do Direito Ambiental, como a participação democrática. Os resultados do projeto foram sistematizados em duas categorias principais: impacto material e engajamento social. No que tange ao impacto material, foram arrecadadas e distribuídas setenta e duas cestas básicas, beneficiando diretamente famílias ribeirinhas afetadas pela cheia do Rio Madeira. Este achado empírico demonstra a capacidade de resposta emergencial e a efetividade da mobilização. Quanto ao engajamento social, observou-se um expressivo envolvimento da comunidade acadêmica (estudantes e professores) e de parceiros institucionais, evidenciando a concretização do princípio da participação democrática. A parceria com a Defesa Civil otimizou a logística de entrega. Os achados empíricos também

¹²³ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gustavo.araujo@sou.fcr.edu.br.

¹²⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, hevelyn.bezerra@sou.fcr.edu.br.

¹²⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kaio.costa@sou.fcr.edu.br.

¹²⁶ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leonan.santos@sou.fcr.edu.br.

¹²⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luiz.felix@sou.fcr.edu.br.

¹²⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, nathalia.rodrigues@sou.fcr.edu.br.

¹²⁹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thamillis.santos@sou.fcr.edu.br.

¹³⁰ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

revelam o fortalecimento do senso de responsabilidade social e cidadania entre os acadêmicos, que vivenciaram a aplicação prática dos conhecimentos de Direito Ambiental em um cenário de crise. O projeto de extensão demonstrou ser um instrumento eficaz de transformação social. As ações de arrecadação e distribuição de alimentos responderam diretamente à calamidade da cheia do Rio Madeira, cumprindo o objetivo de assistência emergencial. A iniciativa integrou com sucesso a teoria do Direito Ambiental com a prática da resiliência comunitária. A mobilização da comunidade acadêmica e o uso das redes sociais foram cruciais para o engajamento. O projeto reafirmou o compromisso universitário com a justiça social e o desenvolvimento sustentável. Os resultados alcançados evidenciam a capacidade de resposta da universidade frente a desastres. A experiência gerou aprendizados significativos e fortaleceu a formação cidadã dos participantes. O alinhamento com os ODS da Agenda 2030 foi plenamente alcançado.

Palavras-chave: Cheias do Rio Madeira; Desastres Ambientais; Direito Ambiental; Extensão Universitária; Mobilização Social; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

REFERÊNCIAS:

AMADO, Frederico. Direito ambiental. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. (Coleção Sinopses para Concursos).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acesso em: 11 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: brasil.un.org. Acesso em: 11 jun. 2025.

TRENNENPOHL, Terence. Manual de direito ambiental. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

CUIDANDO DE QUEM SEMPRE CUIDOU DE NÓS: MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE COGNITIVA EM PACIENTES IDOSOS

Ana Brécia Teixeira Passos¹³¹

Kauã Kevin Souza Duarte¹³²

Lilian Freitas Daça¹³³

Sabrina Ribeiro de Paula¹³⁴

Sofia Leny Carvalho Lopez¹³⁵

Andréia Tamayose Rezende¹³⁶

RESUMO

O envelhecimento populacional é uma realidade crescente no Brasil e no mundo, exigindo atenção especial às necessidades físicas, emocionais e sociais da população idosa. Com o aumento da expectativa de vida, torna-se fundamental garantir não apenas a longevidade, mas também a qualidade de vida dos idosos, promovendo ações que favoreçam o bem-estar, a saúde mental e a integração social. Como destacam Kalache e Keller (2000), “envelhecer com saúde não significa apenas ausência de doenças, mas também estar inserido socialmente, ter autonomia e acesso a oportunidades de participação ativa na sociedade”. Os centros de convivência para idosos desempenham um papel essencial nesse cenário, ao oferecerem espaços de acolhimento, socialização e estímulo à autonomia aos membros. Com base nesse contexto, o projeto de extensão “Cuidando de quem sempre cuidou de nós” nasce com o propósito de valorizar a pessoa idosa, reconhecendo sua trajetória e promovendo momentos de interação, lazer e acolhimento. Com o objetivo central de promover o bem-estar, a valorização e a socialização dos idosos por meio de atividades interativas e acolhedoras no Centro de Convivência do Idoso de Porto Velho - RO. A metodologia adotada baseou-se em estratégias participativas e lúdicas, reconhecidas como eficazes na promoção do envelhecimento ativo e saudável, conforme orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) e das diretrizes de humanização do cuidado (BRASIL, 2010). Deste modo, foi organizado um evento recreativo composto por bingo com premiações simbólicas, oferta de lanches, música e momentos de dança. Os resultados da atividade evidenciaram alto nível de adesão e participação dos idosos, que interagiram ativamente, expressando satisfação e alegria com a programação proposta. Observou-se um ambiente de descontração e fortalecimento de vínculos sociais, com relatos espontâneos de valorização pessoal e sentimento de pertencimento. O impacto da ação estende-se além do momento vivido, ao contribuir para a promoção da saúde mental e emocional dos participantes, além de reforçar o papel das instituições de ensino na construção de uma sociedade mais inclusiva. O projeto "Cuidando de quem sempre cuidou de nós" demonstrou ser uma iniciativa valiosa e impactante, alcançando os objetivos propostos de promover o bem-estar, a valorização e a socialização dos idosos, enquanto contribui para a formação humanizada dos acadêmicos de Enfermagem. As atividades interativas e acolhedoras realizadas, como o bingo e o lanche coletivo, criaram um ambiente afetuoso e inclusivo, onde os idosos se sentiram respeitados e valorizados. Adicionalmente observou-se a importância de iniciativas que valorizam e cuidam da população idosa, reforçando o papel da universidade na promoção da cidadania e no cuidado

¹³¹ Graduanda em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.passos@sou.fcr.edu.br.

¹³² Graduando em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kaua.duarte@sou.fcr.edu.br.

¹³³ Graduanda em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lilian.daca@sou.fcr.edu.br.

¹³⁴ Graduanda em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sabrina.paula@sou.fcr.edu.br.

¹³⁵ Graduanda em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sofia.lopez@sou.fcr.edu.br.

¹³⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Esp. em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Rondônia, UNIR, Brasil, andreia.rezende@fcr.edu.br.

com essa população.

Palavras-chave: Envelhecimento Ativo; Promoção da Saúde; Socialização de Idosos; Extensão Universitária; Qualidade de Vida.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica nº 19: Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcad19.pdf> Acesso em: 11 jun. 2025.

KALACHE, Alexandre; KELLER, Ivy. **O envelhecimento da população mundial: um desafio novo.** *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 299-305, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/6xQ7YTTLCw6pQjVjBKWMyhs/?lang=pt> Acesso em: 11 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf Acesso em: 11 jun. 2025.

DIREITO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR: DESAFIOS DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO AMBIENTAL DE RONDÔNIA

Abrailson Lopes da Cruz¹³⁷
Elison Carvalho Lima Vieira¹³⁸
João Marcos Ribeiro Paixão¹³⁹
Lêda Cris Soares de Araújo Pinheiro¹⁴⁰
Lorena Soares de Oliveira¹⁴¹
Maria Klivianny Meireles da Costa Benjamin¹⁴²
Paulinny Freire de Oliveira¹⁴³
Ysabelle Waleska Guidorizzi Frutuoso¹⁴⁴
Welinton Pereira Guedes Filho¹⁴⁵
José Alberto Oliveira de Paula Machado¹⁴⁶

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 consagrou o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental, dever do Estado e da coletividade, o que exige transparência e participação social efetiva na formulação das políticas públicas ambientais. O presente trabalho parte do reconhecimento da importância desses princípios democráticos para avaliar como se comportam na prática legislativa ambiental do Estado de Rondônia, especificamente no âmbito das comissões permanentes da Assembleia Legislativa. O objetivo foi analisar o grau de transparência e os mecanismos de participação social nas proposições legislativas ambientais em trâmite na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS). A metodologia adotada foi qualitativa, com uso de pesquisa documental, observação direta das sessões legislativas e entrevistas semiestruturadas com agentes públicos e representantes da sociedade civil. A coleta de dados incluiu atas, registros do portal da transparência da ALE/RO, acompanhamento presencial de sessões e análise do Regimento Interno da Casa. O projeto foi desenvolvido em quatro etapas: planejamento, execução, monitoramento e avaliação. As observações se concentraram nos meses de março a maio de 2025, com registro detalhado das atividades e análise da efetividade dos canais de participação e publicidade das ações legislativas. A análise evidenciou fragilidades na aplicação dos princípios de transparência e participação popular. Diversas sessões não ocorreram por falta de quórum, e muitas proposições foram discutidas sem divulgação adequada. Apesar do Selo Diamante de Transparência Pública obtido pela ALE/RO, a transparência mostrou-se mais formal do que efetiva, com informações pouco claras ou de difícil acesso. A participação cidadã foi mínima, com poucas intervenções de organizações sociais. Diante disso, o grupo propôs um projeto de lei que institui controle preventivo de constitucionalidade, assegurando que apenas propostas compatíveis com a Constituição Federal sejam deliberadas, reforçando a legalidade, a segurança jurídica e a legitimidade democrática. O trabalho demonstrou que o afastamento da

¹³⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, abrailson.cruz@sou.fcr.edu.br.

¹³⁸ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, elisson.vieira@sou.fcr.edu.br.

¹³⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.paixao@sou.fcr.edu.br.

¹⁴⁰ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leda.pinheiro@sou.fcr.edu.br.

¹⁴¹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lorena.oliveira@sou.fcr.edu.br.

¹⁴² Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.benjamin@sou.fcr.edu.br.

¹⁴³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, paulinny.oliveira@sou.fcr.edu.br.

¹⁴⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isabelle.frutuoso@sou.fcr.edu.br.

¹⁴⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, welinton.filho@sou.fcr.edu.br.

¹⁴⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

sociedade dos espaços de deliberação ambiental compromete a construção de uma governança sustentável. Transparência e participação não podem ser apenas formais, devendo garantir acesso real à informação e canais eficazes de diálogo com a população. Fortalecer essas práticas é essencial para alinhar as decisões legislativas aos princípios constitucionais, à proteção ambiental e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 17, que visa fortalecer instituições e a participação social. O projeto reforça a urgência de medidas concretas, como protocolos de transparência ativa, aprimoramento de sistemas digitais e realização de audiências públicas, para consolidar uma democracia ambiental participativa em Rondônia.

Palavras-chave: Transparência; Participação Social; Direito Ambiental; Assembleia Legislativa; Governança Democrática.

REFERÊNCIAS:

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2019.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 21 mar. 2025.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

EMPREENDEDORISMO COMO FERRAMENTA DE AUTONOMIA PARA JOVENS NO FUTURO DO TRABALHO

Beatriz de Pinho Vasconcelos¹⁴⁷

Filipe Gabriel Ramos¹⁴⁸

Isabelli Louise Chaves Perdigão¹⁴⁹

Jox Luz Pontes¹⁵⁰

Juliana Rodrigues Pullig¹⁵¹

Wigna Kalene Venancio de Lima¹⁵²

Edney Costa Souza¹⁵³

RESUMO

O empreendedorismo tem se apresentado como uma alternativa sábia frente às transformações no mundo de trabalho e as demandas da contemporaneidade, caracterizado pela instabilidade econômica e mudanças tecnológicas avançadas. No contexto da juventude, essa prática assume especial relevância ao oferecer oportunidades para a construção de autonomia, promovendo o protagonismo e a atuação perante a realidade desafiadora (Gomes et al., 2014). Entendido como um conjunto de ações voltadas à identificação e aproveitamento de oportunidades, o empreendedorismo vai além da criação de negócios e passa a ser entendido como uma forma de agir no mundo, assumindo responsabilidades e construindo caminhos próprios (Farias, 2018). Nesse sentido, o desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora pode contribuir para que jovens se posicionem de um modo mais autônomo diante das escolhas profissionais e da vivência na sociedade. Logo, iniciativas que favoreçam o contato dos jovens com vivências significativas em torno da temática empreendedora podem representar um passo importante na direção da autonomia, abrindo espaço para reflexões críticas sobre o trabalho e as possibilidades de atuação no presente e no futuro. Objetivo central: Promover reflexão e aprendizado sobre o empreendedorismo como ferramenta de autonomia para jovens no futuro do trabalho, por meio de uma palestra interativa com uma profissional da área da Psicologia e Administração para estudantes do ensino médio de um colégio particular em Porto Velho. Objetivos específicos: 1- Possibilitar o contato direto dos alunos com a experiência de uma profissional empreendedora da área de Psicologia e Administração; 2- Incentivar os alunos a refletirem sobre seus próprios interesses, habilidades e potenciais para empreender no futuro; 3- Impulsionar o interesse dos estudantes pelo empreendedorismo como possibilidade de inserção no mercado de trabalho futuro. O projeto consiste na realização de uma palestra com uma profissional com formação em Psicologia e Administração que atua como empreendedora para os estudantes do ensino médio de um colégio particular em Porto Velho. A convidada abordará o tema “Empreendedorismo como ferramenta de autonomia para jovens no futuro do trabalho”, compartilhando experiências e conhecimentos sobre o cenário atual do empreendedorismo. Durante o encontro, será feita uma dinâmica interativa com os alunos para fomentar a participação ativa e o interesse desses alunos acerca da temática, visando criar um ambiente

¹⁴⁷ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, beatriz.vasconcelos@sou.fcr.edu.br.

¹⁴⁸ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, filippe.ramos@sou.fcr.edu.br.

¹⁴⁹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isabelli.perdigao@sou.fcr.edu.br.

¹⁵⁰ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jox.luz@sou.fcr.edu.br.

¹⁵¹ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, juliana.pullig@sou.fcr.edu.br.

¹⁵² Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Esp. em Direito do Trabalho, Brasil, kalene.venancio@fcr.edu.br.

¹⁵³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

agradável para compartilhar ideias e incentivar o protagonismo dos jovens no campo empreendedor. Durante a palestra, os alunos demonstraram familiaridade com o tema e durante a dinâmica em grupo proposta para a criação de uma empresa ou produto com nome, problema a ser resolvido e público-alvo, seguida da apresentação por cartazes, que se evidenciou um maior engajamento dos alunos. Os estudantes participaram ativamente no processo criativo, apresentando propostas inovadoras. Foi promovido um ambiente participativo, propiciando o protagonismo dos jovens e o desenvolvimento das habilidades para o pensamento empreendedor. Conclui-se que o projeto foi bem sucedido, alcançando seus objetivos ao proporcionar aos alunos contato direto com a profissional, reflexões sobre os seus próprios interesses e habilidades, demonstrando que a experiência contribuiu para impulsionar o interesse empreendedor nos jovens como uma alternativa de inserção no mercado de trabalho, incentivando a autonomia dos estudantes.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Autonomia; Juventude; Futuro do Trabalho.

REFERÊNCIAS:

BRIQUEZ, Lucas. O empreendedorismo na Educação Básica como força motivadora: no desenvolvimento do protagonismo e de demais competências técnicas e comportamentais. [Rmd] Revista Multidisciplinar, v. 5, n. 1, p. 163-180, 2023.

DOS REIS, Tatiane Lopes; DOS SANTOS, Rejane Heloise. Empreendedorismo jovem: motivações, dificuldades e particularidades. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 6, n. 2, p. 36-65, 2021.

FARIAS, Maria Socorro Lourdes de Vasconcelos Tavares de. A educação empreendedora na escola: contextos, concepções e críticas. 2018.

GOMES, Danilo Cortez et al. Empreendedorismo jovem: da escola para o mercado de trabalho. HOLOS, v. 5, p. 333-343, 2014.

GOMES, Nicole De Le San Gonçalves. Jovens empreendedores: uma análise sobre o efeito do empreendedorismo no ensino médio. Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso, 2023.

EMPREENDEDORISMO E A INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA FEMININA

Débora Aline Souza Nascimento¹⁵⁴

Mateus Gomes Ferreira¹⁵⁵

Milena Silva de Miranda¹⁵⁶

Roberta Cristina Firmino Lopes¹⁵⁷

Wigna Kalene Venancio de Lima¹⁵⁸

Edney Costa Souza¹⁵⁹

RESUMO

As mudanças sociais ao decorrer dos anos geraram impactos nas trajetórias de mulheres, principalmente na área econômica, onde obtiveram possibilidades de crescimento em conhecimento, profissão e independência financeira (Borges, 2013). No entanto, quando é considerado o contexto social a que muitas mulheres pertencem, ainda se faz necessário uma atenção maior. Nesse sentido, Samuel (2014) destaca a importância do poder econômico feminino que gera uma gama de benefícios, como: investimento na própria educação e de familiares, acesso à saúde, autonomia nas tomadas de decisões e a independência financeira. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi promover reflexões e fortalecimento da autonomia financeira de mulheres de uma comunidade social de Porto Velho, através do empreendedorismo. A atividade foi desenvolvida em um Centro Social de Porto Velho, com alunas matriculadas em um curso profissionalizante de costura criativa, todas acima dos 40 anos de idade. A intervenção ocorreu por meio de roda de conversa com a temática de empreendedorismo e a independência financeira feminina, sendo abordado tanto pelos acadêmicos, como por uma convidada empreendedora que compartilhou sua experiência, os benefícios e desafios mediante a atuação. Dentre os assuntos abordados, foi possível um espaço de escuta e troca de ideias com mulheres que já iniciaram a atividade empreendedora. Foi utilizada a sala de aula e cadeiras para a roda de conversa, além do material produzido pela convidada e demais recursos utilizados em seu trabalho que foram expostos. Mediante a intervenção por roda de conversa, observou-se tanto receptividade quanto interação das participantes. Questões importantes foram abordadas, como: networking; formas de pagamento; especificação de público e produtos; marketing, dentre outros. Foi relevante a contribuição de uma pessoa experiente na área que pudesse compartilhar sua experiência, aproximando mais à realidade que tais mulheres vivem, principalmente quanto aos desafios que a mulher empreendedora enfrenta, diante aos demais papéis que ocupa na sociedade. O momento trouxe participação ativa tanto das alunas como da professora do curso, gerando motivação às mesmas quanto à temática. A troca de experiências entre mulheres a respeito da independência financeira é necessária e motivadora. O espaço de escuta e orientação de pessoas experientes e com conhecimento da área auxilia na expansão de ideias. O empreendedorismo é relevante para gerar autonomia financeira, realização pessoal e tomada de decisões na vida das mulheres.

¹⁵⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, debora.nascimento@sou.fcr.edu.br.

¹⁵⁵ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, mateus.gomes@sou.fcr.edu.br.

¹⁵⁶ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, milena.miranda@sou.fcr.edu.br.

¹⁵⁷ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roberta.lopes@sou.fcr.edu.br.

¹⁵⁸ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Esp. em Direito do Trabalho, Brasil, kalene.venancio@fcr.edu.br.

¹⁵⁹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

Palavras-chave: Empreendedorismo Feminino; Autonomia Financeira; Networking; Marketing; Investimento.

REFERÊNCIAS:

BORGES, C. C. Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade. *Psicologia em Estudo*, v. 18, p. 71-81, 2013.

SAMUEL, L. O Contributo do Empreendedorismo Feminino no Empoderamento Socioeconômico da Mulher, estudo de caso (pemba, moçambique). *Revista Electrónica de Investigación e Desenvolvimento*, n. 2, 2014.

EMPREENDEDORISMO E FUTURO DO TRABALHO: UMA RODA DE CONVERSA NO PARQUE DA CIDADE EM PORTO VELHO - RO

Diane Heloiza de Assis da Silva¹⁶⁰
Doralice Ferreira Brito¹⁶¹
Fernanda Lima Calzolari¹⁶²
Lorena Carvalho Dos Santos Garcia¹⁶³
Wigna Kalene Venancio de Lima¹⁶⁴
Edney Costa Souza¹⁶⁵

RESUMO

O mundo do trabalho tem experimentado profundas e rápidas transformações, motivadas principalmente pelo avanço das tecnologias, pela automação de processos e pelas novas formas de organização produtiva. Essas mudanças impactam diretamente os modelos tradicionais de emprego, exigindo novas habilidades e formas de atuação dos trabalhadores. Diante desse contexto de incertezas e adaptações, o empreendedorismo se destaca como uma alternativa viável de geração de renda, inclusão econômica e reinserção no mercado. Mais do que uma opção individual, empreender passou a ser uma estratégia coletiva de enfrentamento das mudanças estruturais do mundo do trabalho. Este resumo apresenta a proposta de realização de uma roda de conversa com adultos residentes em Porto Velho, com o intuito de promover um diálogo aberto e reflexivo sobre o futuro do trabalho na região. A atividade pretende estimular o debate acerca das tendências emergentes no mercado, as competências necessárias para o novo cenário produtivo e as possibilidades de empreendedorismo local. Além disso, busca-se fortalecer a consciência crítica dos participantes, incentivando o desenvolvimento de soluções criativas e sustentáveis para a realidade socioeconômica da comunidade porto-velhense. A presente ação foi desenvolvida em formato de roda de conversa, com caráter participativo e dialógico. A atividade ocorreu no dia 12 de junho de 2025, no Parque da Cidade, em Porto Velho - RO, no período das 8h30 às 10h. O público-alvo foi composto por adultos com idade mínima de 18 anos, com expectativa de participação de 10 a 15 pessoas. A metodologia adotou perguntas norteadoras previamente elaboradas para estimular o debate, além de dinâmicas de escuta ativa, visando promover a participação de todos os presentes. Durante a roda de conversa, os participantes foram incentivados a compartilhar experiências, percepções e dúvidas relacionadas ao empreendedorismo e ao futuro do trabalho no contexto local. O facilitador atuou como mediador, garantindo a condução equilibrada e o respeito à diversidade de opiniões. A roda de conversa realizada no Parque da Cidade contou com a participação efetiva de 14 adultos da comunidade local, superando a expectativa inicial. Os participantes demonstraram grande interesse pelo tema, compartilhando relatos pessoais sobre suas experiências de trabalho, desafios enfrentados e iniciativas empreendedoras já em andamento. As perguntas norteadoras estimularam reflexões sobre as mudanças tecnológicas, a precarização de alguns postos de trabalho e as novas formas de geração de renda. Houve destaque para a identificação de oportunidades de negócios adaptadas à realidade socioeconômica de Porto Velho, especialmente nas áreas de

¹⁶⁰ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, diane.heloiza@sou.fcr.edu.br.

¹⁶¹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, doralice.brito@sou.fcr.edu.br.

¹⁶² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fernanda.calzolari@sou.fcr.edu.br.

¹⁶³ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lorena.garcia@sou.fcr.edu.br.

¹⁶⁴ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Esp. em Direito do Trabalho, Brasil, kalene.venancio@fcr.edu.br.

¹⁶⁵ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

serviços e comércio local. A escuta ativa favoreceu o surgimento de propostas coletivas, como a criação de redes de apoio entre pequenos empreendedores. O debate também evidenciou a necessidade de capacitações futuras para o desenvolvimento de competências empreendedoras. A avaliação geral da ação foi positiva, com os participantes reconhecendo a relevância de espaços como este para fortalecer o diálogo comunitário sobre o futuro do trabalho. Acredita-se que iniciativas como esta favoreçam o fortalecimento da cidadania ativa e do protagonismo, tanto individual quanto coletivo. Promover o pensamento crítico e estimular a troca de experiências entre os participantes são estratégias essenciais para a construção de uma cultura empreendedora. Essa abordagem contribui para que os indivíduos estejam mais preparados para enfrentar os desafios sociais e econômicos do século XXI, ampliando suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e geração de renda de forma sustentável e inovadora.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Futuro do Trabalho; Adultos; Educação Não-formal.

REFERÊNCIAS:

DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor. São Paulo: Pioneira, 1987.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2001.

FUTURO DO TRABALHO

Hemelyn Leticia Souza do Nascimento¹⁶⁶

Lahra Helena Costa da Silva Monteiro Duarte¹⁶⁷

Leticia Lopes Canêdo de Lisboa¹⁶⁸

Izabela Teixeira Ribeiro¹⁶⁹

Joice Mendes de Lima¹⁷⁰

Wigna Kalene Venancio de Lima¹⁷¹

Edney Costa Souza¹⁷²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o futuro do trabalho, levando em conta as mudanças que vêm acontecendo no mercado nos últimos anos. Com o avanço da tecnologia, a globalização e novas formas de organização dentro das empresas, o jeito de trabalhar tem mudado bastante. Hoje em dia, é comum ver contratos mais flexíveis, o aumento do trabalho remoto (em casa), o uso de aplicativos e plataformas digitais, além de máquinas e sistemas que substituem funções feitas antes por pessoas. Essas mudanças afetam diretamente a vida dos trabalhadores, principalmente em relação à estabilidade no emprego, aos direitos trabalhistas e à necessidade de aprender coisas novas o tempo todo. O estudo busca entender como os trabalhadores e a sociedade enxergam essas transformações, quais são as principais dificuldades enfrentadas e o que pode ser feito para tornar o trabalho do futuro mais justo e acessível para todos. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com o objetivo de levantar, analisar e discutir as principais tendências relacionadas às transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pelos avanços tecnológicos e organizacionais. Os critérios de inclusão para a seleção do material bibliográfico foram: pertinência temática, atualidade das publicações (preferencialmente dos últimos 10 anos), confiabilidade das fontes e relevância científica para o objeto da pesquisa. A análise foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, permitindo a interpretação crítica e integrada das informações coletadas, com o intuito de identificar padrões, convergências e tendências relevantes sobre o tema investigado. Por meio da revisão bibliográfica é notável os avanços tecnológicos e as transformações organizacionais impulsionam tendências como o teletrabalho, a flexibilização da jornada, o uso de tecnologias digitais, plataformas de gestão e capacitação, automatização de processos manuais, além da valorização da saúde mental dos trabalhadores com foco em promover ambiente laboral que colabore com a saúde integral do colaborador, redefinindo as relações laborais contemporâneas. Considerando o avanço contínuo das tecnologias e sua aplicação crescente nas atividades laborais, observa-se uma substituição progressiva das tarefas rotineiras por sistemas automatizados e digitais. Nesse contexto, destaca-se a importância de valorizar competências tipicamente humanas, como a criatividade, a inovação e a adaptabilidade, que permanecem insubstituíveis pelas máquinas. Assim, o futuro do trabalho exige uma reconfiguração dos perfis profissionais, com ênfase em habilidades socioemocionais e

¹⁶⁶ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, hemelyn.nascimento@sou.fcr.edu.br.

¹⁶⁷ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lahra.duarte@sou.fcr.edu.br.

¹⁶⁸ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, izabela.ribeiro@sou.fcr.edu.br.

¹⁶⁹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leticia.lisboa@sou.fcr.edu.br.

¹⁷⁰ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joice.lima@sou.fcr.edu.br.

¹⁷¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Esp. em Direito do Trabalho, Brasil, kalene.venancio@fcr.edu.br.

¹⁷² Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

cognitivas complexas, reafirmando o papel estratégico do ser humano nas organizações contemporâneas.

Palavras-chave: Mudanças no mercado; Trabalho Remoto; Globalização; Contrato Flexíveis; Acessibilidade

REFERÊNCIAS:

ANJOS, Guilherme Goulão Escaleira dos. **O Futuro do trabalho**. 2021. Dissertação de Mestrado.

NOGUEIRA, A. J. F. M. O Trabalho Digital nos Bancos. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 237-248.

ANTUNES, Ricardo Coltro. Qual é o futuro do trabalho na Era Digital?. *Laborare*, v. 3, n. 4, p. 6-14, 2020.

FELICIANO, Sonilany Roberta Delfino et al. *As tendências para o trabalho no pós-pandemia*. 2022.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE GRUPO DE ESCUTA NO SETOR DE RECURSOS HUMANOS DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA

Carolina Moura da Costa Pascoal¹⁷³

Crislaine Gomes de Oliveira¹⁷⁴

Luanda Silva dos Santos¹⁷⁵

Natália Laís Feitosa¹⁷⁶

Priscila Yumiko Sakamoto¹⁷⁷

Ainá Barbosa Feitosa¹⁷⁸

RESUMO

O presente trabalho descreve o desenvolvimento do Projeto de Extensão (PE) na disciplina extensionista de Psicologia Institucional do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia-FCR. As atividades foram realizadas com os servidores do setor de Recursos Humanos da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde/RO (SEMS/RO), na cidade de Porto Velho/RO. Este PE teve por objetivo principal compreender sob os princípios da análise institucional os desafios do setor de recursos humanos na SEMS/RO e como objetivos específicos: promover rodas de conversa e escuta qualificada para identificar quais os principais desafios institucionais do setor. O PE foi estruturado em três etapas. Primeiro, realizou-se uma visita ao *locus* da pesquisa para observação científica e escuta ativa, possibilitando a compreensão da dinâmica institucional e dos desafios enfrentados pelos servidores. Identificaram-se dificuldades de comunicação, polarização política e relações interpessoais fragilizadas. A abordagem promoveu essa escuta através de rodas de conversa, utilizando-se o que ensina Castanho (2012), sobre a fala do indivíduo inserido em um grupo dizer algo sobre o conjunto; assim como o conceito de “porta-voz” aludido por Pinchón-Riviére (*apud* Castanho, 2012), em que um membro do grupo pode, de forma explícita ou implícita, demonstrar os anseios, necessidades e conflitos do coletivo. Na segunda etapa, foram promovidos encontros presenciais com os servidores, incluindo dinâmicas de integração e expressão de expectativas e preocupações. As principais preocupações envolviam falta de treinamento institucional e capacitação, enquanto as expectativas eram reconhecimento e acolhimento. Por fim, na terceira etapa, foi realizada uma reunião devolutiva com os gestores, e posteriormente com o grupo. Foi entregue um mural como dispositivo de gestão, permitindo organização de processos e fortalecimento das relações no setor. Essa ferramenta é importante para que se concretize o que Bleger (2001, p.75 *apud* Gula e Pinheiro, 2007) ensina sobre o cotidiano institucional em que problemas e conflitos devem ser estudados e considerados pelo próprio grupo. Podemos dizer que as intervenções realizadas fortaleceram as relações institucionais, favorecendo uma cultura mais saudável e colaborativa. Os resultados obtidos, possibilitaram elucidar a real demanda institucional, fomentando o desenvolvimento de estratégias que podem ser mantidas e aprimoradas ao longo do tempo. Acreditamos que esse projeto não só trouxe benefícios imediatos, mas também criou uma base sólida para futuras intervenções, possibilitando um ambiente de trabalho mais equilibrado e produtivo. Acredita-se que com o comprometimento de todos, os avanços alcançados serão duradouros promovendo o contínuo desenvolvimento

¹⁷³ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.costa@sou.fcr.edu.br.

¹⁷⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, crislaine.oliveira@sou.fcr.edu.br.

¹⁷⁵ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luanda.santos@sou.fcr.edu.br.

¹⁷⁶ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, natalia.oliveira@sou.fcr.edu.br.

¹⁷⁷ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, priscila.sakamoto@sou.fcr.edu.br.

¹⁷⁸ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, aina.feitosa@fcr.edu.br

institucional. Este PE proporcionou uma oportunidade de observar a realidade institucional da SEMS/RO, ainda que de forma parcial. A delimitação do escopo da intervenção ao setor do RH, imposta pelas limitações temporais da proposta, não impediu que se realizasse uma escuta qualificada, por meio dos encontros realizados com o grupo. Dessa maneira o projeto foi essencial para a promoção da saúde mental dos servidores, e trouxe contribuições para a melhoria do ambiente de trabalho. O grupo de escuta foi essencial para observar a satisfação e motivação dos servidores, sendo assim possível identificar os principais desafios organizacionais, como também, fortalecer as relações institucionais, promovendo um ambiente ainda mais produtivo e eficiente, atingindo assim os objetivos iniciais do trabalho.

Palavras-chave: Psicologia Institucional; Escuta Qualificada; Desenvolvimento Institucional; Relações Institucionais; Roda de Conversa.

REFERÊNCIAS:

CAETANO, B. L.; SANTEIRO, T. V.. Grupo Operativo com Psicólogos do SUS: Das Armadilhas ao Brincar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e249030, 2023.

CASTANHO, P. Uma introdução aos grupos operativos: teoria e técnica. – **Revista do NESME**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 48-55, 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902012000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 maio 2025.

GULA, P.; PINHEIRO, N.. Entre o limite e a esperança: relato de uma experiência em psicologia institucional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 2, p. 358–367, jun. 2007.

MENTE EMPREENDEDORA: UM OLHAR JOVEM PARA AS OPORTUNIDADES DA VIDA

Camila Costa Castro¹⁷⁹

Jaquecilene Santos Marinho¹⁸⁰

Lauane Lima¹⁸¹

Lucineia Asano¹⁸²

Marcio Orsi Coutinho¹⁸³

Rafaela Winter Oliveira¹⁸⁴

Wigna Kalene Venancio de Lima¹⁸⁵

Edney Costa Souza¹⁸⁶

RESUMO

A mentalidade empreendedora tem ganhado destaque como uma competência essencial no século XXI, sendo entendida não apenas como capacidade de gerir um negócio, mas como um modo de ser e agir diante dos desafios do cotidiano (SCHAEFER; MINELLO, 2017). A palestra “Mente Empreendedora: Um Olhar Jovem para as Oportunidades da Vida”, realizada no dia 24/05 às 20h no grupo de jovens da Paróquia São Luiz Gonzaga, contou com a participação de 30 jovens e teve como objetivo despertar o protagonismo juvenil por meio do pensamento empreendedor. Buscou-se demonstrar que empreender não é somente criar empresas, mas também assumir atitudes transformadoras em ambientes como escola, igreja, serviço público e relações familiares. Também foram considerados estudos como o de Fonseca (2023), que destaca o papel da informação, do ambiente e das redes de apoio na formação da atitude empreendedora. A metodologia adotada consistiu em uma palestra interativa de 20 minutos, dividida em três momentos: introdução, exposição teórica com exemplos práticos e encerramento com diálogo aberto. Utilizaram-se recursos orais e visuais simples, com linguagem acessível. Foram apresentados casos reais para ilustrar os conteúdos, como o projeto de reforço escolar desenvolvido por uma jovem em sua escola e a iniciativa “Juventude em Ação”, criada por jovens católicos da Paróquia São Pedro (MG). A palestra visou promover a reflexão e estimular o protagonismo juvenil. A atividade realizada evidenciou elevado nível de envolvimento e participação por parte dos envolvidos. Observou-se interesse significativo pelo tema abordado, especialmente no que se refere às possibilidades de aplicação de práticas empreendedoras no cotidiano dos participantes. Durante a etapa final, dedicada à interação e troca de ideias, emergiram sugestões concretas para o desenvolvimento de ações futuras na comunidade local. Além disso, a realização de um lanche coletivo, ao término da atividade, contribuiu para o fortalecimento dos vínculos interpessoais entre os participantes, favorecendo um ambiente de integração e colaboração. A experiência permitiu compreender que jovens, quando estimulados com propósito e orientação, são capazes de desenvolver uma mentalidade empreendedora e promover impacto

¹⁷⁹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, camila.castro@sou.fcr.edu.br.

¹⁸⁰ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jaquecilene.marinho@sou.fcr.edu.br.

¹⁸¹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lauane.lima@sou.fcr.edu.br.

¹⁸² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucineia.asano@sou.fcr.edu.br.

¹⁸³ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marcio.coutinho@sou.fcr.edu.br.

¹⁸⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rafaela.oliveira@sou.fcr.edu.br.

¹⁸⁵ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Esp. em Direito do Trabalho, Brasil, kalene.venancio@fcr.edu.br.

¹⁸⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

em seus ambientes. A iniciativa reforçou que a Igreja pode ser espaço fértil para o despertar de lideranças jovens, comprometidas com transformação social e espiritual.

Palavras-chave: Juventude; Protagonismo; Mente Empreendedora; Igreja; Ação Social.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Roger Eduardo. Empreendedorismo: seu desenvolvimento, como é o seu ensino, e a sua importância aos jovens. Caderno de Administração, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 1-9, jan./dez. 2012.

FONSECA, Flavia de Souza Magalhães. Informação e mentalidade empreendedora: estudos de caso com acadêmicos de universidades no Brasil e Canadá. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2023.

SCHAEFER, Ricardo; MINELLO, Italo Fernando. Mentalidade empreendedora: o modo de pensar do indivíduo empreendedor. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 495–524, set./dez. 2017.Exemplo: DEMO, P. Educação e alfabetização científica. Campinas: Papirus, 2010.

MACHADO, A. R. et alii. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CIDADANIA DIGITAL E A PROTEÇÃO JURÍDICA DAS JOVENS MULHERES

Analúcia Cernov Vieira¹⁸⁷
Daniela Luna Proença Carvalho¹⁸⁸
Gustavo Spadotto do Amaral¹⁸⁹
Pedro Lucas Galdino Gomes¹⁹⁰
Pedro Otavio Oliveira Feitosa¹⁹¹
Matheus Vinicius Nobre Pereira¹⁹²
Edson Antônio Sousa Pontes Pinto¹⁹³

RESUMO

O projeto de extensão “Cidadania digital e a proteção jurídica das jovens mulheres” tem como objetivo central promover a conscientização social e o empoderamento da sociedade, especialmente das mulheres, frente aos riscos e desafios impostos pelos crimes virtuais diante da crescente digitalização da vida cotidiana e da ampliação de práticas ilícitas no ambiente digital como vazamento de dados, discurso de ódio, invasões de privacidade e assédio online, o direito enfrenta o desafio de adaptar seus mecanismos tradicionais às novas demandas sociais e tecnológicas, também fora analisado a segurança psicológica que as mulheres sentem sobre serem o alvo desse crimes e a observância do direito como fonte para resolver a problemática dos crimes cibernéticos por elas sofridos, assim esse trabalho visa demonstrar os níveis em que as jovens mulheres são afetadas por crimes virtuais e o quanto essas vítimas se sentem protegidas e amparadas diante de seu sofrimento, também analisa-se o quanto as jovens mulheres se sentem protegidas em um geral e o quanto elas confiam e conhecem das medidas judiciais cabíveis nesse tipo de crime. A pesquisa foi realizada com jovens mulheres em sua maioria acadêmicas de Direito dos períodos iniciais (até o terceiro período) da Faculdade Católica de Rondônia, utilizou-se como parâmetro respostas objetivas de múltipla escolha em um formulário online. Dentre os dados coletados na pesquisa realizada pelo grupo referente ao tema apresentado 85,7% dos participantes alegaram ter conhecimento sobre crimes cibernéticos, dentre esses 37,1% afirmaram já ter sido vítimas desse tipo de crime, do qual apenas 6,8% tomaram alguma ação pós ter sofrido o crime, dentre todos os questionados apenas 8,6% acredita que a legislação brasileira está preparada para lidar com esse tipo de crime, e também 8,6% dos questionados afirmam saber sobre seus direitos relativos aos crimes cibernéticos. A relevância do projeto reside na urgência de se enfrentar, os impactos que os crimes virtuais causam na vida das mulheres, muitas vezes vítimas de violência digital com graves consequências emocionais, sociais e jurídicas, e analisar a forma como estas se sentem ante as suas inseguranças sobre sua fragilidade no âmbito dos meios de comunicação digital, há de ser observado falta de procura dos meios jurídicos para resolução dos crimes sofridos, muito disso ocorre por falta de conhecimento sobre as medidas legais possíveis fazendo com que estas mulheres se sintam frágeis por não saberem do amparo legal sobre tais questões.

Palavras-chave: Crimes; Digital; Jovens; Mulheres; Virtuais.

¹⁸⁷ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, analucia.vieira@sou.fcr.edu.br.

¹⁸⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, daniela.carvalho@sou.fcr.edu.br.

¹⁸⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gustavo.amaral@sou.fcr.edu.br.

¹⁹⁰ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.galdino@sou.fcr.edu.br.

¹⁹¹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.feitosa@sou.fcr.edu.br.

¹⁹² Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, matheus.pereira@sou.fcr.edu.br.

¹⁹³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidad de Granada – UGR, Espanha, edson.pinto@fcr.edu.br.

REFERÊNCIAS:

GRECO, Marco Aurélio. Internet e Direito. São Paulo: Dialética, 2000.

PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.

ROSSINI, Cynthia. Boletim Antivigilância. Segurança Cibernética na América Latina: atuação da OEA, 2015.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Anderson Augusto Machado Junior¹⁹⁴

Caio Vinicius Telles Valente¹⁹⁵

Eloizy Cristini Dave de Assis¹⁹⁶

Helck Araújo de Melo¹⁹⁷

João Vitor de Cordeiro Bentes Gonçalves¹⁹⁸

Pedro Henrique Leal Casa¹⁹⁹

Ronald Sezari Rodrigues²⁰⁰

José Alberto Oliveira de Paula Machado²⁰¹

RESUMO

A gestão de resíduos sólidos é um desafio presente na sociedade contemporânea, impulsionado pelo crescimento populacional e o aumento do consumo. O descarte inadequado de resíduos resulta em contaminação do solo e da água, proliferação de doenças e danos ambientais, como a perda de fertilidade do solo. Diante desse cenário, a implementação de políticas públicas e a conscientização ambiental são cruciais para promover práticas sustentáveis e o reaproveitamento de materiais, com destaque para a coleta seletiva. Este relatório aborda o projeto de extensão “Gestão de Resíduos Sólidos”, que visa informar e sensibilizar a população sobre a importância da gestão adequada dos resíduos, incentivando práticas sustentáveis e a adesão à coleta seletiva. A iniciativa está alinhada com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente os relacionados a cidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, e ação climática. O projeto busca unir teoria e prática, utilizando recursos informativos de baixo impacto ambiental, como panfletos digitais acessados via QR codes que direcionam para plataformas com informações sobre pontos de coleta seletiva. O objetivo final é contribuir para a construção de um ambiente urbano mais sustentável, tornando a gestão de resíduos sólidos acessível e parte do cotidiano da população. A metodologia utilizada foi a Mista (Quali-quantitativa), pois foram utilizadas abordagens qualitativas, com análises de artigos, bem como a quantitativa, com análise de dados coletados pelo Google Forms. O resultado concreto e mensurável foi o registro de 137 acessos ao QR Code disponibilizado, o que demonstra o alcance da metodologia de conscientização. Além disso, a obtenção de respostas no Google Forms indica um engajamento ativo da população, fornecendo dados qualitativos e quantitativos importantes para a avaliação do impacto do projeto. Esses dados podem ser analisados para identificar o nível de conscientização alcançado, as percepções da comunidade sobre a gestão de resíduos e as áreas que ainda necessitam de maior atenção. Em suma, os dados coletados no Google Forms são uma peça fundamental para mensurar o impacto do projeto, revelando tanto o sucesso na disseminação de informações relevantes quanto às áreas críticas que demandam atenção contínua. As percepções dos participantes servirão como um guia essencial para a formulação de próximas

¹⁹⁴ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andersonaugusto.junior@sou.fcr.edu.br.

¹⁹⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, caio.valente@sou.fcr.edu.br.

¹⁹⁶ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eloizy.assis@sou.fcr.edu.br.

¹⁹⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, helck.melo@sou.fcr.edu.br.

¹⁹⁸ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.goncalves@sou.fcr.edu.br.

¹⁹⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.casa@sou.fcr.edu.br.

²⁰⁰ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ronald.rodrigues@sou.fcr.edu.br.

²⁰¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

etapas e para a construção de uma Porto Velho mais consciente e com uma gestão de resíduos sólidos mais eficaz e impacto do projeto, revelando tanto o sucesso na disseminação de informações relevantes quanto às áreas críticas que demandam atenção contínua. As percepções dos participantes servirão como um guia essencial para a formulação de próximas etapas e para a construção de uma Porto Velho mais consciente e com uma gestão de resíduos sólidos mais eficaz e acessível.

Palavras-chave: Gestão de Resíduos Sólidos; Economia Donut; Informação.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 12.305/2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 28 mai. 2025.

RAWORTH, Kate. Economia Donut: Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Editora Schwarcz, São Paulo, 2019.

PLANETA NA MOCHILA

Alicia Kattleen Evangelista da Silva²⁰²
Debora da Luz Sousa²⁰³
Franciyellen Monteiro da Costa²⁰⁴
George Mar'Cos²⁰⁵
Jamille Lesyrre Oliveira Sampaio²⁰⁶
Juciney de Oliveira Caldeira Junior²⁰⁷
Melyssa da Silva Bezerra²⁰⁸
Thaise Reis Cruz²⁰⁹
José Alberto Oliveira de Paula Machado²¹⁰

RESUMO

O Projeto extensionista “Planeta na Mochila” foi elaborado e executado pelos acadêmicos do 7º Período do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia através da disciplina de Direito Ambiental II. A ação teve como objetivo a promoção da educação ambiental entre estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal São Pedro, localizada em Porto Velho-RO. A iniciativa foi fundamentada nos princípios da Educação Ambiental, do Direito à Informação e da Solidariedade Intergeracional, bem como em normas legais, como o art. 225 da Constituição Federal, a Política Nacional de Educação Ambiental, a Lei de Política Nacional de Educação Ambiental e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, com destaque para as metas de Educação de Qualidade (ODS 4), Consumo e Produção Responsáveis (ODS 12), Ação Climática (ODS 13) e Vida Terrestre (ODS 15). A iniciativa visou despertar a consciência ambiental dos estudantes, buscando mudanças de comportamento e incentivar a cidadania ecológica. A metodologia adotada buscou a interação combinada de teoria e prática através de palestras educativas, atividades lúdicas e pedagógicas, dinâmicas em grupo, distribuição de cartilhas informativas e aplicação de questionário. A programação ocorreu em dois dias distintos. No primeiro dia os alunos assistiram a uma palestra dinâmica e informativa sobre a coleta seletiva e o trajeto feito pelo lixo após seu descarte, tema este de relevância direta para o cotidiano. Para consolidar o aprendizado, também foi aplicado um quiz educativo que buscou fixar os conhecimentos adquiridos. Já no segundo dia as crianças participaram de um circuito ecológico com quatro estações de brincadeiras educativas, onde puseram em prática seus aprendizados. As atividades ainda contaram com uma explicação acessível sobre os direitos ambientais presentes na Carta Magna, buscando aproximar o universo jurídico do cotidiano dos alunos. Entre os principais resultados, destaca-se o alto engajamento e interesse dos alunos, que participaram com entusiasmo das atividades propostas, demonstrando assimilação eficaz dos conteúdos abordados. Todos os recursos, humanos, materiais e tecnológicos utilizados, buscaram a melhor compreensão de cada criança sobre o tema, conjuntamente ao propósito de

²⁰² Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alicia.silva@sou.fcr.edu.br.

²⁰³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, debora.souza@sou.fcr.edu.br.

²⁰⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, francyellen.costa@sou.fcr.edu.br.

²⁰⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, george.marcos@sou.fcr.edu.br.

²⁰⁶ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jamille.sampaio@sou.fcr.edu.br.

²⁰⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, juciney.junior@sou.fcr.edu.br.

²⁰⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, melyssa.bezerra@sou.fcr.edu.br.

²⁰⁹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thaise.cruz@sou.fcr.edu.br.

²¹⁰ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

manusear métodos, elementos e ferramentas ecologicamente amigáveis. Embora algumas atividades planejadas não tenham sido concretizadas, os resultados superaram as expectativas. O engajamento das crianças foi notável, com sua participação ativa na palestra, iniciativa para tirar dúvidas e compartilhamento de experiências. A capacidade de absorção e síntese das informações apresentadas foi surpreendente, evidenciada pela rapidez com que os alunos responderam ao questionário educativo e pelo aproveitamento constatado. O projeto contribuiu efetivamente para a formação de indivíduos conscientes e familiarizados com conceitos fundamentais do direito ambiental, conferindo materialidade ao princípio da informação ambiental e às diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A ludicidade das atividades, como os jogos de reciclagem e o jogo da memória ecológica, mostrou-se eficaz para o aprendizado e a fixação do conteúdo, incentivando a reflexão e a associação de ideias de forma divertida e interativa. O impacto educacional foi reforçado pela adesão da comunidade escolar e pelo reconhecimento da importância da educação ambiental como instrumento de transformação social e promoção de uma cultura de sustentabilidade, além de criar uma sociedade ambientalmente justa e solidária.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sustentabilidade; Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimentosustentavel-e-meio-ambiente/135-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015>

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm Disponível

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DELITTI, Luana Souza. O que se entende pelo princípio da solidariedade intergeracional. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/o-que-se-entende-pelo-principio-da-solidariedade-intergeracional-luana-souza-delitti/2179254>

FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: Direito ao Futuro. Editora Fórum, 4ª edição.

KARLINSKI, J.; SAMUDIO PÉREZ, C. A. Educação Ambiental para a Educação Básica.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

RAWORTH, Kate. Economia Donut: Uma Alternativa ao Crescimento a Qualquer Custo. Zahar, 2017.

PROJETO ACOLHER: ATENÇÃO E PROTEÇÃO ÀS PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Gueller Rodrigues Pullig²¹¹
Ludmila Martimiano de Andrade²¹²
Marcos Vinicius Gonçalves Costa²¹³
Rita Nathália dos Santos²¹⁴
Vitor Lucas Alves Cuelhar²¹⁵
Carolina Simões Correia²¹⁶

RESUMO

O Projeto Acolher é uma iniciativa de extensão universitária desenvolvida pela Faculdade Católica de Rondônia com o objetivo de levar atenção e proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente no Bairro Mariana, em Porto Velho-RO. Considerando o distanciamento entre a população carente e o conhecimento jurídico, o projeto propõe atividades que visam aproximar essas pessoas de informações e serviços básicos de direitos fundamentais, como o direito de família e do consumidor. O objetivo principal é democratizar o acesso à informação e aos serviços jurídicos gratuitos, promovendo cidadania e conscientização dos próprios direitos. A atividade foi realizada por meio de uma oficina, conduzida pelos alunos extensionistas e coordenada pela professora orientadora. O grupo preparou previamente kits de higiene pessoal (com escovas e pastas de dente e absorventes) e organizou uma visita à Casa de Peixotinho, onde ocorreu a oficina. Durante o encontro, foi apresentada uma cartilha jurídica elaborada em parceria com o Núcleo de Prática Jurídica da instituição. A metodologia envolveu uma abordagem oral e didática com linguagem acessível, seguida da distribuição dos kits e disponibilização de contatos para atendimento jurídico gratuito posterior. A ação alcançou cerca de 40 pessoas e possibilitou o compartilhamento de informações sobre direitos básicos e formas de acesso à justiça. Muitos participantes demonstraram interesse, fizeram perguntas e compartilharam relatos pessoais. A oficina também fortaleceu o vínculo entre a comunidade e a faculdade, especialmente em relação ao Núcleo de Apoio Jurídico. A entrega dos kits foi bem recebida, contribuindo para a dignidade e bem-estar dos presentes. A atividade mostrou que, com linguagem acessível e atendimento empático, é possível despertar o interesse e promover a conscientização da população em situação de vulnerabilidade. O projeto cumpriu seu objetivo de levar informação e apoio a uma comunidade carente. A interação direta com os moradores evidenciou a importância de atividades contínuas, tanto para reforçar o conhecimento quanto para criar vínculos duradouros com os serviços jurídicos disponíveis. A repetição periódica das oficinas pode potencializar os impactos, promovendo não apenas acesso, mas também apropriação do conhecimento pelos participantes.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Vulnerabilidade Social; Acesso à Justiça; Direitos Fundamentais; Cidadania.

REFERÊNCIAS:

-
- ²¹¹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gueller.pullig@sou.fcr.edu.br.
²¹² Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ludmila.martimiano@sou.fcr.edu.br.
²¹³ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marcos.costa@sou.fcr.edu.br.
²¹⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rita.santos@sou.fcr.edu.br.
²¹⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vitor.cuelhar@sou.fcr.edu.br.
²¹⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

DEMO, P. **Educação e alfabetização científica**. Campinas: Papirus, 2010.

FIORATI, R. C. et al. *População em vulnerabilidade, intersectorialidade e cidadania: articulando saberes e ações*. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ZcNdG37QbGWQhfwPFzbvnmM>>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA INFÂNCIA DE FORMA CONSCIÊNCIA

Criscia Souza da Silva²¹⁷

Aline Ribeiro de Castro²¹⁸

Thais de Souza Lima Tinoco²¹⁹

Edney Costa Souza²²⁰

RESUMO

A educação financeira infantil tem se tornado um tema de destaque no cenário educacional brasileiro, sendo reconhecido como uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos conscientes, autônomos e preparados para lidar com o dinheiro de forma responsável. Em uma sociedade marcada pelo consumismo e pela pouca discussão sobre finanças desde a infância, observa-se a necessidade de incorporar o ensino de noções financeiras no ambiente escolar e familiar. Ensinar as crianças a lidar com o dinheiro desde cedo favorece o desenvolvimento de habilidades como planejamento, autocontrole, organização e capacidade de escolha. Este trabalho tem como objetivo principal analisar como conteúdos e práticas de educação financeira podem ser introduzidos no cotidiano das crianças por meio da escola e da família, utilizando como base três materiais: um artigo da Revista RECIMA21, uma cartilha elaborada pelo IBEF Ceará(2023) e um texto do Blog Leiturinhas. A intenção é refletir sobre estratégias que favoreçam a aprendizagem de conceitos financeiros de forma lúdica, acessível e contextualizada, buscando contribuir para a formação de uma cultura de consumo consciente desde os primeiros anos de vida. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Foram selecionados três documentos como fontes principais: o artigo publicado na Revista RECIMA21, que apresenta discussões teóricas e pedagógicas sobre educação financeira na infância; a Cartilha de Educação Financeira Infantil do IBEF Ceará, voltada para aplicação em escolas do ensino fundamental; e o artigo do Blog Leiturinha, destinado a orientar famílias sobre como falar de dinheiro com os filhos. A análise foi feita por meio de leitura crítica, destacando temas recorrentes e estratégias práticas propostas nos textos. Os conteúdos foram organizados em categorias temáticas como: poupança, consumo consciente, mesada, práticas lúdicas e o papel da escola e da família na formação financeira. Não foram utilizados instrumentos de coleta de dados primários, pois o estudo é fundamentado em documentos já disponíveis publicamente. A análise dos documentos revelou que a educação financeira infantil se torna mais eficiente quando trabalhada de forma lúdica e próxima da realidade das crianças. O artigo da Revista RECIMA21 destaca a importância de desenvolver não apenas o conhecimento técnico sobre finanças, mas também habilidades socioemocionais como empatia, autocontrole e responsabilidade. A cartilha do IBEF Ceará propõe um modelo orientado e prática pedagógica com atividades simples e interativas, que podem ser aplicadas em sala de aula. Já o Blog Leiturinha enfatiza o papel da família e apresenta sugestões como o uso de cofrinhos, a introdução de mesadas educativas, a participação das crianças em decisões de compra e utilização de jogos para facilitar a compreensão do valor do dinheiro. Os três materiais indicam que, quando escola e família atuam de forma integrada, os resultados no desenvolvimento da consciência financeira são significativamente ampliados. Conclui-se que a educação financeira infantil é uma prática necessária e viável, sendo capaz de transformar a relação que as crianças desenvolvem com o dinheiro ao longo da vida. A partir da análise dos

²¹⁷ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, criscia.silva@sou.fcr.edu.br.

²¹⁸ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, aline.castro@sou.fcr.edu.br.

²¹⁹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thais.tinoco@sou.fcr.edu.br.

²²⁰ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

documentos estudados, observa-se que a combinação entre práticas escolares bem estruturadas e ações familiares cotidianas pode promover uma formação mais completa e significativa. As estratégias lúdicas, os recursos visuais e as atividades práticas demonstraram ser eficazes para o ensino de finanças às crianças. Além disso, o envolvimento da família se mostrou essencial para reforçar os aprendizados adquiridos em sala de aula. Assim, o presente estudo reforça a importância de ampliar iniciativas de educação financeira nas escolas e nas comunidades, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos, autônomos e responsáveis financeiramente.

Palavras-chave: Educação Financeira; Infância; Hábito de Poupar; Aprendizagem Lúdica; Responsabilidade Social.

REFERÊNCIAS:

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS – IBEF Ceará. *Cartilha de educação financeira infantil*. Fortaleza: IBEF Ceará, 2023.

LEITURINHA. *Dicas para falar de educação financeira com crianças*. [S. l.]: Leiturinha, [2024?].

SOARES, J. K. P.; OLIVEIRA, D. M. S. *Educação financeira na infância: uma proposta de intervenção pedagógica na escola*. Revista RECIMA21, v. 4, n. 3, 2023.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JUSTIÇA DO TRABALHO PARA VOCÊ!

Danubia Sofia Nascimento Lima de Araújo²²¹

Eduardo Jairo da Silva Paim²²²

Giovanna da Silva Aguiar²²³

Júlio César Monteiro Silva²²⁴

Lucas Pelegrini Barreto²²⁵

Murilo Sérgio Valente Aguiar²²⁶

Cássio Bruno Castro Souza²²⁷

RESUMO

O acesso à Justiça é um direito fundamental consagrado no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988, que assegura que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". No entanto, a linguagem excessivamente técnica adotada nos processos judiciais, conhecida como "juridiquês", representa uma barreira significativa ao exercício pleno desse direito, especialmente na Justiça do Trabalho. Tal dificuldade atinge, de forma particular, trabalhadores, pessoas com deficiência auditiva, surdos, indivíduos no espectro autista com dificuldades de linguagem formal e estudantes em fase inicial de aprendizado jurídico. O projeto foi estruturado em três fases. A primeira incluiu levantamento das principais dúvidas da população, consultas a especialistas em Direito do Trabalho e análise de sentenças judiciais. Na segunda fase, procedeu-se à elaboração de roteiros e produção de vídeos curtos, com linguagem acessível, legendas, tradução em Libras e recursos de Inteligência Artificial para simplificação do conteúdo jurídico. Na terceira etapa, houve a divulgação nas redes sociais, com apoio de parcerias institucionais, e a avaliação da eficácia comunicacional por meio de indicadores como número de visualizações, interações, feedback dos usuários e relatórios de acessibilidade. Foram produzidos vídeos educativos com respostas às perguntas mais frequentes, visando esclarecer dúvidas sobre procedimentos trabalhistas e promover o entendimento dos direitos por parte da população leiga. As postagens geraram elevado engajamento e retornos positivos quanto à clareza e utilidade do material. O projeto "Justiça do Trabalho para Você!" contribui para a democratização do acesso à Justiça, ao enfrentar o "juridiquês", identificado por Ferraz Júnior (2003) como uma forma de exclusão social. Alinhada aos estudos de Cappelletti e Garth (1988) sobre o efetivo acesso à Justiça e de Siqueira Neto e Domingues (2021) sobre o uso ético da Inteligência Artificial, a iniciativa promove inclusão digital e comunicativa, reforçando o compromisso constitucional de ampliar o alcance dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Acesso à Justiça; Linguagem Jurídica; Inteligência Artificial; Justiça do Trabalho; Inclusão Digital.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

²²¹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, danubia.araujo@sou.fcr.edu.br.

²²² Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduardo.paim@sou.fcr.edu.br.

²²³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, giovanna.aguiar@sou.fcr.edu.br.

²²⁴ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, julio.silva@sou.fcr.edu.br.

²²⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.barreto@sou.fcr.edu.br.

²²⁶ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, murilo.aguiar@sou.fcr.edu.br.

²²⁷ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, cassio.souza@fcr.edu.br.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 abr. 2025.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina Legal. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

SIQUEIRA NETO, José Francisco; DOMINGUES, Danilo. Inteligência Artificial e Inclusão Jurídica: O Papel das Ferramentas Digitais na Efetivação do Acesso à Justiça. Revista Brasileira de Direito, v. 17, n. 1, 2021. Disponível em: <https://seer.imes.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/2707>. Acesso em: 02 abr. 2025.

OS IMPACTOS SOCIAIS E EMOCIONAIS QUE O ISOLAMENTO TRAZ NAS PESSOAS COM TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE NA REGIÃO NORTE

Jox Luz Pontes Castro²²⁸

Lucas Zaramella de Almeida²²⁹

Roanne Leticia Rosa²³⁰

Fernanda de Castro Borges Trindade²³¹

Neire Abreu Mota Porfiro²³²

RESUMO

O Transtorno de Personalidade Borderline (TPB) é um transtorno mental grave caracterizado por um padrão persistente de instabilidade nas relações interpessoais, autoimagem e afetividade, além de comportamentos impulsivos. Indivíduos com TPB frequentemente apresentam sentimentos crônicos de vazio, esforços desesperados para evitar o abandono, explosões de raiva e comportamentos autolesivos ou suicidas segundo a *American Psychiatric Association* (Associação Americana de Psiquiatria) (2014). A etiologia do TPB é multifatorial, envolvendo predisposições genéticas, alterações neurobiológicas e experiências adversas precoces, como negligência e abuso. Para Marsha Linehan (2017), criadora da Terapia Comportamental Dialética (Dialectical Behavior Therapy – DBT), interpreta o TPB como um transtorno de desregulação emocional, resultado da interação entre uma vulnerabilidade biológica — como maior sensibilidade emocional e dificuldade de retorno à linha de base — e um ambiente invalidante, em que as respostas emocionais são ignoradas, ridicularizadas ou punidas. A DBT se destaca como abordagem eficaz para o tratamento do TPB, integrando técnicas de aceitação (mindfulness, validação) com estratégias de mudança (análise comportamental, habilidades sociais), visando a redução de comportamentos suicidas e melhora na qualidade de vida (Linehan, 2015). No contexto da região Norte do Brasil, observa-se um cenário de vulnerabilidade social e fragilidade estrutural nos serviços de saúde mental. Dados do Ministério da Saúde apontam desigualdades na distribuição de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e na oferta de psicoterapias especializadas, o que compromete o acesso ao cuidado contínuo e qualificado (Brasil, 2022). Essa limitação é “agravada em áreas rurais e ribeirinhas, onde a escassez de profissionais de saúde mental e as barreiras geográficas e culturais intensificam o sofrimento psíquico dos usuários do sistema” (Pinto *et al.*, 2021, p. 1483). Diante dos fatos explicitados, a vivência do isolamento social, principalmente em pessoas com TPB, acarreta impactos severos na saúde emocional, como agravamento da impulsividade, autolesão e crises de abandono, sendo salutar um aprofundamento discursivo com o olhar envolto da Psicologia. Ademais, a literatura aponta que o distanciamento de vínculos afetivos, a ausência de suporte terapêutico regular e a sensação de invisibilidade social são fatores que potencializam o sofrimento psíquico e elevam o risco de suicídio nesses indivíduos (Stepp; Hallquist; Pilkonis, 2016). Considerando o contexto sociocultural da região Norte e os desafios do sistema de saúde local, torna-se fundamental compreender os impactos sociais e emocionais do isolamento em pessoas com TPB. Este estudo visa subsidiar políticas públicas de saúde mental e estratégias de

²²⁸ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jox.luz@sou.fcr.edu.br.

²²⁹ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.zaramella@sou.fcr.edu.br.

²³⁰ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roanne.rosa@sou.fcr.edu.br.

²³¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, fernanda.trindade@fcr.edu.br.

²³² Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, neire.mota@fcr.edu.br

intervenção mais eficazes, com base em uma perspectiva biopsicossocial. Envolve uma revisão bibliográfica sistemática e a aplicação de questionário estruturado, por meio do Google Forms, destinado a indivíduos diagnosticados com TPB ou em acompanhamento psicológico, residentes na região Norte. Os dados coletados serão analisados qualitativamente e organizados em categorias temáticas. Espera-se que os dados empíricos revelem categorias analíticas como: impacto emocional do isolamento, estratégias individuais de enfrentamento, percepção do acesso aos serviços de saúde mental e o papel das redes de apoio social e familiar. A análise crítica desses achados será discutida à luz das teorias contemporâneas sobre regulação emocional e sofrimento psíquico em contextos vulneráveis, considerando a realidade do Norte brasileiro. As considerações finais deverão retomar os objetivos propostos e o percurso metodológico realizado, de forma concisa e objetiva. Deve-se evidenciar a relevância dos resultados para o aprimoramento das políticas públicas de saúde mental, sobretudo no tocante à inclusão terapêutica de populações em situação de vulnerabilidade regional e psicossocial. Não é recomendável apresentar novas informações ou inserir citações diretas nesta seção.

Palavras-chave: Transtorno de Personalidade Borderline; Isolamento; Região Norte; Saúde Mental; DBT.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório de Monitoramento dos CAPS e RAPS: Brasil e Regiões**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

LINEHAN, M. M. **Tratamento Cognitivo-Comportamental para o Transtorno de Personalidade Borderline**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

LINEHAN, M. M. **Construindo uma Vida que Vale a Pena Ser Vivida: Memórias da Criadora da Terapia Comportamental Dialética**. São Paulo: Cultrix, 2017.

PINTO, L. F.; SOARES, M. F. R.; MENDONÇA, C. S. Desigualdades regionais e acesso aos serviços de saúde mental no Brasil: uma análise das redes de atenção psicossocial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 4, p. 1483-1496, 2021.

STEPP, S. D.; HALLQUIST, M. N.; PILKONIS, P. A. Chronic stress exposure and Borderline Personality Disorder: mechanisms and treatment implications. **Harvard Review of Psychiatry**, v. 24, n. 3, p. 163–175, 2016.

EMPREENDEDORISMO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL: CAPACITAÇÃO PARA A COMUNIDADE

Caio Luiz Duarte Raposo Bogo²³³
Carolina de França e Silva Oliveira²³⁴
Maria Luisa de Souza Toledo²³⁵
Otávio Henrique Pereira Leite²³⁶
Edney Costa Souza²³⁷

RESUMO

O avanço tecnológico e a popularização da internet abriram novas possibilidades para o empreendedorismo, área que preza pela inovação. Nesse contexto, é essencial refletir sobre as questões que afligem a sociedade, pois identificar essas problemáticas é um caminho para resolvê-las. A inclusão digital desempenha um papel crucial na redução da lacuna entre os que têm acesso à informação e os que não a possuem. Portanto, é imprescindível considerar a inclusão social no empreendedorismo digital, evidenciando sua importância para as corporações e para a sociedade em geral, trazendo a discussão sobre o papel do empreendedorismo na solução de problemas sociais fundamentais. O empreendedorismo busca encontrar soluções inovadoras e adequadas, buscando benefícios para a comunidade. Inovar é identificar onde a sociedade está estagnada e encontrar maneiras de solucionar tais problemas em uma perspectiva de desenvolvimento. Um aspecto importante dentro do empreendedorismo digital é a inclusão social nesse meio, pois, segundo De Oliveira et al. (2009), o acesso às redes e tecnologias de informação são requisitos cada vez mais indispensáveis à participação social, às atividades econômicas e ao fortalecimento da cidadania. A exclusão digital, por sua vez, está intimamente ligada à exclusão socioeconômica, criando um ciclo vicioso onde a falta de acesso à tecnologia aprofunda as desigualdades sociais. De acordo com Freire (2006), considera-se digitalmente incluído um indivíduo que tem acesso não apenas à parte física do computador e à internet, mas também à educação necessária para discernir e usufruir das informações. Apesar de sua relevância, a exclusão digital ainda é um tema pouco discutido, conforme estudos de Mattos (2003), que apontam a necessidade de um melhor entendimento e ações para combater essa problemática, pois ela agrava e distancia as sociedades menos desenvolvidas das mais desenvolvidas. Levando isso em consideração, este projeto visa promover a inclusão digital e social por meio da capacitação em empreendedorismo digital, utilizando palestras como principal estratégia preventiva. O objetivo geral da pesquisa é capacitar a comunidade para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras digitais, promovendo a inclusão social e a acessibilidade. Os objetivos específicos são: 1. Instigar um ambiente propício para estimular debates acerca do tema; 2. Refletir sobre meios de garantir a acessibilidade digital; 3. Promover conscientização social sobre o empreendedorismo digital. O público-alvo deste projeto foi composto por membros da comunidade local, com ênfase em jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social e econômica, que possuíam pouco acesso às tecnologias digitais. Considerando essa realidade, a metodologia adotada baseou-se em uma abordagem qualitativa e participativa, tendo como principal estratégia a realização de palestras para promover discussões a respeito da inclusão digital e social, que foram coordenadas por Maurício

²³³ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, caio.bogo@sou.fcr.edu.br.

²³⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.franca@sou.fcr.edu.br.

²³⁵ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.toledo@sou.fcr.edu.br.

²³⁶ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, otavio.leite@sou.fcr.edu.br.

²³⁷ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br.

Orestes, empresário convidado para o evento. Essa escolha buscou proporcionar compreensão acerca das percepções, experiências e necessidades da comunidade em relação ao empreendedorismo digital, ao mesmo tempo em que visou estimular a reflexão crítica e a participação ativa dos indivíduos envolvidos. A pesquisa qualitativa mostrou-se adequada por permitir a exploração das subjetividades, dos significados e dos contextos sociais dos participantes, utilizando técnicas como observação participante, conversas reflexivas e análise do contexto estudado. Essa abordagem possibilitou compreender as dinâmicas sociais e culturais que influenciam tanto a inclusão digital quanto o desenvolvimento do empreendedorismo na comunidade. Observou-se que a comunidade compartilhou abertamente as dificuldades enfrentadas, tanto no que diz respeito ao conhecimento e à utilização das tecnologias, quanto no acesso a essas ferramentas devido às limitações econômicas. Muitos participantes relataram que, apesar de possuírem dispositivos como celulares ou computadores, enfrentam desafios significativos para utilizá-los de forma eficaz, seja por questões de habilidades técnicas ou pela dificuldade de acesso à internet de qualidade. Além disso, a ausência de recursos financeiros para cursos direcionados para essa capacitação foi uma barreira frequentemente mencionada. O ambiente proporcionado pelas palestras foi caracterizado pela troca de experiências e pela escuta ativa, onde os participantes expressaram que, ao compartilharem suas vivências e desafios, perceberam que suas dificuldades eram comuns a muitos, o que fortaleceu o senso de percepção da importância da temática. Os participantes relataram compreender o impacto social das tecnologias e a importância de uma utilização responsável e inclusiva, entendendo que as ferramentas digitais podem ajudar a promover mudanças positivas em suas comunidades, ou seja, as palestras criaram um espaço de reflexão, permitindo que os participantes reconhecessem suas potencialidades e entendessem a importância de buscar combater as barreiras impostas pela exclusão digital e social. Esse estudo reforça a importância da associação do empreendedorismo com políticas públicas que promovam a inclusão digital, considerando não apenas o acesso a dispositivos e conectividade, mas também a capacitação e o desenvolvimento de habilidades digitais, pois a inclusão digital vai além do acesso a tecnologias, sendo fundamental para a redução das desigualdades sociais em um mundo globalizado e digital.

Palavras-chave: Empreendedorismo Digital; Inclusão Social; Acessibilidade; Comunidade.

REFERÊNCIAS:

DE OLIVEIRA, Davi Montefusco et al. Empreendedorismo social com inclusão digital: o caso Pirambu Digital. *Análise–Revista de Administração da PUCRS*, v. 20, n. 2, 2009.

FREIRE, Isa M. Janelas da Cultura Local: Abrindo Oportunidades para Inclusão Digital. *Ci. Inf.*, Brasília, V. 35, N. 3, p. 227 – 235, set. / dez. 2006.

MATTOS, Fernando A. M. Exclusão Digital e Exclusão Social: Elementos para uma Discussão. *Transinformação*, Campinas, 15 (Edição Especial): 91 – 115, set. / dez., 2003.

EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO UTILIZADOS COMO INSTRUMENTO NO COMBATE AO FEMINICÍDIO E À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

Ana Cláudia Pimenta dos Santos Silva²³⁸

Dominique da Silva e Silva²³⁹

Isadora Gomes Maurício²⁴⁰

Joice Carneiro Batista²⁴¹

Leonardo Lima Campos²⁴²

Russell Lello de Miranda²⁴³

Tiago de Amorim de Souza²⁴⁴

Carolina Simões Correia²⁴⁵

RESUMO

A violência de gênero, em sua forma mais extrema, o feminicídio, representa uma grave e persistente violação dos direitos humanos na cidade de Porto Velho. A pesquisa diagnóstica revelou que, entre janeiro de 2020 e março de 2025, foram registrados 94 casos de feminicídio em Rondônia, com o município de Porto Velho ocupando a primeira posição em número de ocorrências. Diante de um cenário em que Rondônia apresenta taxas de feminicídio superiores à média nacional e Porto Velho lidera as estatísticas municipais, este projeto de extensão se fundamenta na educação como uma ferramenta de transformação social. O objetivo geral do estudo é reduzir as taxas de feminicídio em Porto Velho por meio de campanhas de educação e conscientização. Especificamente, pretende-se informar a população sobre as mudanças na legislação que tornaram o feminicídio um crime autônomo, promover a igualdade de gênero e o respeito aos direitos das mulheres, e fortalecer os mecanismos de denúncia e proteção às vítimas. A abordagem metodológica está estruturada em três etapas sequenciais: pesquisa e diagnóstico, educação e conscientização, e monitoramento e avaliação. A primeira fase consiste na coleta e análise de dados estatísticos para mapear as áreas e os contextos de maior vulnerabilidade em Porto Velho (dados estatísticos governamentais). A segunda etapa emprega metodologias participativas, como palestras, debates e workshops, a serem realizados em escolas das redes municipal e estadual e em espaços comunitários, como associações de bairro (realização de palestra na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jorge Teixeira, localizada no bairro Ulisses Guimarães, na cidade de Porto Velho no mês de maio). Por fim, a etapa de monitoramento e avaliação estabelece indicadores de desempenho para medir a eficácia das ações implementadas, permitindo ajustes estratégicos conforme necessário (aplicação de questionário aos participantes das atividades). Como parte das atividades do projeto e com o público alvo de aproximadamente 100 estudantes, no dia 16 de maio de 2025, o grupo de acadêmicos do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia realizou palestra na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jorge Teixeira, cujo o fim principal desta atividade foi apresentar o projeto de extensão à comunidade escolar do ensino médio e conscientizar os estudantes presente que estão indo para sociedade sobre a gravidade do

²³⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.pimenta@sou.fcr.edu.br.

²³⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, dominique.silva@sou.fcr.edu.br.

²⁴⁰ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isadora.mauricio@sou.fcr.edu.br.

²⁴¹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joice.batista@sou.fcr.edu.br.

²⁴² Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leonardo.campos@sou.fcr.edu.br.

²⁴³ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, russell.miranda@sou.fcr.edu.br.

²⁴⁴ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, tiago.amorim@sou.fcr.edu.br.

²⁴⁵ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

feminicídio e da violência contra a mulher, e logo após foi aplicado questionário com as seguintes perguntas: Você já ouviu falar no termo feminicídio? (Se respondeu “sim”, o que você entende por feminicídio?); Você conhece alguma mulher (da sua família, vizinhança ou comunidade) que já sofreu violência por parte de um homem? (Se sim, e se sentir confortável, pode dizer que tipo de violência foi (física, psicológica, sexual etc.); Alguma mulher da sua convivência (mãe, irmã, tia, amiga, vizinha) já deixou de fazer algo por medo de um companheiro ou ex-companheiro? Você acha que casos de violência contra a mulher são comuns na sua comunidade ou bairro? (Se sim, como você acha que esses casos geralmente são tratados pelas pessoas ao redor?) Em sua opinião, por que algumas mulheres continuam em relacionamentos violentos mesmo sofrendo agressões? Você já presenciou ou ouviu algum colega fazer brincadeiras, comentários ou atitudes desrespeitosas com meninas ou mulheres? Você acredita que a educação nas escolas pode ajudar a prevenir casos de violência contra a mulher? Por quê? O que mais chamou sua atenção na palestra de hoje? Os resultados esperados com a implementação do projeto é contribuir para redução da violência doméstica e consequentemente das taxas de feminicídios, com aumento do número de denúncias de casos de violência doméstica como reflexo da maior confiança da população nos canais de proteção, e, a longo prazo, uma mudança cultural que promova a igualdade de gênero e o respeito aos direitos das mulheres na sociedade local. As conclusões tiradas da palestra e do questionário aplicado na Escola Jorge Teixeira reforçam a importância da educação como ferramenta de enfrentamento à violência de gênero. Os dados coletados com os 69 alunos participantes revelam que o tema é uma realidade próxima e visível: 43,05% afirmaram saber de algum caso de violência contra a mulher. A urgência da intervenção no ambiente escolar é sublinhada pelo fato de que, dos alunos que conhecem casos, 25 afirmaram já ter presenciado colegas sendo maltratados por outros estudantes, evidenciando que a violência está presente no cotidiano escolar. Apesar deste cenário preocupante, os resultados apontam para uma oportunidade clara: uma esmagadora maioria de 93% dos adolescentes acredita que a escola pode ajudar no combate à violência. Essa alta confiança valida a metodologia do projeto e indica um público receptivo às ações educativas. Contudo, é preciso considerar os 7% que se mostraram céticos quanto à ajuda da escola e os 10% que preferiram não responder, um silêncio que pode refletir medo ou falta de confiança no ambiente para tratar do tema. Consideramos, portanto, este projeto de extensão e seus resultados demonstram o compromisso da comunidade acadêmica em utilizar a alta confiança depositada na escola para promover ações concretas e criar espaços seguros para diálogo, visando a construção de uma sociedade mais justa e livre de violência contra a mulher em Porto Velho.

Palavras-chave: Feminicídio; Violência Contra a Mulher; Educação; Conscientização; Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, B. H. L.; TAMBORIL, M. I. B. **Violência contra mulheres: evidências empíricas em Porto Velho/RO.** *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 48-71, fev./mar. 2024. DOI: Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1735/772>. Acesso em: 30 mar. 2025.

FBSP. **ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 01 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 11 abr. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Rondônia. Governo do Estado. **Indicadores de violência doméstica no Observatório Estadual de Segurança Pública.** Disponível em: <https://observatorio.sepog.ro.gov.br/segurancapublica/indicadoresviolenciadomestica>. Acesso em: 11 abr. 2025.

A INSTITUIÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA VIDA INDIVIDUAL E COLETIVA DO IDOSO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO

Clivia Hilda Dantas²⁴⁶

Camile Naje da Silva²⁴⁷

Geyna Mirele Silva da Rocha²⁴⁸

Jônatas Luiz dos Santos Lourenço²⁴⁹

Ingrid Mendonça Saraiva Rodrigues²⁵⁰

Ainá Barbosa Feitosa²⁵¹

RESUMO

Este projeto é uma atividade extensionista vinculada à disciplina de Psicologia Institucional, do sétimo período do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia (FCR). Ele foi desenvolvido no Centro de Convivência do Idoso (CCI), localizado na cidade de Porto Velho/RO, sob supervisão da professora Ainá Barbosa Feitosa. A escolha da temática deu-se a partir do interesse dos acadêmicos em compreender a realidade de uma instituição pública que oferece serviço a pessoas idosas, com foco nos desafios enfrentados por esse público em relação à saúde mental, estrutura física do espaço e dinâmica institucional. A metodologia adotada neste projeto é de natureza qualitativa com pesquisa quanti-quali, com enfoque participativo e observacional, alinhada aos princípios da Análise Institucional (Barembliitt, 2002). O trabalho foi desenvolvido em três etapas principais: 1. Estabelecimento de contato com a unidade: Foi realizada uma visita institucional ao CCI com o objetivo de apresentar a proposta do projeto, estabelecer vínculo com os responsáveis e compreender dinâmicas internas da instituição. Esse momento também visa alinhar expectativas, conhecer o funcionamento do espaço e obter autorização para as etapas seguintes. 2. Roda de conversa com os idosos: Foi realizada uma roda de conversa com os idosos frequentadores da instituição. Essa atividade teve como finalidade criar vínculo e favorecer a escuta sensível. O tema central foi “A importância da saúde mental”, permitindo que os participantes compartilhassem suas experiências, sentimentos e percepções sobre o cotidiano institucional. 3. Aplicação dos questionários: foi realizada a aplicação de dois tipos de questionários: um voltado para os idosos, com foco em satisfação, saúde mental, estrutura física e convivência social; e outro voltado aos profissionais da instituição, abordando aspectos organizacionais como a quantidade de idosos e os atendimentos ofertados. 4. Análise dos dados e elaboração de propostas: Os dados obtidos nas rodas de conversa e nos questionários foram organizados e analisados de forma crítica e ética. A partir dessa análise, foram elaboradas propostas de melhoria a serem apresentadas à equipe do CCI, considerando a realidade institucional, os recursos disponíveis e o compromisso com a promoção da saúde mental e a qualidade de vida dos idosos. A partir da roda de conversa sobre saúde mental foi observado que os idosos têm um conhecimento superficial e baseado no senso comum acerca da Psicologia, porém elencaram indicativos suficientes para compreender a importância dos cuidados em saúde mental. Uma das frequentadoras do CCI, participante neste projeto, relatou que, ao precisar de suporte psicológico, teve pleno apoio da psicóloga da instituição, referindo-se a ela como

²⁴⁶ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, clivia.dantas@sou.fcr.edu.br.

²⁴⁷ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, camile.silva@sou.fcr.edu.br.

²⁴⁸ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, geyna.rocha@sou.fcr.edu.br.

²⁴⁹ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jonatas.lourenco@fcr.edu.br.

²⁵⁰ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ingrid.saraiva@sou.fcr.edu.br

²⁵¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, aina.feitosa@fcr.edu.br

“Um Anjo”. Sobre a observação crítica realizada pelos acadêmicos, foi percebida a necessidade de um trabalho mais incisivo acerca da saúde mental, especialmente com temáticas mais específicas como depressão e prevenção ao suicídio. Os questionários aplicados tiveram como objetivo realizar uma pesquisa quanti-quali sobre a instituição e sua função social, revelando que a maior dificuldade está na falta de infraestrutura e do funcionamento irregular de algumas atividades. Importante destacar a necessidade da oferta de alimentação no local (café da manhã e almoço), salientando que a maioria dos idosos frequentadores são pessoas de média/baixa renda e que, muitas vezes, passam horas no local, necessitando buscar alimentação por conta própria fora do CCI. Como afirma Baremlitt (2002), a instituição é para a sociedade sinônimo da existência de um coletivo humano, ou seja, de um indivíduo pertencente a um grupo. Ao trabalhar neste projeto sobre idosos e sua relação com a instituição, foi verificado que a instituição e suas ramificações possuem grande importância na manutenção da saúde mental deste grupo, porém é necessário que tal oferta seja concebida e realizada de forma integral para evitar que o grupo, já preterido aos olhos da sociedade, se sinta ainda mais desvalorizado (Camargos et al., 2011; Neri, 2018).

Palavras-chave: Idosos; Psicologia Institucional; Saúde Mental.

REFERÊNCIAS:

BAREMBLITT, G. F. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática, 5ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.

TEIXEIRA, Laís VV.; ASSUMPÇÃO, Camila M.; GANDOLFI, Carolina M.; e outros. Análise institucional e Serviço Social . Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-book. pág.17. ISBN 9786581492137. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581492137/>. Acesso em: 18 mai. 2025.

CAMARGOS, M. C. S.; MACHADO, C. J.; COSTA, J. M. F. Promoção da saúde mental de idosos: a importância da atenção integral. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 245–254, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/K7FjSYjYvLbhbqRpPRtZCHB/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

A PSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DISLEXIA

Anna Victória Ramos Da Silva Vieira²⁵²

Gabriela Ramos da Silva²⁵³

Gabriella Limoeiro Lopes²⁵⁴

Maria Clara dos Santos Martins²⁵⁵

Neire Abreu Mota Porfiro²⁵⁶

RESUMO

A dislexia é uma dificuldade de aprendizagem de origem neurológica, é caracterizada como uma dificuldade na linguagem, habilidades de decodificação de informações e soletração. Dentre os diversos fatores que são importantes para o processo de desenvolvimento de uma criança com o déficit de aprendizagem fonológico, a participação da escola é fundamental, pois os alunos necessitam de orientação e adaptação voltada a sua dificuldade. O presente trabalho busca enfatizar o papel do psicopedagogo frente às dificuldades enfrentadas por crianças com dislexia e as diferentes estratégias de manejo para uma boa absorção daquilo que está lhe sendo proposto. Além das estratégias de manejo também são necessárias adaptações variadas no contexto escolar sendo algumas delas: Dar tempo extra para completar tarefas, modificar trabalhos e provas, esclarecer e simplificar instruções escritas; dentre outras dependendo do nível de dificuldade de cada aluno. O principal objetivo do psicopedagogo é estimular a consciência fonológica, incentivando para que a criança adquira a habilidade de prestar atenção, localizar sons e associar a palavras ou letras, utilizar poemas e rimas durante as aulas, logo proporcionando uma melhor qualidade de vida a essa criança. Este estudo é uma abordagem qualitativa que visa compreender a efetividade de recursos pedagógicos para crianças com dislexia no processo de aprendizagem. Como ferramenta de intervenção, foi elaborado um brinquedo pedagógico em formato de tabuleiro que contém o alfabeto e imagens ilustrativas de escrita simples. O objetivo do brinquedo é auxiliar crianças com dislexia ou em processo de alfabetização no reconhecimento das letras, sons e palavras, contribuindo de forma lúdica para habilidades de escrita e leitura. Com base no estudo teórico, foi possível identificar aspectos fundamentais da psicopedagogia, destacando os aspectos lúdicos como facilitador do processo de aprendizagem, a importância dos recursos visuais e auditivos para desenvolver a percepção do som na linguagem e a adaptação de estratégias no ensino. O brinquedo pedagógico confeccionado, de acordo com os objetivos psicopedagógicos, funciona como recurso adicional e eficiente no ambiente escolar. Seu uso busca incentivar os alunos de maneira lúdica, contribuindo para o desenvolvimento da leitura e da escrita em crianças com dislexia ou em processo de alfabetização. Os resultados desse estudo mostram a importância da psicopedagogia no processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças com dislexia, visto que é de suma importância a participação da equipe pedagógica com a finalidade de proporcionar atividades e práticas educacionais adaptativas para cada dificuldade. Este trabalho poderá contribuir com matérias afim de conscientizar sobre a importância do apoio psicológico e psicopedagógico no ambiente escolar e de ensino aprendizagem.

²⁵² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, anna.vieira@sou.fcr.edu.br.

²⁵³ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabi.ramos@sou.fcr.edu.br.

²⁵⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriella.lopes@sou.fcr.edu.br.

²⁵⁵ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, clara.martins@sou.fcr.edu.br.

²⁵⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, neire.mota@fcr.edu.br

Palavras-chave: Dislexia; Psicopedagogia; Estratégia de Ensino; Adaptação Escolares.

REFERÊNCIAS:

ROCHA, M. et al. "Dislexia: atitudes de inclusão." (2009): 242-253.

OLIVEIRA M. Rodolfo de et al. O papel do psicopedagogo frente às crianças com dislexia.
Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília-RIPPMar, v. 6, n. 1, 2020.

ANALISAR OS IMPACTOS DAS REDES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DE OPINIÕES E COMPORTAMENTOS DOS INDIVÍDUOS

Ednei Alves Santana²⁵⁷

Michelly Josyana Vieira²⁵⁸

Pedro Gabriel Oliveira de Souza²⁵⁹

Pedro Henrique Bandeira Pontes²⁶⁰

Pedro Henrique Montenegro Ribeiro²⁶¹

Edson Antônio Sousa Pontes Pinto²⁶²

RESUMO

O documentário Dilema nas Redes Sociais revela os impactos sociais, psicológicos e éticos das redes sociais e da manipulação de dados na sociedade contemporânea. Este projeto propõe investigar como essas plataformas influenciam comportamentos, opiniões e decisões pessoais e coletivas. A pesquisa terá como objetivo principal analisar os efeitos da personalização algorítmica na formação de bolhas de informação e o papel das redes sociais na polarização política e social. A escolha do documentário como base para este estudo se justifica pela crescente influência das redes sociais na vida cotidiana e na formação de opiniões. Nele se expõe, de forma clara, os riscos da manipulação de dados e da influência dos algoritmos, temas que geram discussão em vários campos do conhecimento, como a comunicação, direito e política. Investigar esses aspectos contribuirá para a reflexão sobre os impactos sociais e as possíveis soluções para mitigar os efeitos negativos dessa realidade digital. Considerando esses fatos, o grupo busca analisar os impactos das redes sociais na formação de opiniões e comportamentos dos indivíduos. A pesquisa será de natureza qualitativa e exploratória, utilizando análise de conteúdo do documentário Dilema nas Redes Sociais. Serão feitas entrevistas semiestruturadas com acadêmicos da Faculdade Católica de Rondônia – FCR e sociedade, para entender os efeitos da manipulação de dados. Além disso, será realizada uma análise comparativa entre o conteúdo do documentário e outras fontes acadêmicas sobre o tema. A pesquisa com 111 participantes revelou um perfil majoritariamente composto por mulheres 67,6 % e adultos entre 30 e 40 anos 41,4 %, o que sugere que as conclusões podem refletir práticas e percepções comuns a esse grupo. Quase todos os entrevistados 98,2 % afirmaram usar redes sociais diariamente, ainda que a maior parte 64,0 % dedique menos de uma hora por dia a essas plataformas e apenas 4,5 % ultrapassem duas horas diárias de uso. Apesar do tempo relativamente curto de navegação, os participantes verificam suas contas de forma fragmentada ao longo do dia: 31,5 % confessaram checar notificações entre 11 e 20 vezes diárias, e 26,1 % o fazem mais de 20 vezes por dia. Esse padrão de uso intenso e fragmentado pode contribuir para uma sobrecarga informacional, na qual o cérebro do usuário está em constante estado de alerta. Isso fica evidente também no engajamento emocional: 38,7 % dos entrevistados relataram sentir estresse ou ansiedade com frequência após o uso das redes sociais, e 29,7 % disseram experienciá-los sempre, enquanto apenas 22,5 % mantêm o hábito de estabelecer pausas regulares. Além disso, 64,0 % já se envolveram em discussões acaloradas online, o que sinaliza um ambiente propício à polarização e à formação de “bolhas” de opinião. No que diz

²⁵⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ednei.santana@sou.fcr.edu.br.

²⁵⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, michelly.vieira@sou.fcr.edu.br.

²⁵⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.gabriel@sou.fcr.edu.br.

²⁶⁰ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.pontes@sou.fcr.edu.br.

²⁶¹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.ribeiro@sou.fcr.edu.br.

²⁶² Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidad de Granada – UGR, Espanha, edson.pinto@fcr.edu.br.

respeito à influência desses ambientes digitais sobre decisões cotidianas, 44,1 % reconheceram ter realizado compras impulsionadas por publicações ou propagandas vistas nas redes, e apenas 16,2 % admitiram decisões informadas diretamente por conteúdos políticos, de moda ou alimentação, enquanto 61,3 % não souberam precisar se suas escolhas foram afetadas, indicando uma influência muitas vezes subliminar dos algoritmos. Em síntese, os dados apontam para a necessidade de educação midiática que promova o uso consciente das redes, práticas de autorregulação mais consistentes e o desenvolvimento de ferramentas que ajudem a mitigar os efeitos negativos associados ao consumo fragmentado e intenso de informações. Conclui-se que a personalização algorítmica das redes sociais reforça bolhas de informação e polarização, gerando sobrecarga cognitiva e altos níveis de estresse, mesmo com uso diário geralmente inferior a duas horas. A fragmentação no acesso (checagens contínuas) alimenta discussões acaloradas, enquanto mais de 60% dos participantes não percebem a influência algorítmica em suas decisões, revelando seu caráter sutil. Recomenda-se, portanto, promover educação midiática, aumentar a transparência nos critérios de recomendação e desenvolver ferramentas que incentivem pausas conscientes de uso.

Palavras-chave: Personalização Algorítmica; Bolhas de Informação; Polarização Social; Sobrecarga Cognitiva; Educação Midiática.

REFERÊNCIAS:

FLORIDI, L. *The Ethics of Information*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ORLOWSKI, J. *Dilema nas Redes Sociais (The Social Dilemma)*. Direção: Jeff Orlowski. Netflix, 2020.

PARISER, E. *The Filter Bubble: What the Internet Is Hiding from You*. London: Penguin Press, 2011.

ROSEN, L. D.; WHALEN, S.; HAILL, H. The Impact of Social Media Use on Social Skills and Well-Being. *Computers in Human Behavior*, v. 29, n. 3, p. 968–973, 2013.

TUFEKCI, Z. Social Media and the Decision to Participate in Political Protest: Observations from Tahrir Square. *Journal of Communication*, v. 62, n. 2, p. 363–379, 2015.

TURKLE, S. *Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other*. New York: Basic Books, 2011.

ZUBOFF, S. *A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta por um Futuro Humano na Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Intrínseca, 2019.

AS CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES PSICOMOTORAS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, EMOCIONAL E SOCIAL DOS ALUNOS DA EMEF SÃO PEDRO

Ana Vitória Mustafá Borges²⁶³
Camile Naje da Silva²⁶⁴
Éder de Moura Santos²⁶⁵
Eliana Parente Carvalho²⁶⁶
Fernando José Hermínio de Gracia²⁶⁷
Flávia Daniele Nunes Feitosa da Silva²⁶⁸
Geovanna Janine Bezerra Cunha²⁶⁹
Júlia Carvalho Cavalcante²⁷⁰
Laura Laís Albino de Souza²⁷¹
Sophia Vitória Rodrigues Abati²⁷²
Neire Abreu Mota Porfiro²⁷³

RESUMO

Em meio a rápidas e profundas transformações sociais e tecnológicas, observa-se que hábitos como o uso excessivo de telas e o sedentarismo têm afetado negativamente o desenvolvimento infantil. Tais fatores impactam diretamente no comportamento, na saúde e na aprendizagem das crianças. Nesse cenário, torna-se essencial pensar estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral, especialmente por meio de atividades psicomotoras que proporcionem aprendizagem ativa, integração social e consciência corporal. Nesse sentido, têm-se como objetivo principal analisar as capacidades psicomotoras dos alunos do Ensino Fundamental da EMEF São Pedro, e compreender como elas influenciam no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Visto que Wallon (1995), ressalta a importância da psicomotricidade no processo de aprendizagem, a integração da afetividade, cognição e a motricidade, atuam como uma importante ferramenta de expressão e aprendizagem. A intervenção foi realizada na EMEF São Pedro com alunos do 3º ao 5º ano do período vespertino. A abordagem metodológica utilizada foi a Pesquisa-Ação, associada à Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). A metodologia foi dividida em etapas: na primeira, houve reunião com a direção da escola, aplicação de anamnese psicopedagógica em 10% dos alunos e elaboração do plano de intervenção; na segunda etapa, foram realizadas atividades psicomotoras com os alunos, por meio de jogos como amarelinha, dança das cadeiras, batata quente e jogo da memória. Os resultados foram coletados a partir das atividades desenvolvidas e das informações obtidas nas anamneses. Na brincadeira da amarelinha, foi possível observar dificuldades de equilíbrio, tônus muscular e coordenação, mesmo entre crianças que alegavam conhecer a atividade. A amarelinha revelou-se uma ferramenta rica para o diagnóstico motor e social. Na dança das cadeiras, os alunos

²⁶³ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, anavitoria.borges@sou.fcr.edu.br.

²⁶⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, camile.silva@sou.fcr.edu.br.

²⁶⁵ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eder.santos@sou.fcr.edu.br.

²⁶⁶ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eliana.carvalho@sou.fcr.edu.br.

²⁶⁷ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fernando.gracia@sou.fcr.edu.br.

²⁶⁸ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, flavia.nunes@sou.fcr.edu.br.

²⁶⁹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, geovanna.cunha@sou.fcr.edu.br.

²⁷⁰ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, julia.carvalho@sou.fcr.edu.br.

²⁷¹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, laura.souza@sou.fcr.edu.br.

²⁷² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sophia.abati@sou.fcr.edu.br.

²⁷³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, neire.mota@fcr.edu.br

demonstraram boa percepção auditiva e reação rápida, sendo notável a predominância das meninas na permanência até as últimas rodadas. A atividade também permitiu observar aspectos de cooperação, regras e socialização. O jogo da memória trouxe à tona questões cognitivas como atenção, memória e controle emocional. Algumas crianças apresentaram dificuldades de concentração e comportamentos hiperativos, comprometendo o desempenho. Já na batata quente, apesar da empolgação e engajamento geral, constata-se que os maiores prejuízos relativos à coordenação motora estão relacionados à redução no quantitativo de crianças na execução da atividade, fato que resultou na maior frequência de comportamentos ansiosos, agitados e imprecisos, refletindo a necessidade de estímulos para melhorar a coordenação e o controle emocional. A análise da anamnese revelou que a maioria das crianças gosta de brincar e ir à escola, indicando um perfil positivo para o desenvolvimento lúdico. Foi possível identificar ainda dados sobre liderança em brincadeiras, além de relatos familiares de transtornos como TDAH, TEA e questões relacionadas ao uso de substâncias. Tais informações foram importantes para compreender o contexto social e emocional dos alunos e reforçar a necessidade de intervenções preventivas. A partir dos dados coletados e da vivência prática com os alunos, conclui-se que as atividades psicomotoras representam um importante recurso pedagógico para o desenvolvimento integral das crianças. Elas contribuem para o aprimoramento de habilidades motoras, cognitivas e emocionais, e reforçam a importância do brincar como meio de aprendizagem. Observou-se também que muitos alunos demonstraram liderança e prazer nas brincadeiras, o que deve ser aproveitado para potencializar suas capacidades. A continuidade de ações semelhantes poderá promover ambientes escolares mais inclusivos, acolhedores e promotores de saúde e desenvolvimento integral.

Palavras-chave: Psicomotricidade; Desenvolvimento Infantil; Brincadeiras.

REFERÊNCIAS:

FERNANDES, J. M. G. de A. **Atualidades da Prática Psicomotora**. Jorge Manuel Gomes de Azevedo Fernandes, Paulo José Barbosa Gutierrez Filho (org.). Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

OLIVEIRA, G. C. **Psicomotricidade: Educação e Reeducação num enfoque psicopedagógico**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2002.

ROSSI, F. S. *et al.* Considerações sobre a psicomotricidade na Educação Infantil. **Revista Vozes dos Vales da UFVJM**, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2012.

WALLON, H. **Psicologia e Pedagogia: o Problema da Educação**. São Paulo: Difusão Pedagógica, 1995. Pág. 135.

CONSELHOS QUE TRANSFORMAM: FORTALECENDO VÍNCULOS PELA ESCRITA

Ana Livia Braga do Nascimento²⁷⁴

Douglas Albuquerque Mesquita²⁷⁵

Giovanna Mesquita Reda²⁷⁶

Giovanna Lorena Nery Tavernard²⁷⁷

Maria Eduarda Moreira Farias²⁷⁸

Carolina Simões Correia²⁷⁹

RESUMO

A inclusão social de jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou não concluíram o Ensino Fundamental é um desafio complexo. Frequentemente, esses indivíduos enfrentam a insensibilidade social, e a falta de espaços para escuta e diálogo intergeracional impede a troca de experiências e o reconhecimento de suas diversas trajetórias de vida. No âmbito educacional, a promoção da paz e do respeito mútuo é crucial para a construção de vínculos saudáveis e para o desenvolvimento pessoal e coletivo de todos os envolvidos. Diante desse cenário, a ausência de valorização das experiências desses indivíduos emerge como um problema central. Nesse contexto, o projeto de extensão "Conselhos que Transformam: Fortalecendo vínculos pela escrita" surge como uma iniciativa para fomentar a interação entre estudantes de Direito e alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O projeto busca estimular o compartilhamento de reflexões e orientações sobre a vida, com o propósito de resgatar e dar visibilidade à sabedoria da maturidade, incentivar o respeito intergeracional e, por fim, contribuir para uma sociedade mais inclusiva e empática. Este trabalho se propõe a incentivar a inclusão de todos os indivíduos, promovendo o papel da cidadania na construção de uma cultura de paz e compreensão. Além disso, a iniciativa visa promover a formação cidadã e o engajamento social tanto dos alunos do EJA quanto dos estudantes de Direito, que terão a oportunidade de aplicar seus conhecimentos jurídicos na prática e desenvolver uma sensibilidade maior para as questões sociais. A troca de saberes e vivências entre gerações e diferentes áreas do conhecimento é fundamental para a criação de soluções mais eficazes e humanizadas, impactando positivamente a realidade desses indivíduos e da comunidade em geral. A metodologia consistiu no planejamento e na realização de uma visita à Escola Estadual Capitão Cláudio Manuel da Costa, em Porto Velho – RO, viabilizada por meio de parceria institucional para garantir o acesso e a segurança. Durante a visita, adotou-se uma abordagem ética e empática, tendo a escuta ativa como principal instrumento. Além das conversas, que se centraram no compartilhamento de reflexões e orientações sobre a vida, incluindo indagações sobre o que motivou os participantes a retomar os estudos, onde o objetivo era resgatar e dar visibilidade à sabedoria da maturidade dos alunos da EJA. A técnica de coleta de dados incluiu a colaboração dos alunos, que confeccionaram cartazes com mensagens e conselhos que gostariam de ter recebido ao longo da vida, os quais poderiam ser divulgados com fotografias, mediante autorização. Recursos materiais como cartazes, canetas, dispositivos móveis e materiais digitais de divulgação foram utilizados. Os materiais coletados foram expostos na Faculdade Católica de Rondônia (FCR), com o intuito

²⁷⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.livia@sou.fcr.edu.br.

²⁷⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, douglas.mesquita@sou.fcr.edu.br.

²⁷⁶ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, giovanna.reda@sou.fcr.edu.br.

²⁷⁷ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, giovanna.nery@sou.fcr.edu.br.

²⁷⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.farias@sou.fcr.edu.br.

²⁷⁹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

de valorizar a sabedoria da terceira idade e fortalecer vínculos intergeracionais em prol de uma sociedade mais inclusiva. Os conselhos dos alunos da EJA atuaram como catalisadores de reflexões, mensagens como “Não desista dos seus objetivos, mesmo quando enfrentar desafios”, “Não deixe seus estudos” e “Nunca deixar de lutar pelos seus sonhos”. Eles despertaram empatia, respeito e valorização da escuta ativa. O projeto contribuiu para a aproximação entre os estudantes da Faculdade Católica de Rondônia, todos os que compõem seu corpo educacional, e os alunos da EJA, promovendo o reconhecimento e a valorização das diferentes trajetórias de vida. Ao compartilhar conselhos baseados em experiências particulares, os participantes reafirmam seu papel na sociedade e evidenciam saberes essenciais para uma convivência mais justa. Compartilhar vivências desse tipo contribui para a formação de uma sociedade melhor.

Palavras-chave: Paz; Direitos Humanos; Cidadania; Diálogo Intergeracional; EJA

REFERÊNCIAS:

BIDART, G. J. *Tratado elemental de derecho constitucional argentino*. Buenos Aires: Ediar, 1972.

SILVA, J. A. *Curso de direito constitucional positivo*. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 1992.

ONU. *Declaração e programa de ação sobre uma cultura de paz*. Nova Iorque, 1999.

BOBBIO, N. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

CONTRIBUIÇÕES DAS EMOÇÕES NA APRENDIZAGEM, SOCIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL DOS ALUNOS DA EMEF ODÍLIA PEREIRA DE OLIVEIRA II

Alana Nicole Sá Teles Neves²⁸⁰
Ana Caroline da Silva Lopes²⁸¹
Ana Cláudia do Nascimento Coelho Pereira²⁸²
Fabiele Moraes Santos Silva²⁸³
Márcia Queiroz de Magalhães Rezende²⁸⁴
Maria Clara Melo Sakagami²⁸⁵
Raíssa Lebre Fernandes²⁸⁶
Regiany Fernandes Martins²⁸⁷
Rosilene Carvalho Ferreira²⁸⁸
Thaís de Souza Lima Tinoco²⁸⁹
Neire Abreu Mota Porfíro²⁹⁰

RESUMO

Nesse contexto escolar, vários autores como Wallon, Bowlby, Winnicott já chamaram a atenção para a importância do afeto, do vínculo e do apego. As emoções se relacionam diretamente com a aprendizagem, e podem favorecer um ambiente mais propício para o desenvolvimento infantil, inclusive em seu aspecto cognitivo. É primordial que o cérebro infantil seja operativo tanto em termos cognitivos quanto em termos emocionais para um desenvolvimento holístico e integral. Dentre as competências emocionais e sociais, o presente trabalho se limitou a avaliar em sua intervenção: integração sensorial de sinais sociais; raciocínio social; e de autogestão de estados emocionais. Foi realizada uma oficina das emoções em que as atividades buscavam educar emocionalmente as crianças fazendo-as reconhecer as emoções em si próprias e, também nos outros, dando importância a elas e ao fato de que é importante entender as próprias emoções e que é permitido sentir inclusive as emoções chamadas “negativas”, que elas fazem parte do que é ser humano. A intervenção foi planejada a partir de observação sistemática e aplicação de atividades lúdicas, com registro em caderno de anotações e vídeos para análise posterior. Atividades Desenvolvidas: Termômetro das Emoções, Amarelinha Adaptada, Jogo do Dado, circuito Motor (Zigue-zague e corda): Focado em equilíbrio, coordenação e superação de obstáculos motores, dança e Estátua, boliche Pedagógico. A intervenção psicopedagógica mostrou que o brincar é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento psicomotor, cognitivo e emocional das crianças. As atividades foram elaboradas de modo a contribuir para o fortalecimento dos vínculos interpessoais, além de potencializar habilidades como a coordenação motora, a concentração, o autocontrole e o trabalho colaborativo. A referida intervenção foi aplicada em turmas compostas por crianças com idade de cinco anos. A ação foi extremamente bem recebida,

²⁸⁰ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alana.neves@sou.fcr.edu.br.

²⁸¹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.lopes@sou.fcr.edu.br.

²⁸² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.coelho@sou.fcr.edu.br.

²⁸³ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fabiele.morais@sou.fcr.edu.br.

²⁸⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marcia.queiroz@sou.fcr.edu.br.

²⁸⁵ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, clara.sakagami@sou.fcr.edu.br.

²⁸⁶ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, raissa.fernandes@sou.fcr.edu.br.

²⁸⁷ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, regiany.martins@fcr.edu.br.

²⁸⁸ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rosilene.carvalho@sou.fcr.edu.br.

²⁸⁹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thais.tinoco@sou.fcr.br

²⁹⁰ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, neire.mota@fcr.edu.br

gerando grande entusiasmo e satisfação entre as crianças. A intervenção psicopedagógica realizada na EMEF Odília Pereira de Oliveira II evidenciou a centralidade das emoções no processo de aprendizagem e no desenvolvimento integral da criança. Por meio de atividades lúdicas e intencionalmente planejadas, foi possível observar como o brincar pode ser um recurso pedagógico eficaz para estimular habilidades cognitivas, afetivas e motoras. Observou-se, ainda, que algumas crianças apresentaram dificuldades específicas. Nesse contexto, a atuação do psicopedagogo se mostrou fundamental como mediador. Conclui-se que intervenções psicopedagógicas fundamentadas teoricamente e conduzidas com intencionalidade pedagógica têm impacto positivo na promoção do desenvolvimento integral das crianças. A afetividade e a escuta ativa constituem pilares essenciais desse processo, reafirmando a importância do psicopedagogo no contexto escolar.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil; Emoções; Regulação emocional; Aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

FONSECA, V. Importância das emoções na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. **Rev. Psicopedagogia**, 33(102), p. 365-84, 2016.

LEITE, M. M. F. A contribuição de Vygotsky na educação especial: desenvolvimento e aprendizagem. **Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino**, n.11, dez. 2021

RAMALHO, D. M. **Psicopedagogia e Neurociência:** Neuropsicopedagogia e Neuropsicologia na Prática Clínica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2022.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

CRISE HÍDRICA: ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

Ana Clara Santos Jardim²⁹¹

Gabriel Silva de Souza²⁹²

Letícia Lorena Zampieri²⁹³

Maycon Crisostomo Alves²⁹⁴

Murilo Ávila Balbé²⁹⁵

Samuel Aleixo de Oliveira²⁹⁶

Carolina Simões Correia²⁹⁷

RESUMO

As recorrentes cheias do Rio Madeira, intensificadas pelas chuvas severas em Porto Velho, têm provocado impactos significativos nas comunidades ribeirinhas, especialmente no que se refere ao acesso à água potável. A escassez desse recurso, agravada pela contaminação de poços e fontes naturais, configura uma emergência humanitária que compromete direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal, como o direito à vida (art. 5º), à saúde (arts. 6º e 196) e ao meio ambiente equilibrado (art. 225). Observa-se, ainda, o descumprimento da Lei nº 11.445/2007, cujo art. 3º, inciso I, alínea “a”, reconhece o abastecimento de água potável como um serviço público essencial. Além disso, informações fornecidas pela usina hidrelétrica local indicam que seu funcionamento é afetado apenas por períodos de seca, mantendo-se inalterado durante as cheias, o que evidencia o aumento expressivo do volume de água em relação a anos anteriores e reforça a vulnerabilidade das comunidades diante de eventos climáticos extremos. Nesse contexto, o projeto de extensão da Faculdade Católica de Rondônia tem como objetivo arrecadar e distribuir água potável às populações afetadas, integrando atuação acadêmica e responsabilidade social, com base nos princípios da dignidade humana e da solidariedade. A iniciativa busca fomentar a formação cidadã dos estudantes e fortalecer redes colaborativas entre academia, instituições públicas e sociedade civil, com o propósito de garantir a segurança hídrica em situações de calamidade. O projeto foi executado em três etapas principais. (1) A primeira etapa consistiu no levantamento de informações, por meio de visitas técnicas à Usina Hidrelétrica Santo Antônio e ao acompanhamento das ações da Defensoria Pública e demais órgãos parceiros. Esta fase teve como objetivo mapear as áreas mais afetadas, identificar as necessidades locais e compreender as medidas institucionais em curso. (2) A segunda etapa correspondeu à mobilização para arrecadação de água potável, com campanhas de conscientização e coleta na Faculdade Católica de Rondônia. Foram utilizadas mídias sociais, painel informativo e divulgação em evento promovido pela Defensoria Pública. A participação de estudantes, professores e colaboradores foi fundamental para a captação dos recursos. (3) A terceira etapa tratou da distribuição e do acompanhamento das doações, com a entrega da água potável à Defesa Civil, visando maior organização e segurança logística. Está em andamento o encaminhamento de um ofício à Defesa Civil para que alguns membros do grupo acompanhem a entrega às comunidades ribeirinhas. A coleta de dados, registros fotográficos

²⁹¹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.jardim@sou.fcr.edu.br.

²⁹² Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriel.desouza@sou.fcr.edu.br.

²⁹³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leticia.zampieri@sou.fcr.edu.br.

²⁹⁴ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maycon.crisosthomo@sou.fcr.edu.br.

²⁹⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, murilo.balbe@sou.fcr.edu.br.

²⁹⁶ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, samuel.oliveira@sou.fcr.edu.br.

²⁹⁷ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

(mediante autorização) e visitas às comunidades só ocorrerão se o ofício for aceito. Com as campanhas de arrecadação e a articulação institucional, foi alcançado um resultado parcial expressivo, com a coleta de um volume significativo de água potável, que beneficiará diretamente centenas de famílias ribeirinhas em situação de vulnerabilidade. A distribuição da água será realizada com o apoio da Defesa Civil, que ficará responsável pela definição das localidades a serem atendidas. O projeto respondeu de forma efetiva à emergência vivenciada pelas comunidades ribeirinhas, ao buscar garantir o acesso à água potável e promover ações solidárias com impacto social direto. Dessa forma, reafirmou-se o papel da extensão universitária na formação de cidadãos críticos e engajados, fortalecendo a integração entre universidade e sociedade. O trabalho realizado contribuiu significativamente para o exercício da cidadania ativa e para a valorização dos direitos humanos.

Palavras-chave: Crise Hídrica; Comunidades Ribeirinhas; Água Potável; Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 1 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 4, p. 1, 8 jan. 2007.

AMAZÔNICA, REDE. Prefeitura de Porto Velho decreta emergência; cheia do rio Madeira afeta mais de 10 mil pessoas. **G1**, Rondônia, 10 de abr. de 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2025/04/10/prefeitura-de-porto-velho-decreta-situacao-de-emergencia-por-cao-da-cheia-do-rio-madeira.ghtml>. Acesso em 16/04/2025.

CUIDANDO DE QUEM CUIDA: SAÚDE MENTAL DA EQUIPE - COMO OS PROFISSIONAIS LIDAM COM O SOFRIMENTO DOS PACIENTES

Carla Desirée Moraes Silva²⁹⁸

Camila dos Santos Teixeira²⁹⁹

Leidiana dos Santos³⁰⁰

Marcos Antônio Torres Santana³⁰¹

William Azevedo³⁰²

Ainá Barbosa Feitosa³⁰³

RESUMO

O ambiente institucional, especialmente aquele destinado a pessoas que necessitam de cuidados especiais, exerce papel determinante na saúde mental dos indivíduos que nele atuam. São ambientes que expõem profissionais diariamente a desafios constantes para manter sua estrutura, seus serviços e sua equipe técnica. Um exemplo disso é a Associação Casa Família Rosetta, instituição filantrópica que acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade e que apresenta um trabalho voltado ao cuidado integral e humanizado aos seus assistidos. Em espaços como este, os cuidadores, profissionais ou voluntários são, frequentemente, o elo direto entre a pessoa assistida e o mundo exterior, desempenhando atividades que exigem não apenas esforço físico, mas também alto envolvimento emocional, empatia e resiliência. Paradoxalmente, embora essas instituições se dediquem ao cuidado integral de seus assistidos, muitas vezes não dispõem de condições ou estrutura para oferecer o mesmo cuidado àqueles que sustentam essa missão no dia a dia. A ausência de suporte psicológico, de espaços de escuta e acolhimento emocional, bem como estratégias voltadas à promoção da saúde mental, expõe esses trabalhadores a altos níveis de desgaste emocional, sofrimento psíquico e desmotivação. Este cenário, quando negligenciado, compromete não apenas o bem-estar individual, mas também a qualidade do serviço prestado, perpetuando um ciclo institucional de fragilidade. Diante disso, o projeto “Cuidando de quem cuida: Saúde mental da equipe como os profissionais lidam com o sofrimento dos pacientes” propõe refletir criticamente sobre a saúde emocional dos cuidadores em instituições filantrópicas. O objetivo geral é promover o cuidado emocional e a saúde mental dos profissionais diante do sofrimento dos pacientes, por meio de ações reflexivas e de apoio psicológico. Especificamente, busca-se estimular a sensibilização sobre a importância das práticas de cuidado mútuo no exercício profissional, indicar estratégias de enfrentamento emocional no cotidiano institucional e propor uma crítica à temática do abandono e da responsabilização frente à negligência com os cuidadores. Para a realização deste estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório-descritivo. Inicialmente, o grupo realizou uma observação de reconhecimento no local da pesquisa, com o objetivo de compreender o contexto institucional e as dinâmicas relacionadas à saúde mental no ambiente de trabalho. Essa etapa permitiu uma aproximação com os profissionais e o cotidiano institucional, proporcionando uma visão preliminar das demandas emocionais enfrentadas pelos cuidadores. Em seguida, foi aplicada uma ferramenta de coleta de dados composta por perguntas abertas e fechadas, buscando captar tanto dados objetivos quanto percepções

²⁹⁸ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carla.desiree@sou.fcr.edu.br.

²⁹⁹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, camila.teixeira@sou.fcr.edu.br.

³⁰⁰ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leidiana.santos@sou.fcr.edu.br.

³⁰¹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marcos.santana@sou.fcr.edu.br.

³⁰² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, william.junior@sou.fcr.edu.br.

³⁰³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, aina.feitosa@fcr.edu.br

subjetivas dos participantes. As perguntas abertas permitiram que os profissionais expressassem livremente suas opiniões, sentimentos e experiências, favorecendo uma compreensão aprofundada das vivências emocionais no ambiente institucional. Já as perguntas fechadas, com alternativas pré-definidas, possibilitaram a organização e análise quantitativa das informações obtidas. A combinação dessas técnicas visou ampliar a compreensão dos fatores que influenciam a saúde mental dos cuidadores, permitindo uma análise integrada entre os dados objetivos e subjetivos coletados. Os dados foram organizados, interpretados e analisados com base nos pressupostos teóricos da psicologia institucional e da saúde coletiva, respeitando os princípios éticos da pesquisa com seres humanos. Até o momento, o estudo encontra-se na fase de coleta de dados, estando a equipe aguardando o retorno formal da instituição quanto ao aceite e à participação dos colaboradores no preenchimento dos instrumentos aplicados. Apesar da ausência de resultados consolidados, a expectativa é de que a análise das respostas permita identificar os principais fatores de risco e proteção à saúde mental dos cuidadores em instituições filantrópicas, contribuindo para a formulação de estratégias mais eficazes de apoio psicológico e cuidado mútuo no ambiente institucional. Ainda que os dados não tenham sido analisados em sua totalidade, o processo investigativo já evidencia a urgência da temática e o interesse da equipe em promover mudanças efetivas nas práticas institucionais de cuidado, ampliando o olhar para quem sustenta, diariamente, a missão de cuidar. Acredita-se que os achados da pesquisa poderão servir de subsídio para ações futuras de intervenção, sensibilização e formação continuada dos profissionais, reforçando o compromisso com a saúde emocional daqueles que, muitas vezes invisibilizados, sustentam o cotidiano de cuidado nas instituições.

Palavras-chave: Saúde do Cuidador; Ambientes Institucionais; Sofrimento Emocional; Práticas de Cuidado; Acolhimento Psicológico.

REFERÊNCIAS:

BAGATINI, Tatiane; SELLI, Lucilda; RIVERO, Nelson. *O sofrimento psíquico do profissional de saúde na perspectiva do cuidado*. Revista Bioética, v. 14, n. 2, p. 193-217, 2006.

CARDOSO, Lucilene; GALERA, Sueli Aparecida Frari. *O cuidado em saúde mental na atualidade*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 45, p. 687-691, 2011.

DIREITOS HUMANOS E CULTURA DE PAZ: A LUTA CONTRA O BULLYING

Isaque Augusto Silva Nery³⁰⁴
Laura Beatriz Silva de Carli³⁰⁵
Lucas Renato Pinheiro Freire³⁰⁶
Vanessa Rodrigues Moraes³⁰⁷
Lucas Zaramella³⁰⁸
Camile Naje da Silva³⁰⁹
Carolina Simões Correia³¹⁰

RESUMO

A educação em direitos humanos e cultura da paz constitui um pilar essencial para a edificação de uma sociedade caracterizada pela justiça, equidade e democracia. No panorama educacional brasileiro, constata-se uma lacuna significativa: muitos jovens não têm acesso a uma formação sistemática acerca de seus direitos e deveres, nem sobre a relevância da convivência pacífica e do respeito à diversidade. Tal carência formativa pode inadvertidamente fomentar a perpetuação de discursos de ódio, intolerância e conflitos, tanto no ambiente escolar quanto fora dele, viabilizados por meio da prática de bullying. Este projeto de extensão emerge como uma resposta a essa problemática, propondo-se a suprir essa deficiência por intermédio de metodologias inovadoras e participativas, que promovem a conscientização sobre os direitos humanos de maneira acessível e prática. A iniciativa alinha-se, ademais, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especificamente o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), reforçando seu compromisso com a transformação social e a construção de comunidades mais inclusivas e pacíficas. A relevância do projeto transcende o âmbito local, dialogando com prioridades globais e acadêmicas no campo das ciências sociais e da educação. O projeto foi implementado em parceria com os alunos de Psicologia entre 14 de março de 2025 e 16 de junho de 2025, tendo como público-alvo estudantes do ensino fundamental da Escola Franklin D. Roosevelt. A fundamentação metodológica adotada foi a Metodologia 6x1 do Living Peace, um processo cíclico e reflexivo que compreende as etapas de: Observar (identificação dos desafios enfrentados pelos alunos), Escolher (seleção dos temas mais urgentes), Envolver (inclusão dos alunos no processo de aprendizagem), Planejar e Agir (realização das atividades interativas), Avaliar (reflexão sobre os aprendizados adquiridos) e Celebrar (momento de encerramento e reforço dos aprendizados). Foram desenvolvidas diversas atividades interativas, incluindo: Rodas de conversa sobre direitos humanos, abordando temas como liberdade, igualdade e respeito às diferenças. A dinâmica "Julgue Menos", um exercício prático desenhado para reduzir preconceitos e fomentar a empatia entre os participantes. Simulações de conflitos, com o intuito de capacitar os estudantes a resolver problemas cotidianos de forma não violenta. Criação de um "Mural da Paz", onde os alunos puderam expressar, por meio de mensagens escritas, suas ideias sobre como contribuir para um mundo mais justo. A natureza participativa e prática dessas atividades foi fundamental para engajar os jovens estudantes em temas complexos,

³⁰⁴ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isaque.nery@sou.fcr.edu.br.

³⁰⁵ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, laura.carli@sou.fcr.edu.br.

³⁰⁶ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.freire@sou.fcr.edu.br.

³⁰⁷ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vanessa@sou.fcr.edu.br.

³⁰⁸ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.zaramella@sou.fcr.edu.br.

³⁰⁹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, camile.silva@sou.fcr.edu.br.

³¹⁰ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

promovendo uma aprendizagem significativa e a internalização dos valores trabalhados. As atividades do projeto foram implementadas conforme o planejamento na EEEF Franklin D. Roosevelt, observando-se um expressivo engajamento dos estudantes nas diversas dinâmicas propostas. As rodas de conversa, os exercícios de empatia como a dinâmica "Julgue Menos" e as simulações de conflitos contaram com participação ativa, demonstrando o interesse e a receptividade dos alunos aos temas abordados. As interações facilitadas pelos acadêmicos extensionistas com os grupos de estudantes foram constantes e produtivas, como pode ser observado nas imagens que documentam os encontros. Observações qualitativas preliminares, realizadas durante e após as intervenções, indicaram uma acolhida positiva das atividades e uma crescente disposição entre os estudantes para discutir abertamente questões relativas a direitos humanos, respeito mútuo e cultura de paz. O desenvolvimento das atividades e a participação discente evidenciam a transição bem-sucedida do projeto da fase de planejamento para a execução efetiva, com indícios de impacto positivo no ambiente escolar. O projeto logrou êxito na implementação de uma abordagem prática e participativa para o ensino de direitos humanos e cidadania no contexto escolar para combater o bullying. Por meio das metodologias interativas do Living Peace, os estudantes foram estimulados a refletir criticamente sobre seus direitos, deveres e, crucialmente, sobre o impacto de suas atitudes na sociedade e na construção de um ambiente mais justo e pacífico. As atividades desenvolvidas não apenas transmitiram conhecimento, mas também fomentaram habilidades socioemocionais e um senso de responsabilidade social. Conclui-se que a iniciativa contribuiu significativamente para o fortalecimento de uma cultura de paz e para o exercício da cidadania ativa na comunidade escolar envolvida, alinhando-se aos preceitos de uma educação transformadora e preparando os jovens para serem agentes multiplicadores desses valores.

REFERÊNCIAS:

LIVING PEACE INTERNATIONAL. Guia Living Peace 2023-2024: um percurso de educação para a paz.: Living Peace International, 2023. Disponível em: <https://assistentigen3.focolare.org/pt/>. Acesso em: 23/03/2025.

DISGRAFIA NO CONTEXTO ESCOLAR: UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO

Eliomara Barbosa Gonçalves³¹¹

Geovana Gomes de Oliveira³¹²

Sarah Enes da Silva³¹³

Victoria Passos de Souza³¹⁴

Neire Abreu Mota Porfiro³¹⁵

RESUMO

O processo de aprendizagem infantil tem início nas primeiras interações dentro do ambiente familiar, onde se estabelecem os estímulos fundamentais para o desenvolvimento. No entanto, ao longo da jornada escolar, é comum surgirem dificuldades de aprendizagem, que podem comprometer seu rendimento e desenvolvimento. Essas dificuldades podem ter causas orgânicas, sociais, emocionais ou pedagógicas, exigindo uma atenção cuidadosa ao contexto de cada aluno. Quando não identificadas e acompanhadas adequadamente, tendem a gerar impactos significativos na vida escolar e se prolongarem para a vida adulta. Rodrigues e Santos (2021, p.3) afirmam que, mesmo sem apresentar sinais visíveis, a criança pode ter o seu desenvolvimento comprometido por fatores que dificultam a aprendizagem, sendo essencial investigar as causas da não aprendizagem. Embora existam diferentes tipos de dificuldades de aprendizagem, como dislexia, discalculia e disortografia, este estudo tem como foco principal a disgrafia. Trata-se de um transtorno do neurodesenvolvimento que compromete a coordenação motora fina, afetando de forma significativa a escrita. A psicopedagogia como uma área de atuação interdisciplinar, tem como objetivo compreender e intervir nas dificuldades de aprendizagem. Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa, caracterizada como pesquisa-ação, desenvolvida a partir de estudos teóricos e conteúdos trabalhados em sala de aula na disciplina de Psicopedagogia. Com o objetivo de desenvolver e aplicar um recurso pedagógico voltado para estimulação de crianças com disgrafia. A construção do material fundamentou-se na análise de artigos acadêmicos e fontes teóricas sobre a disgrafia e sua intervenção. Para isso, foi confeccionado um quadro sensório-motor que oferece estímulos diversificados para o desenvolvimento da escrita e da percepção tátil. Na parte dedicada ao estímulo da escrita, incorporou-se o alfabeto pontilhado, permitindo que a criança realize o traçado das letras por meio do contorno, favorecendo a coordenação motora fina e a memorização das formas das letras. Além disso, foram incluídas duas roletas segmentadas em sílabas, que ao serem giradas formam palavras com até duas sílabas. A criança deverá escrever a palavra formada, estimulando a associação entre sons e escrita. Outra seção do painel foi destinada à estimulação tátil, composta por superfícies variadas, como feijões e macarrões, que proporcionam diferentes texturas para o contato sensorial. Essa atividade visa aprimorar a percepção tátil, aspecto fundamental para o controle psicomotor envolvido na escrita. O recurso foi planejado como uma ferramenta reutilizável, contando com um pincel e um apagador para uso contínuo. A proposta ainda será entregue à escola, e não houve coleta direta de dados com as crianças. Embora não tenha sido realizada coleta de dados, os resultados esperados foram projetados com base em estudos teóricos e discussões em sala de aula. Acredita-se que o quadro sensório-motor contribua para o desenvolvimento

³¹¹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eliomara.goncalves@sou.fcr.edu.br.

³¹² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, geovana.oliveira@sou.fcr.edu.br.

³¹³ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sarah@sou.fcr.edu.br.

³¹⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, victoria.souza@sou.fcr.edu.br.

³¹⁵ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, neire.mota@fcr.edu.br.

da coordenação motora fina e da percepção tátil, aspectos comprometidos em crianças com disgrafia. O recurso elaborado, portanto, se mostra promissor como material complementar para auxiliar o trabalho pedagógico voltado a crianças com disgrafia no ambiente escolar. A partir de conteúdos estudados em sala de aula e pesquisas teóricas, foi elaborado um quadro com propostas práticas para auxiliar crianças com disgrafia. O processo de criação contribuiu para aprofundar a compreensão sobre os aspectos psicomotores envolvidos na escrita. A atividade reforçou a importância de adaptar métodos conforme as necessidades dos alunos. O recurso se apresenta como uma possibilidade de apoio no ambiente escolar. O estudo atendeu ao objetivo de propor uma estratégia simples, mas significativa, que poderá ser aplicada com a mediação de educadores.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano; Dificuldades de Aprendizagem; Psicopedagogia; Disgrafia.

REFERÊNCIAS:

RODRIGUES., Erika Miranda Silva; SANTOS, Valério Xavier dos. **As dificuldades de aprendizagem e a contribuição da psicopedagogia na escola**. 2021 Artigo científico (Trabalho de Conclusão de Curso) - Curso de licenciatura em Psicopedagogia, UNINTER, 2021.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O USO RACIONAL DA ÁGUA PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Alessandra Luna de Souza³¹⁶
Álvaro Luiz Mendonça de Oliveira³¹⁷
Andreia Boriezeska de Siqueira³¹⁸
Dayse Tainá da Silva Rodrigues³¹⁹
Fabio Alves dos Santos³²⁰
Gabriella Vitoria Pimenta da Silva Finger³²¹
Jucilene de Oliveira Bernardo³²²
José Alberto Oliveira de Paula Machado³²³

RESUMO

O presente trabalho relata o desenvolvimento do projeto de extensão “Educação Ambiental e o Uso Racional da Água para um Futuro Sustentável”, promovido pelos discentes do 7º período do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia (FCR), sob a coordenação do Prof. Dr. José Alberto O. de Paula Machado. O projeto teve como objetivo fomentar a conscientização crítica acerca do uso racional da água e da preservação dos recursos hídricos, por meio da realização de um seminário interdisciplinar com foco na sustentabilidade, na justiça ambiental e na cidadania socioambiental. As discussões foram norteadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente os ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e ODS 15 (Vida Terrestre). A metodologia utilizada teve caráter qualitativo e participativo, fundamentada nos princípios da extensão universitária e no pensamento de Paulo Freire. O evento foi realizado nas dependências da FCR no dia 9 de maio de 2025, contando com a participação de 74 acadêmicos, professores e profissionais especialistas nas áreas jurídica e ambiental. As atividades envolveram palestras, produção de materiais educativos, organização técnica e emissão de certificados. Foram utilizados recursos digitais e presenciais para planejamento, divulgação e execução do seminário, com destaque para o uso da plataforma Even3. Os resultados obtidos demonstraram significativa adesão da comunidade acadêmica e externa, promovendo reflexões críticas sobre a crise hídrica, a ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente (APPs), crimes ambientais na Amazônia e o direito fundamental à água. As discussões abordaram fundamentos constitucionais, legislações ambientais (como as Leis 9.433/1997, 9.605/1998 e 12.651/2012), tratados internacionais e doutrinas relevantes como a de Edis Milaré. O evento contribuiu para o fortalecimento da educação ambiental crítica, para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com práticas sustentáveis.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sustentabilidade; Direito à Água; Extensão Universitária; ODS.

³¹⁶ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alessandra.luna@sou.fcr.edu.br.

³¹⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alvaro.oliveira@sou.fcr.edu.br.

³¹⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andreia.siqueira@sou.fcr.edu.br.

³¹⁹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, dayse.rodrigues@sou.fcr.edu.br.

³²⁰ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fabioasantos@sou.fcr.edu.br.

³²¹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriella.silva@sou.fcr.edu.br.

³²² Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jucilene.bernardo@sou.fcr.edu.br.

³²³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre sanções penais.

ESTIMULAÇÃO SENSORIAL EM CRIANÇAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Ana Carolina Iglesias Rosa³²⁴

Ayla Jhessy Melo De Souza³²⁵

Kauan Miguel França Chrespim³²⁶

Luísa Gularte Arnaut³²⁷

Neire Abreu Mota Porfiro³²⁸

RESUMO

O desenvolvimento infantil é um processo complexo e multifatorial, no qual os estímulos sensoriais desempenham papel essencial na formação de habilidades cognitivas, motoras, sociais e emocionais. Nesse contexto, a estimulação sensorial é compreendida como a exposição planejada e sistemática da criança a diferentes sensações — táteis, visuais, auditivas, gustativas, olfativas e proprioceptivas — com o objetivo de promover a organização neurológica e o amadurecimento de funções essenciais para a aprendizagem. No ambiente escolar, esse tipo de intervenção assume especial relevância, visto que a escola representa um espaço privilegiado para o desenvolvimento global da criança, especialmente na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Diante do contexto explicitado, o objetivo do projeto extensionista foi elaborar e aplicar um painel sensorial na EMEIEF Senador Olavo Pires que auxilia na regulação emocional no Ensino Fundamental. De acordo com Bento e Viana (2021), o painel sensorial é frequentemente utilizado em ambientes escolares inclusivos, como uma estratégia para atender às necessidades de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), transtornos do processamento sensorial ou dificuldades de autorregulação. Os autores destacam que a diversidade de elementos no painel — como espelhos, tecidos, luzes, sons e objetos manipuláveis — proporciona à criança uma experiência multissensorial, contribuindo para seu desenvolvimento integral. Além disso, Lopes e Silva (2020) afirmam que a aplicação do painel sensorial no ambiente escolar pode promover a interação, a concentração e o bem-estar dos alunos, sendo uma ferramenta relevante tanto na Educação Infantil quanto no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com delineamento baseado na pesquisa-ação. Segundo Thiollent (2011), a pesquisa-ação é uma abordagem metodológica que visa à transformação da realidade por meio da intervenção direta no campo de estudo, promovendo a participação ativa dos envolvidos no processo investigativo. Essa escolha metodológica justifica-se pela intencionalidade de promover melhorias no ambiente escolar por meio de práticas que estimulem o desenvolvimento sensorial de crianças com dificuldades de autorregulação. A intervenção foi realizada na escola “Senador Olavo Pires”, com a implementação de um painel sensorial como estratégia pedagógica voltada à estimulação multissensorial. O painel, destinado a compor futuramente a sala de recursos da instituição, foi elaborado com diversos materiais e elementos sensoriais, tais como espelhos, botões, lousa, sementes, brinquedos, luzes e superfícies ásperas (lixa), os quais foram selecionados com o objetivo de oferecer estímulos táteis, visuais e auditivos às crianças. A composição do painel seguiu os princípios da integração sensorial, conforme defendido por Ayres (1979), a qual compreende que o cérebro organiza os estímulos sensoriais recebidos do ambiente para gerar respostas adaptativas e funcionais. Diante disso,

³²⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.rosa@sou.fcr.edu.br.

³²⁵ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ayla.souza@sou.fcr.edu.br.

³²⁶ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kauan.chrespim@sou.fcr.edu.br.

³²⁷ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luisa.gularte@sou.fcr.edu.br.

³²⁸ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, neire.mota@fcr.edu.br

buscou-se favorecer o engajamento das crianças em atividades que potencializassem sua capacidade de autorregulação e atenção. Os resultados da intervenção indicam que o painel sensorial representa um recurso pedagógico com potencial significativo para favorecer o desenvolvimento sensorial e a regulação emocional no contexto escolar. Na EMEIEF Senador Olavo Pires, observou-se a presença de um número expressivo de crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), as quais demonstraram receptividade positiva aos estímulos oferecidos, apresentando comportamentos indicativos de maior engajamento e autorregulação durante o uso do painel. Além dessas, outras crianças da comunidade escolar também interagiram com o recurso, evidenciando que os estímulos sensoriais promovidos são benéficos de forma ampla, especialmente em situações que exigem reorganização emocional ou foco atencional. As observações sistemáticas apontaram para uma melhora na permanência nas atividades, na redução de agitações e na ampliação da autonomia em contextos de aprendizagem, confirmando a eficácia da intervenção sensorial como apoio complementar à prática pedagógica inclusiva. Com isso concluímos a importância de possuímos ferramentas e meios no ambiente escolar melhorando, adaptando e incluindo alunos que possuem dificuldades, seja ela de qualquer segmento sensorial, assim, proporcionando inclusão e conforto para esses alunos de diferentes idades e condições.

Palavras-chave: TEA; Painel Sensorial; Terapias de Integração Sensorial.

REFERÊNCIAS:

AYRES, A. J. **Sensory Integration and the Child**. Los Angeles: Western Psychological Services, 1979.

BENTO, A. C. R.; VIANA, M. F. B. Painel sensorial como ferramenta de apoio no processo de inclusão escolar. **Revista Educação Especial em Debate**, v. 7, n. 1, p. 120–135, 2021. Disponível em: <https://revistaeesd.ufv.br>. Acesso em: 09 jun. 2025.

LOPES, R. A.; SILVA, T. L. Intervenções sensoriais no ambiente escolar: uma análise do uso de painéis multissensoriais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 26, n. 4, p. 621–634, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee>. Acesso em: 09 jun. 2025.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FISCALIZAÇÃO DA CCJ E DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE: A IMPORTÂNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO ÂMBITO DO DIREITO AMBIENTAL

Amanda Victor Valladão Almeida de Carvalho³²⁹

Ana Caroline da Silva Ribeiro³³⁰

André Francisco Araújo dos Santos³³¹

Diego Ítalo Moraes Cardoso³³²

Evelyn Barros de Carvalho³³³

Eloah Leandro da Silva³³⁴

Maria Eduarda Oliveira Lima³³⁵

José Alberto Oliveira de Paula Machado³³⁶

RESUMO

A CCJ (Comissão de Conselho e Justiça) e a Comissão de Meio Ambiente, são duas comissões permanentes da Assembleia Legislativa, que tem por função, deferir ou indeferir projetos de leis estaduais. O objetivo do nosso grupo foi analisar as atribuições específicas que garantem o controle da legalidade e da sustentabilidade das matérias apreciadas. A CCJ exerce o papel de examinar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade das proposições legislativas, enquanto a Comissão de Meio Ambiente se dedica à avaliação de projetos e ações relacionados à preservação ambiental, ao desenvolvimento sustentável e a política ambiental do Estado. Este trabalho tem como foco analisar o papel fiscalizador dentro da estrutura legislativa da ALE-RO, identificando como e em que medida elas contribuem para a efetividade da legislação, e para proteção dos interesses públicos, especialmente no que tange à ordem jurídica e a sustentabilidade ambiental. A pesquisa tem como base documentos institucionais da Assembleia Legislativa, regimentos internos, legislações correlatas e bibliografia especializada sobre o processo legislativo e a função fiscalizadora do parlamento estadual. Foi realizado um estudo de caso, no acompanhamento das sessões públicas que ocorrem no Plenarinho, durante todo o semestre, nas terças-feiras. Foi observado que as duas comissões possuem estrutura regimental prevista, com reuniões periódicas e competência claramente delimitada. Além disso, temos analisado a efetividade prática que muitas das vezes, as comissões necessitam de pressões externas (mídia, sociedade, ou casos concretos). Tivemos a oportunidade de entrevistar o Deputado Ismael Crispin, e ele relatou a importância da participação popular em decisões envolvendo o meio ambiente de nosso Estado, levando em conta que nossa economia é predominantemente voltada ao agronegócio, tema que vem sendo discutido constantemente nas sessões públicas. Embora existam esforços individuais de parlamentares, a atuação institucional das comissões ainda carece de planejamento, transparência e maior articulação com órgãos de controle. O estudo permitiu compreender o papel fiscalizador das comissões da Assembleia Legislativa das Comissões da Assembleia Legislativa de Rondônia. A análise de campo mostrou que a CCJ exerce uma fiscalização formal, centrada na legalidade das proposições. A Comissão de Meio Ambiente atua para uma melhoria do ecossistema de nosso Estado.

³²⁹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, amanda.carvalho@sou.fcr.edu.br.

³³⁰ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.ribeiro@sou.fcr.edu.br.

³³¹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andre.santos@sou.fcr.edu.br.

³³² Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, diego.cardoso@sou.fcr.edu.br.

³³³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, evelyn.carvalho@sou.fcr.edu.br.

³³⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eloah.silva@sou.fcr.edu.br.

³³⁵ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.eduarda@sou.fcr.edu.br.

³³⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

Palavras-chave: Assembleia Legislativa; Meio Ambiente; CCJ; Comissão de Meio Ambiente.

REFERÊNCIAS:

RONDÔNIA. *Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR).* Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/institucional/comissoes/permanentes/ccjr>. Acesso em: 6 jun. 2025.

RONDÔNIA. *Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.* Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/institucional/comissoes/permanentes/meio-ambiente>. Acesso em: 6 jun. 2025.

RONDÔNIA. *Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Portal institucional da ALE-RO.* Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

GRUPOS OPERATIVOS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE SAÚDE INSTITUCIONAL EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

Alciréa Kellen de Farias Tabosa³³⁷

Giovanna Rodrigues de Araújo³³⁸

Josué Marcos da Silva³³⁹

Jorge Luiz da Silva³⁴⁰

Luma Rodrigues Vilacio³⁴¹

Rodrigo Gois da Silva³⁴²

Ainá Barbosá Feitosa³⁴³

RESUMO

Durante nossas visitas técnicas, identificamos que o principal desafio enfrentado pela instituição é de ordem estrutural. A precariedade dos ambientes físicos, a escassez de recursos materiais e humanos, e a insuficiência de equipamentos adequados comprometem diretamente o atendimento aos idosos, pois limitam a oferta de cuidados sistemáticos, dificultam intervenções terapêuticas e reduzem a efetividade das ações de promoção à saúde. Diante disso, propusemos um projeto de intervenção com foco institucional, visando pensar melhorias reais e possíveis para o local. Segundo Nasciutti (1996), a realidade institucional deve ser compreendida como um “objeto complexo” de pesquisa, dotado de um sistema simbólico que lhe confere sentido social, atravessado por um imaginário social que é tanto produto quanto produtor dos imaginários individuais. Além disso, prevê-se que a melhoria no atendimento e na estrutura institucional possa contribuir com a redução do adoecimento dessa população, diminuindo a demanda por outros serviços de saúde e promovendo um cuidado mais preventivo e efetivo. Realizamos duas visitas ao local: na primeira, observamos a rotina institucional; na segunda, entrevistamos os funcionários e analisamos a estrutura do local, assim como as interações dos funcionários com os idosos. Com base nas demandas identificadas, propusemos a criação de um grupo operativo com foco em mobilização institucional. A proposta foi para levantar sugestões práticas e encaminhamentos para contato com órgãos públicos e responsáveis. Durante as visitas à instituição, vimos que, apesar da boa relação entre os funcionários e os idosos, o principal problema está na estrutura da instituição. A falta de médicos e as condições físicas do local foram pontos que apareceram com frequência nas falas dos funcionários. Eles relatam fazer o possível com os recursos que têm, mas a situação acaba dificultando o cuidado com os idosos. Diante disso, pensamos no grupo operativo como uma forma de mobilizar pessoas e setores que possam contribuir com melhorias reais para o espaço. Também entendemos que, ao melhorar as condições dentro do próprio local, é possível promover saúde, prevenindo doenças, inclusive mentais, o que pode ajudar a diminuir a demanda em outros serviços de saúde. A importância da compreensão do processo de envelhecimento junto aos aspectos psicossociais relacionados à saúde mental nesse processo, levando em consideração o seu contexto subjetivo, familiar e social. Portanto, diante dessas considerações é possível perceber a importância dos estudos no que diz respeito

³³⁷ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alcirea.tabosa@sou.fcr.edu.br.

³³⁸ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, giovanna.araujo@sou.fcr.edu.br.

³³⁹ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, josue.silva@sou.fcr.edu.br.

³⁴⁰ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jorge.silva@sou.fcr.edu.br.

³⁴¹ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luma.vilacio@sou.fcr.edu.br.

³⁴² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rodrigo.gois@sou.fcr.edu.br.

³⁴³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, aina.feitosa@fcr.edu.br

tanto à qualidade de vida na terceira idade quanto ao processo de envelhecimento. Isto porque muitos idosos podem permanecer ativos e independentes por mais tempo, demandando apoio e acompanhamento adequado por parte das famílias, profissionais e o Estado, assegurando a dignidade e o direito à vida com qualidade.

Palavras-chave: Grupo Operativo; Infraestrutura Institucional; Psicologia Institucional.

REFERÊNCIAS:

NASCIUTTI, Jacyara C. R. A instituição como via de acesso à comunidade. In: NASCIUTTI, Jacyara C. R. *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 105.

NASCIMENTO, Luciene Costa Simão. **O processo de envelhecimento e seus efeitos psicossociais**. 2020. f. 24. Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia – Anhanguera Educacional, São Paulo, 2020.

AZEREDO, Z. DE A. S.; AFONSO, M. A. N.. **Solidão na perspectiva do idoso**. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 19, n. 2, p. 313–324, mar. 2016.

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA DISCALCULIA: CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Pedro Henrique Caetano³⁴⁴

João Pedro Sales Zimmerman³⁴⁵

Karina Andrade Cavalcante Oliveira³⁴⁶

João Eugênio Malaquias Lemke³⁴⁷

Neire Abreu Mota Porfiro³⁴⁸

RESUMO

O presente trabalho é resultado de um projeto de extensão desenvolvido por acadêmicos do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia, com ênfase nos transtornos de aprendizagem, tendo como foco principal a discalculia. Torna-se imprescindível a compreensão científica de como esse transtorno do neurodesenvolvimento impacta o desenvolvimento infantil e de que maneira, na ausência de intervenções psicopedagógicas adequadas e bem estruturadas, pode comprometer diversas áreas da vida da criança. Conforme apontado na revisão bibliográfica, a discalculia é caracterizada como uma dificuldade específica no aprendizado de habilidades matemáticas, comprometendo a capacidade de compreender, processar e operar com conceitos numéricos, sem que haja prejuízo intelectual, sensorial ou emocional (Guedes; Blanco; Coelho Neto). O projeto teve como objetivo articular conhecimentos teóricos à prática, culminando na elaboração e aplicação de um recurso psicopedagógico em uma instituição de ensino: a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Senador Olavo Gomes Pires, local onde os discentes realizaram estágio supervisionado. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com ênfase na ação pedagógica em sala de aula e na posterior aplicação do recurso psicopedagógico elaborado pelo grupo. Inicialmente, foi realizada uma apresentação teórica sobre os principais conceitos relacionados à discalculia. Em seguida, promoveu-se uma dinâmica com os colegas de turma, os quais foram divididos em dois grupos: um responsável por resolver operações matemáticas simples utilizando números e o outro utilizando formas geométricas no lugar dos numerais, acompanhadas de legendas. A proposta consistia em simular as dificuldades vivenciadas por indivíduos com discalculia. O recurso desenvolvido foi um jogo da memória numérica, composto por 40 cartas plastificadas e coloridas, organizadas por níveis de dificuldade. Vinte cartas apresentavam operações básicas (+, -, ×, ÷), enquanto as outras vinte continham os respectivos resultados. As crianças jogavam em duplas, formando pares entre operações e suas soluções; vencia quem acertasse mais pares. O objetivo do jogo é estimular o raciocínio lógico, a memória de trabalho e a associação numérica. O material foi entregue à escola, acompanhado de orientações quanto à sua utilização, ficando disponível aos professores como ferramenta de apoio em sala de aula. Durante a apresentação do projeto, observou-se elevado interesse por parte dos colegas, tanto na fundamentação teórica quanto na dinâmica aplicada. A matemática, por ser uma área frequentemente associada a dificuldades de aprendizagem, gerou discussões relevantes entre os participantes. Na atividade prática, constatou-se que os estudantes que utilizaram formas geométricas no lugar dos números demoraram, em média, cinco vezes mais para concluir as tarefas, em comparação com os que utilizaram numerais convencionais. Já na escola, o

³⁴⁴ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.caetano@sou.fcr.edu.br.

³⁴⁵ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karina.oliveira@sou.fcr.edu.br.

³⁴⁶ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.zimmerman@sou.fcr.edu.br.

³⁴⁷ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.lemke@sou.fcr.edu.br.

³⁴⁸ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, neire.mota@fcr.edu.br

recurso pedagógico foi bem acolhido pela equipe docente, que demonstrou interesse em utilizá-lo como instrumento de reforço no processo de ensino-aprendizagem. O jogo demonstrou potencial não apenas para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, mas também para a promoção da socialização entre os alunos. A discalculia configura-se como um transtorno de aprendizagem que requer atenção e suporte especializados, pois suas repercussões transcendem o desempenho em matemática, afetando diversos aspectos do desenvolvimento infantil. A criação do recurso psicopedagógico representa um exemplo concreto de como a articulação entre teoria e prática pode contribuir significativamente para o progresso de crianças com dificuldades de aprendizagem. Além disso, reforça o papel do psicólogo escolar e estreita os vínculos entre a universidade e a comunidade educativa.

Palavras-chave: Discalculia; Transtornos de Aprendizagem; Intervenção Psicopedagógica; Jogo Didático; Educação Infantil.

REFERÊNCIAS:

GUEDES, D. F.; BLANCO, M. B.; COELHO NETO, J. Discalculia: dificuldades e possibilidades no processo de ensino-aprendizagem da matemática. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 28, n. 86, p. 100–107, 2011.

PASSOLONGO, T. D.; SOUZA, R. C. A discalculia e suas implicações no processo ensino-aprendizagem da matemática. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 47, p. 639–652, 2013.

SANTOS, L. M.; OLIVEIRA, J. F. Dificuldades de aprendizagem em matemática: a importância do diagnóstico e da intervenção precoce. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 4, p. 571–584, 2014.

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE DAS CALÇADAS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Kayke Gabriel Felicidade Cardoso³⁴⁹

Kauã Peninga dos Santos³⁵⁰

Lucas Felipe Maia Bonfim³⁵¹

Maria Eduarda Couto Barboza³⁵²

Pedro Henrique Caldim³⁵³

Pedro Henrique Guimarães Jovêncio da Silva³⁵⁴

Carolina Simões Correia³⁵⁵

RESUMO

A padronização das calçadas em Porto Velho é uma medida que vai além do aspecto técnico e urbanístico, trata-se de uma questão diretamente ligada aos direitos humanos. A mobilidade segura e acessível é condição fundamental para o exercício pleno da cidadania, especialmente para pessoas com deficiência, idosos, gestantes, crianças e outros grupos em situação de vulnerabilidade. De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional, o Estado tem o dever de garantir que os espaços públicos sejam acessíveis a todos. Nesse sentido, calçadas mal construídas, obstruídas ou inexistentes violam esse princípio, pois restringem o direito de ir e vir e excluem milhares de cidadãos da vida urbana. A padronização assegura que todas as pessoas tenham as mesmas condições de deslocamento, promovendo igualdade de oportunidades. Estimativas apontam que cerca de 90% das calçadas do município encontram-se fora das normas técnicas de acessibilidade, segundo dados levantados por especialistas como o geógrafo Giovanni Bruno Souto Marini e a arquiteta Luciana Cristina Ramalhão. Este projeto propõe a realização de um diagnóstico parcial das calçadas de Porto Velho, com o objetivo de fomentar propostas de intervenção que contribuam para a criação de uma cidade mais inclusiva, segura e acessível. A pesquisa foi conduzida com base, análise documental e estudo comparativo com normas técnicas vigentes. Os dados baseiam-se na observação do site mobilize Porto Velho. As fontes utilizadas incluem o Diagnóstico do Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob) de 2018 e sua revisão em 2021, além de levantamentos realizados por pesquisadores e órgãos municipais como SEMTRAN e SEMUR. A análise de dados revela uma realidade crítica no município de Porto Velho. Os principais problemas detectados incluem: Ausência ou precariedade das calçadas: Diversas áreas da cidade, especialmente nas periferias, não contam com calçamento, o que obriga os pedestres a circular em meio à lama ou poeira. Despadronização: As calçadas não seguem critérios uniformes de largura, alinhamento ou revestimento. Muitas apresentam medidas inferiores a 1,20m de faixa livre, o que infringe as exigências mínimas da NBR 9050. Obstáculos físicos: É comum a presença de postes, rampas de garagem mal posicionadas, árvores plantadas de forma inadequada e até veículos estacionados obstruindo o caminho. Rampas irregulares e desníveis: Rampas construídas fora do padrão técnico representam risco de queda e impedem o uso por pessoas com mobilidade reduzida. Falta de sinalização tátil: A inexistência de pisos táteis em grande

³⁴⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kayke.felicidade@sou.fcr.edu.br.

³⁵⁰ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kaua.peninga@sou.fcr.edu.br.

³⁵¹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.bonfim@sou.fcr.edu.br.

³⁵² Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.barboza@sou.fcr.edu.br.

³⁵³ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.caldim@sou.fcr.edu.br.

³⁵⁴ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.silva@sou.fcr.edu.br.

³⁵⁵ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

parte das vias compromete a mobilidade de pessoas com deficiência visual, Problemas construtivos e de manutenção: Buracos, mato alto, materiais inadequados e ausência de fiscalização agravam o cenário. Infrações por parte de comerciantes: Em muitos pontos, ambulantes e estabelecimentos comerciais ocupam as calçadas indevidamente, reduzindo ainda mais o espaço destinado aos pedestres. A Lei Complementar Municipal nº 748/2018 e o Código de Posturas do Município de Porto Velho estabelecem diretrizes, responsabilidades e parâmetros específicos para a construção, manutenção e padronização das calçadas na cidade, visando proporcionar um espaço seguro, permanente, desobstruído e universalmente acessível para todos os pedestres, principalmente para pessoas com deficiência, idosos, crianças e outros grupos vulneráveis, sendo essa uma expressão do direito humano de ir e vir, da liberdade de locomoção e da dignidade da pessoa humana. A falta de padronização na execução das calçadas revela tanto o descaso de muitos proprietários quanto a dificuldade do poder público em fazer valer suas próprias regras. Este quadro é agravado pelo efetivo limitado de fiscais de posturas — o departamento encarregado de aplicar essas leis. Com um número escasso de agentes para atender às demandas de toda a cidade, torna-se humanamente impossível garantir uma fiscalização permanente e eficaz, aumentando assim a dificuldade de coibir irregularidades, autuar os infratores e, principalmente, de prevenir a perpetuação de um espaço urbano excludente, que afasta grupos já vulneráveis do pleno Exercício de seus direitos humanos. Portanto, é preciso que o poder municipal vá além de legislar: é preciso contratar e capacitar um número suficiente de fiscais, proporcionar recursos materiais para suas atividades, aplicar sanções para os que descumprem a norma, além de apoiar campanhas públicas de conscientização junto à sociedade, mostrando a importância das calçadas para uma cidade mais justa, igualitária, segura, humanizada e respeitadora dos direitos humanos de todos.

Palavras-chave: Calçada; Direitos Humanos; Acessibilidade.

REFERÊNCIAS:

MOBILIZE BRASIL. Quase 90% das calçadas de Porto Velho estão fora da norma. *Mobilize*, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/noticias/11491/quase-90-das-calcadas-de-porto-velho--estao-fora-da-norma.html>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PORTO VELHO. Plano de Mobilidade Urbana – PlanMob. *Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes – SEMTRAN*, [s.d.]. Disponível em: <https://semtran.portovelho.ro.gov.br/plano-mobilidade>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PORTO VELHO. Lei Complementar nº 748, de 27 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o uso, a construção, a conservação e a manutenção de passeios públicos no Município de Porto Velho e dá outras providências. *Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL*, 2018. Disponível em: <https://sapl.portovelho.ro.leg.br/ta/567/text?>. Acesso em: 11 abr. 2025.

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO

Raissa César de Veras Gomes³⁵⁶

Yago Nando Morais Pereira³⁵⁷

Kauan Ramalhaes de Lima³⁵⁸

Fernando Augusto de Almeida Morais³⁵⁹

João Victor Tavares de Oliveira³⁶⁰

Mateus Rodrigues Ferreira³⁶¹

Edson Antônio Sousa Pontes Pinto³⁶²

RESUMO

A Inteligência Artificial (IA) tem se consolidado como uma das tecnologias mais transformadoras da atualidade, afetando uma gama crescente de setores, incluindo o campo jurídico. O uso de algoritmos, aprendizado de máquina e automação no âmbito do direito vem gerando tanto oportunidades quanto desafios significativos segundo Alexandre Morais da Rosa diz em seu artigo “a questão digital” que o impacto da IA no direito. A implementação de ferramentas baseadas em IA, como sistemas de análise preditiva, assistentes virtuais e revisão de documentos automatizada, promete agilizar processos, reduzir custos e aumentar a eficiência dos profissionais da área. No entanto, essas inovações também suscitam questões cruciais relacionadas à ética, à responsabilidade, à privacidade e à garantia de direitos fundamentais. O objetivo geral fora analisar os impactos da IA no campo jurídico, abordando suas implicações éticas, legais e sociais, promovendo a compreensão e reflexão crítica sobre as transformações que a IA pode trazer para o exercício do direito, tanto na prática profissional quanto no desenvolvimento das normas que regulamentam seu uso. E como objetivos específicos foi investigar as áreas do direito que estão sendo impactadas pela Inteligência Artificial, como na automação de processos judiciais, análise preditiva de decisões, e uso de chatbots para atendimento jurídico; discutir questões éticas envolvidas no uso de IA no direito, como a responsabilidade de decisões automatizadas, a imparcialidade dos algoritmos, e a transparência dos processos tecnológicos; avaliar como o uso da Inteligência Artificial no direito pode influenciar a criação de novas normas e regulamentações, abordando temas como proteção de dados, privacidade e a responsabilização por danos causados por sistemas automatizados. O método a ser utilizado nesta pesquisa foi uma combinação de abordagem qualitativa e quantitativa, com ênfase na análise documental, entrevistas e revisão bibliográfica sobre o impacto da Inteligência Artificial no direito, buscando compreender as principais teorias, tendências e práticas já existentes no campo. Essa revisão servirá como base para identificar as áreas de aplicação mais relevantes da IA, como a automação de processos judiciais, a análise preditiva de decisões e o uso de IA para a análise de jurisprudência. A etapa seguinte envolveu a realização de entrevistas com profissionais do direito, especialistas em tecnologia e ética, além de acadêmicos da área. e desafios que surgem no uso dessas tecnologias. Verificou-se que cerca de 10 (50,0%) dos entrevistados responderam que usam totalmente a IA para realizar a pesquisa sobre a jurisprudência e/ou a doutrina, 8 (40,0%) utilizam a IA

³⁵⁶ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, raissa.gomes@sou.fcr.edu.br.

³⁵⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, yago.pereira@sou.fcr.edu.br.

³⁵⁸ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kauan.lima@sou.fcr.edu.br.

³⁵⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fernando.morais@sou.fcr.edu.br.

³⁶⁰ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.tavares@sou.fcr.edu.br.

³⁶¹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rodrigues.ferreira@sou.fcr.edu.br.

³⁶² Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidad de Granada – UGR, Espanha, edson.pinto@fcr.edu.br.

parcialmente e 2 (10%) não utilizam a IA para a pesquisa jurídica. Na questão 2 ficou constatado que 8 (40,0%) dos entrevistados responderam que a IA pode melhorar a análise de processos jurídicos, 11 (55,0%) responderam que parcialmente e 1 (5,0%) disseram que “não”; ficou diagnosticado que 8 (40,0%) dos entrevistados responderam que a IA pode ser uma ferramenta útil para a elaboração de petições, 10 (50,0%) acreditam que parcialmente e 2 (10,0%) disseram que “não”. A IA exerce influência significativa no campo jurídico, especialmente em tarefas como a pesquisa de jurisprudência e a elaboração de petições, embora seu uso ainda seja parcial para muitos profissionais. Essa adoção progressiva demonstra o potencial da IA em aumentar a eficiência e reduzir custos, mas também revela a necessidade de maior preparo técnico, normativo e ético. Questões como a transparência dos algoritmos, a imparcialidade nas decisões automatizadas e a responsabilidade por danos causados por sistemas inteligentes permanecem como desafios centrais. Assim, a implementação eficaz da IA no direito requer não apenas a incorporação de novas tecnologias, mas também um compromisso com o fortalecimento das normas jurídicas e da formação crítica dos operadores do direito, assegurando que os avanços tecnológicos estejam sempre alinhados aos princípios fundamentais da justiça.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Campo Jurídico; Tecnologia.

REFERÊNCIAS:

ROSA, A. M. *A questão digital: o impacto da inteligência artificial no Direito*. Centro Universitário FG, Brasil, 2019.

QUEIROZ, G. N., & DISCONZI, V. S. *O impacto da inteligência artificial no direito: Questões éticas e legais*. Universidade de Gurupi, 2024.

PRIVACIDADE, LIBERDADE E O ALGORITMO: A RECONSTRUÇÃO NA ERA DAS GRANDES EMPRESAS

Amanda Victor Valladão Almeida de Carvalho³⁶³

Edson Antônio Sousa Pontes Pinto³⁶⁴

RESUMO

O Estado Democrático de Direito brasileiro enfrenta novos desafios no contexto digital, especialmente diante do protagonismo crescente das grandes empresas de tecnologia. Essas corporações, por meio de plataformas digitais e sistemas algorítmicos, não apenas influenciam decisões políticas e econômicas, mas moldam o comportamento social e individual com base na coleta massiva de dados. A nova lógica econômica, estruturada no chamado capitalismo de vigilância, atribui valor mercadológico aos rastros digitais dos usuários, transformando informações pessoais em mercadorias altamente lucrativas. Embora a era da informação apresente vantagens inegáveis, como conectividade e acesso ao conhecimento, é necessário ponderar os riscos associados ao controle algorítmico. As tecnologias atuais não apenas preveem, mas também induzem comportamentos por meio de propagandas personalizadas, podendo influenciar opiniões políticas, hábitos de consumo e estados emocionais. Nesse cenário, os dados pessoais tornam-se o insumo principal de uma economia baseada na vigilância contínua, muitas vezes invisível aos olhos do usuário comum. Diante disso, este estudo parte do pressuposto de que é imprescindível repensar os fundamentos da cidadania informacional à luz das novas formas de poder exercidas pelos algoritmos. O objetivo geral da pesquisa é compreender a percepção social sobre privacidade, personalização de conteúdo e influência algorítmica, contribuindo para a formulação de políticas públicas e práticas regulatórias que assegurem transparência, autodeterminação informacional e proteção aos direitos fundamentais. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito de um projeto de extensão universitária, utilizando abordagem qualitativa e quantitativa, com base em raciocínio indutivo. Foram utilizados dados empíricos obtidos por questionário eletrônico aplicado a usuários de plataformas digitais, complementados por análise bibliográfica, documental e normativa sobre privacidade, proteção de dados e constitucionalismo digital. Os resultados obtidos revelam que 95% dos participantes têm consciência de que suas atividades online são monitoradas por plataformas digitais. A totalidade (100%) identificou que os conteúdos exibidos em suas redes sociais ou mecanismos de busca são personalizados com base em seus comportamentos anteriores. Quanto à influência algorítmica, 50% afirmaram perceber impactos diretos sobre suas opiniões políticas, decisões de consumo ou estados emocionais, enquanto os demais demonstraram dúvida ou negaram tal influência. No campo da privacidade, 90% dos respondentes consideram que o uso massivo de seus dados representa uma ameaça a esse direito fundamental. Além disso, 75% avaliam que o Estado tem falhado em oferecer proteção adequada contra os abusos das grandes plataformas tecnológicas. Esses resultados evidenciam uma percepção crítica sobre o modelo de funcionamento das plataformas digitais e reforçam a necessidade de promover a alfabetização digital, revisar os mecanismos de consentimento e estabelecer marcos regulatórios eficazes para limitar o poder das Big Techs no ambiente informacional contemporâneo. A análise empírica demonstra que as práticas de vigilância digital estão incorporadas à rotina social e deixam de ser percebidas como exceções. A vigilância algorítmica passa a constituir uma condição estrutural do ambiente digital contemporâneo, sustentada pela coleta contínua e automatizada de dados comportamentais.

³⁶³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, amanda.carvalho@sou.fcr.edu.br.

³⁶⁴ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidad de Granada – UGR, Espanha, edson.pinto@fcr.edu.br.

Esse modelo de funcionamento transcende a simples utilização de tecnologias para fins de conveniência: trata-se da consolidação de um sistema econômico-informacional que transforma experiências pessoais em ativos estratégicos. A manipulação de dados por grandes corporações digitais coloca em risco a liberdade, a privacidade e a própria noção de cidadania. Nesse contexto, a pesquisa evidencia a necessidade de um novo constitucionalismo digital, capaz de regular de forma efetiva os poderes informacionais das big techs, assegurando a integridade dos direitos fundamentais frente à lógica da monetização comportamental. O reconhecimento do poder dos algoritmos e a naturalização da vigilância como elemento cotidiano apontam para uma reconfiguração estrutural da vida digital, que exige enfrentamento jurídico, político e educacional.

Palavras-chave: Capitalismo de Vigilância; Algoritmos; Privacidade; Dados Pessoais.

REFERÊNCIAS:

RODRIGUES, Douglas; **RODRIGUES**, Luiz Felipe; **DUARTE**, Rodrigo. Constitucionalismo digital e a democracia das “nuvens”. Brasília. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região, n. 42, 2023. Disponível em <<https://revistas.trt7.jus.br/REVTRT7/article/view/152/150>> Acesso em: 08. Abr.2025

PORTUGAL, Fernando Luz Sinimbu; **DI NAPOLI ANDRADE**, Anna Lúcia. O Estado de Direito (en)contra a realidade: os limites materiais do Poder Judiciário no ambiente digital do capitalismo de vigilância. Periagoge, 2024. Disponível em <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/periagoge/article/view/15334>> Acesso em: 08. Abr.2025

COSTA, Ana Carolina Marques Tavares. VIGILÂNCIA E MANIPULAÇÃO DIGITAIS: a democracia sob ataque. Pontifícia universidade católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2024. Disponível em <https://bib.pucminas.br/teses/Direito_AnaCarolinaMarquesTavaresCosta_31025_TextoCompleto.pdf> Acesso em: 09. Abr.2025

FERREIRA MENDES, G; **OLIVEIRA FERNANDES**, V. Constitucionalismo Digital e Jurisdição Constitucional: uma agenda de pesquisa para o caso brasileiro. Revista Justiça do Direito, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 6-51, 2020. DOI: 10.5335/rjd.v34i2.11038. Disponível em <<https://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/11038>> Acesso em: 07. Abr. 2025.

BARROS BORDIGNON, G. Dispositivos de vigilância como tecnologias de controle no capitalismo de dados: redes sociais e smart cities. Revista de Morfologia Urbana, [S. l.], v. 8, n. 2, p. e 00157, 2020. DOI: 10.47235/rmu.v8i2.157. Disponível em <<https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/157>> Acesso em: 15. Abr. 2025.

FORNASIER, Mateus; **KNEBEL**, Norberto. O titular de dados como sujeito de direito no capitalismo de vigilância e mercantilização dos dados na Lei Geral de Proteção de Dados. Revista Direito e Práxis. 2021. Rio Grande do Sul. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/46944>> Acesso em: 05. Abr.2025. SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL COM SERVIDORES PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO

Ana Catarina Martins Fontinelli³⁶⁵
Liza Caroline Teixeira Rocha³⁶⁶
Maria Eduarda Barbosa da Silva³⁶⁷
Maria Lucenita Macedo Silva³⁶⁸
Sirlene Gomes Pereira³⁶⁹
Yêda Magalhães Pinheiro Moraes³⁷⁰
Ainá Barbosa Feitosa³⁷¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta a experiência de acadêmicas do 7º período do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia, em uma atividade de extensão vinculada à disciplina de Psicologia Institucional, realizada em um órgão público no município de Porto Velho. É importante ressaltar, segundo cita NASCIUTTI (1999), que à luz da psicossociologia a análise de uma instituição, e consequentemente a intervenção a ser aplicada nesta, deve considerar não apenas os aspectos formais e históricos da organização, mas também as relações interpessoais e subjetivas que a constituem, ou seja, a compreensão e análise da instituição se dão a partir da interação entre diferentes níveis, o instituído, o funcional e o relacional. Além disso, essa abordagem reconhece que o analista não é neutro, pois também está implicado na realidade que observa. Por isso, os sentidos institucionais devem ser buscados também nas sutilezas, contradições e não-ditos do cotidiano, exigindo uma escuta atenta e uma postura crítica. Dito isso, objetivou-se intervir contribuindo para a promoção da saúde mental e a minimização do sofrimento psíquico que poderia estar relacionado ao ambiente e as relações institucionais, conforme fora observado. Segundo GUARESCHI (1996), a análise das dinâmicas grupais dentro das instituições exige um olhar atento e sensível, já que muitas vezes as relações entre os sujeitos não se mostram de forma explícita. É necessário considerar que certos vínculos são mais latentes do que manifestos e que há, frequentemente, um descompasso entre o discurso oficial e a prática cotidiana. Com base na análise daquilo que foi verbalizado e também do não-dito, houve a intenção de conscientizar sobre os transtornos mentais e suas manifestações, com foco no ambiente e nas relações de trabalho, bem como incentivar o autocuidado, o acompanhamento psicológico e o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento no dia a dia. Foram realizados três encontros no âmbito da ação extensionista, sendo o primeiro voltado à clarificação da demanda com a gestora de pessoal e o responsável pelo órgão público de forma integral, e os dois encontros seguintes com o grupo de servidores. Essa vivência possibilitou uma parceria significativa, abrindo espaço para a realização de futuras ações e garantindo a continuidade do presente trabalho. A experiência mostrou-se de extrema relevância, pois permitiu associar conteúdos discutidos em sala de aula com a prática profissional de forma dinâmica, prática e interativa. Além disso, beneficiou diretamente a comunidade, neste caso, os servidores públicos, ao promover a compreensão sobre a importância do cuidado e do tratamento da

³⁶⁵ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.fontinelli@sou.fcr.edu.br.

³⁶⁶ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, liza.rocha@sou.fcr.edu.br.

³⁶⁷ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.barbosa@sou.fcr.edu.br.

³⁶⁸ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.lucenita@sou.fcr.edu.br.

³⁶⁹ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sirlene.pereira@sou.fcr.edu.br.

³⁷⁰ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, yeda.moraes@sou.fcr.edu.br.

³⁷¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, aina.feitosa@fcr.edu.br.

saúde mental, bem como do bem-estar emocional e psicológico nas relações e dinâmicas de trabalho, indo além de diagnósticos e classificações pontuais. Assim, fortaleceu-se a união entre teoria e prática, contribuindo para uma atuação mais sensível, ética e comprometida com as necessidades reais do contexto institucional. O projeto foi desenvolvido em duas etapas: A primeira referente à observação e levantamento de demandas no contexto institucional; Já na segunda etapa, foram realizados dois encontros, um no mês de maio e outro no mês de junho, contando com a promoção do bem-estar e saúde mental e a conscientização sobre o estresse com base na teoria biopsicossocial. Os métodos utilizados foram: Conversas abertas com os colaboradores, dinâmicas, uso de recursos audiovisuais, atividades, explanação do conteúdo, palestras, entre outros. Tudo isso direcionado ao estresse, saúde emocional, relações de trabalho e autocuidado. O público-alvo foram os servidores públicos, os encontros ocorreram entre os meses de abril e junho de 2025 no próprio ambiente de trabalho, sendo este um órgão público. O projeto contou com cerca de 80 servidores. Em ambos os encontros foram definidos temas de maior interesse do público-alvo “Bem-estar e Saúde Mental” e “Estresse e Ansiedade no Cotidiano”. A taxa de retorno é de 15 de um total de 80 servidores, entre 20 e 60 anos. Na primeira semana foram concluídas duas dinâmicas, música de reflexão A gente se acostuma. Posteriormente foram aplicadas dinâmicas de interação social, para desenvolver a expressividade emocional e psicológica dos servidores. Estratégias para alcançar relação com afinco junto aos servidores, ouvi-los e entender suas demandas de trabalho, possuir análise crítica para identificar relações e possíveis situações de conflitos, neutralizar situações de estresse que identifica, participar planejar ações preventivas mantenedoras para a promoção da saúde mental. Este projeto proporcionou uma experiência prática enriquecedora na área da Psicologia Institucional, possibilitando a integração entre a teoria e prática em um cenário real. Por meio da colaboração com a gestão de recursos humanos e os servidores públicos de Porto Velho, foi viável identificar necessidades e implementar ações voltadas para a conscientização e o autocuidado. As reuniões evidenciaram a relevância da Psicologia Institucional na promoção da saúde mental no ambiente de trabalho, criando oportunidades para futuras intervenções e a continuidade das atividades iniciadas.

Palavras-chave: Psicologia Institucional; Saúde Mental; Servidores Públicos; Psicossociologia.

REFERÊNCIAS:

GUARESCHI, Pedrinho A. Relações comunitárias Relações de dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 81–99.

NASCIUTTI, Jacyara C. Rochael. A instituição como via de acesso à comunidade. In: CAMPOS, Regina Helena F. (org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 100–126.

QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE NO AMBIENTE DE TRABALHO: UMA ABORDAGEM PSICOLÓGICA

Isana Diniz de Matos Souza³⁷²

Laura Rego Ceconello³⁷³

Michelle Barbosa de Campos³⁷⁴

Natacha Claros de Barros Corrêa³⁷⁵

Roanne Leticia Rosa³⁷⁶

RESUMO

O presente projeto de extensão visa abordar questões relacionadas à qualidade de vida e saúde no ambiente de trabalho, considerando os diversos fatores psicossociais que impactam o bem-estar dos trabalhadores. Com o aumento das demandas laborais, pressões por produtividade e transformações nas relações de trabalho, observa-se uma crescente preocupação com a saúde mental dos profissionais em diferentes organizações. A implementação deste projeto justifica-se pela necessidade de desenvolver estratégias que promovam a saúde mental e a qualidade de vida no ambiente laboral, considerando que o trabalho ocupa papel central na vida dos indivíduos. Segundo Dejours (1992), o trabalho pode ser simultaneamente fonte de realização e sofrimento, sendo a organização do trabalho um fator determinante no equilíbrio psíquico dos trabalhadores. Assim, compreender e intervir nos aspectos subjetivos e relacionais presentes nas instituições é essencial para promover ambientes mais saudáveis. De acordo com dados recentes, problemas relacionados à saúde mental no trabalho têm aumentado significativamente, gerando impactos na produtividade, nas relações interpessoais e na saúde dos trabalhadores. O presente projeto tem por objetivo desenvolver ações de promoção à qualidade de vida e saúde no ambiente de trabalho em organizações de Porto Velho, contribuindo para a construção de relações laborais mais saudáveis e produtivas através da aplicação dos conhecimentos da Psicologia Institucional. O projeto será desenvolvido a partir de uma abordagem participativa e contextualizada, considerando as especificidades das organizações parceiras e as demandas identificadas. Iniciando em um diagnóstico diferencial, seguindo por planejamento de intervenção, implementação das ações, avaliação e monitoramento, finalizando com a sistematização e divulgação de resultados. Com a realização do projeto, esperava-se a melhoria dos indicadores de qualidade de vida e saúde mental nas organizações participantes. Pretende-se capacitar gestores para lidar com questões psicológicas no ambiente de trabalho, promovendo uma cultura organizacional mais acolhedora. Está prevista a implantação de políticas que incentivem o bem-estar laboral, o que deve resultar na redução de problemas como absenteísmo, presenteísmo e rotatividade. Além disso, o projeto deverá contribuir para a formação de psicólogos mais preparados para atuar na área da Psicologia Institucional e do Trabalho, ampliando sua qualificação profissional e seu impacto social. O presente projeto foi cuidadosamente elaborado para promover benefícios tanto à instituição parceira quanto à formação acadêmica dos estudantes envolvidos, por meio de ações voltadas à promoção da saúde mental e ao desenvolvimento de competências no campo da Psicologia Institucional e do Trabalho. Apesar do empenho da equipe e das diversas tentativas de contato para viabilizar sua aplicação, não obtivemos retorno da instituição, o que impediu o avanço das atividades previstas. A ausência de resposta indicou uma possível resistência à execução da proposta,

³⁷² Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isana.souza@sou.fcr.edu.br.

³⁷³ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, laura.ceconello@sou.fcr.edu.br.

³⁷⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, michelle.campos@sou.fcr.edu.br.

³⁷⁵ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, natacha.correa@sou.fcr.edu.br.

³⁷⁶ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roanne.rosa@sou.fcr.edu.br.

inviabilizando sua implementação no contexto planejado. Ainda assim, a experiência de planejamento do projeto proporcionou aprendizado significativo, especialmente no que diz respeito à construção de propostas de intervenção e aos desafios inerentes à prática extensionista. Concluimos que, mesmo sem sua aplicação, o projeto permanece relevante e poderá ser adaptado para futuras iniciativas junto a outras organizações interessadas.

Palavras-chave: Saúde Mental; Ambiente de Trabalho; Qualidade de Vida Laboral; Intervenção Institucional; Relações Organizacionais.

REFERÊNCIAS:

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO ENSINO MÉDIO DE RONDÔNIA: ANÁLISE DE CONFORMIDADE ENTRE O REFERENCIAL CURRICULAR E AS DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Edicarlos da Silva Matos³⁷⁷

Cláudia Alessandra Oliveira da Cruz Branco³⁷⁸

Fernando Chagas Hertzel³⁷⁹

João Guilherme Costa Affonso Coêlho³⁸⁰

Jaqueline Bicalho Praia da Costa³⁸¹

Mário Jonas Freitas Guterres³⁸²

RESUMO

A educação étnico-racial é um tema obrigatório nos currículos escolares, amparado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e pela Lei nº 11.645/2008, que visam promover a valorização da diversidade étnica e o combate ao racismo (BRASIL, 2008). Apesar dessa obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, a abordagem interdisciplinar e antirracista ainda esbarra em falhas na formação docente, na resistência institucional e no próprio racismo estrutural. Considerando que a efetividade dos princípios para uma educação decolonial necessita da adequada incorporação aos referenciais curriculares, esta pesquisa objetiva identificar, comparar e avaliar a conformidade textual de termos ligados à diversidade étnica no Referencial Curricular do Ensino Médio de Rondônia (RCEM-RO), em comparação com as DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNs-ERER). Essa análise busca responder à seguinte questão: em que medida o referencial estadual incorpora os principais termos étnico-raciais das diretrizes nacionais? A hipótese é que o RCEM-RO, por apresentar inconsistências textuais e conceituais da temática antirracista, dificulta a “promoção de uma educação que capacite os indivíduos a questionar, analisar e transformar as estruturas sociais existentes” (ARAUJO, 2024, p. 22). Pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e quantitativa, que utiliza análise comparativa de palavras-chave, para compreender o fenômeno estudado a partir da interpretação de dados (MARCONI & LAKATOS, 2022, p. 302). Selecionaram-se 37 palavras-chave, nas DCNs-ERER. Para palavras com variações de terminação, plural ou gênero, utilizou-se o caractere asterisco (MICROSOFT, [s.d.]). A base de pesquisa foram os repertórios da CAPES, SciELO e Google Acadêmico. A análise quantitativa focou em menções explícitas a temas étnico-raciais, enquanto a qualitativa avaliou o alinhamento conceitual. A análise revelou uma incorporação superficial e fragmentada dos princípios da educação antirracista no referencial curricular. Das 37 palavras-chave, o RCEM-RO apresenta 1.067 ocorrências em 860 páginas (1,24/ página), enquanto a DCN apresenta 506 ocorrências em 21 páginas (24,10/ página). Apesar da natureza distinta dos documentos, percebe-se que o quantitativo de páginas no RCEM-RO resultou na diluição do conteúdo. A Lei nº 10.639/2003 é mencionada pela RCEM-RO 6 vezes e na DCN 2 vezes. Mas a Lei nº 11.645/2008, que inclui a história e cultura indígena, está ausente em ambos os documentos, apesar de “povos indígenas” aparecer 14 vezes no RCEM-RO, contra 7 ocorrências na DCN, indicando a necessidade de atualização. Termos centrais como “Combate ao racismo” não

³⁷⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, edicarlos.matos@sou.fcr.edu.br.

³⁷⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, claudia.branco@sou.fcr.edu.br.

³⁷⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fernando.hetzel@sou.fcr.edu.br.

³⁸⁰ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.coelho@sou.fcr.edu.br

³⁸¹ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jaqueline.costa@sou.fcr.edu.br

³⁸² Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Relações Internacionais pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, CEBELA, Brasil, mario.guterres@fcr.edu.br.

constam no RCEM-RO, em contraste com 33 menções na DCN, evidenciando um apagamento textual de conceitos fundamentais. O RCEM-RO privilegia termos genéricos como “Preconceito”, com 159 menções, e “Valorização”, com 70. O termo “Diversidade”, por exemplo, aparece dez vezes mais do que em relação à DCN. Contudo, essa alta frequência sem articular conceitos como “Racismo estrutural” pode resultar numa abordagem voltada a outras formas de diversidade sem necessariamente confrontar o racismo diretamente. A invisibilidade de conteúdos obrigatórios merece atenção, como “História e cultura afro-brasileira”, que não aparecem no RCEM-RO mesmo sendo a base da Lei nº 11.645/2008. Conceitos como “Branqueamento” e “Colonialidade” também estão ausentes, o que limita a capacidade do currículo de promover uma reflexão crítica sobre as desigualdades históricas. Considerando apenas a DCN, observa-se que “Negr” e “Étnico-rac*” representam 32,6% das ocorrências, ao passo que a menção direta aos marcos legais representam apenas 0,6%, o que pode ser compreendido como uma valorização maior da dimensão pedagógica e conceitual do que normativa. Já considerando somente o RCEM-RO, os termos “Diversidade e Preconceit*” somam 31,4%, ao passo que vários termos ligados à educação étnico-racial sequer são mencionados, como por exemplo o “Combate ao racismo”, revelando uma fragilidade na articulação entre legislação e prática pedagógica. Essas abordagens demonstram a natureza de cada documento, apontando seus principais objetivos pedagógicos. Também indica a falta de uma abordagem decolonial plena que articule conceitos relacionados à educação antirracista, o que geram lacunas, reforçam estereótipos e também sustentam o racismo estrutural no ambiente escolar, contribuindo para o epistemicídio negro (CAVALLEIRO, 1998, p. 55). Em síntese, o RCEM-RO demonstra um alinhamento parcial, superficial e fragmentado com as DCNs-ERER. A prevalência de termos genéricos e a omissão de vocabulário antirracista evidenciam uma abordagem que evita o enfrentamento direto do racismo estrutural, ao passo que demonstra contemplar outros tipos de diversidade humana. É recomendável a revisão curricular para incluir termos negligenciados, capacitação docente e articulação com movimentos sociais para uma educação antirracista.

Palavras-chave: Educação Étnico-racial; Racismo Estrutural; Lei 11.645/2008; Análise Curricular; Decolonialidade.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Elana Gonçalo de. *O lugar das literaturas dos PALOP nos referenciais curriculares dos Estados do Nordeste e em alguns sistemas apostilados de ensino*. 2024. 97 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2024. Disponível em: <https://bdtd.ufcg.edu.br/jspui/handle/riufcg/36836>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 1998. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://doceru.com/doc/c55cve8>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. *Metodologia científica*. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p. 139. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770670/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MICROSOFT. *Usando caracteres curinga em pesquisas*. [s.d.]. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/usando-caracteres-curinga-em-pesquisas-ef94362e-9999-4350-ad74-4d2371110adb>. Acesso em: 13 jun. 2025.

APOIO ÀS COMUNIDADES PERIFÉRICAS EM CONFLITOS AMBIENTAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS: COMUNIDADE JARDIM MIRAFLORES

Aline Carolina Mainardi Almeida³⁸³
Cleceñilda Barbosa Sevalho³⁸⁴
Elcio Rafael R. Cortez³⁸⁵
José Roberto Dos Santos³⁸⁶
Márcio Silva dos Santos Júnior³⁸⁷
Maria Eduarda Braga Da Silva³⁸⁸
Pedro Paulo Rodrigues Palma³⁸⁹
Welita Kassia Bongestab G. Moraes³⁹⁰
José Alberto Oliveira de Paula Machado³⁹¹

RESUMO

O projeto de extensão “Apoio às Comunidades Periféricas em Conflitos Ambientais e Movimentos Sociais” foi desenvolvido pelos discentes do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia, com foco na comunidade Jardim Miraflores, em Porto Velho/RO. A iniciativa visou informar os moradores sobre os trâmites legais da regularização fundiária, frente ao Decreto Municipal no 19.817/2024, promovendo uma Reunião Técnica Participativa e orientações jurídicas gratuitas. A experiência propiciou a integração entre teoria e prática, o fortalecimento da cidadania e o protagonismo social, especialmente entre populações vulneráveis e imigrantes. O projeto alinhou-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e consolidou-se como importante prática de justiça socioambiental.

Palavras-chave: Regularização Fundiária; Justiça Ambiental; Direito à Moradia; Extensão Universitária; Comunidade Jardim Miraflores.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: . Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: . Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: . Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Disponível em: . Acesso em: 12 jun. 2025.

³⁸³ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, aline.almeida@catolica.edu.br.

³⁸⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, cleceñilda.sevalho@catolica.edu.br.

³⁸⁵ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, elcio.cortez@catolica.edu.br.

³⁸⁶ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jose.santos@catolica.edu.br.

³⁸⁷ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marcio.santosjr@catolica.edu.br.

³⁸⁸ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.braga@catolica.edu.br.

³⁸⁹ Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.palma@catolica.edu.br.

³⁹⁰ Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, welita.moraes@catolica.edu.br.

³⁹¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Brasil, jose.machado@fcr.edu.br.

BRASIL. Lei no 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana. Disponível em: . Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei Complementar no 80, de 12 de janeiro de 1994. Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em: . Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução no 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Disponível em: . Acesso em: 12 jun. 2025.

FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA. Projeto Pedagógico do Curso de Direito – Disciplina: Direito Ambiental II. Porto Velho, 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Agenda 2030. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: . Acesso em: 12 jun. 2025.

SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

PORTO VELHO (RO). Decreto no 19.817, de 20 de março de 2024. Dispõe sobre a regularização fundiária urbana do Loteamento Jardim Miraflores.

OS EFEITOS DOS BRINQUEDOS EDUCATIVOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Arlen Israel Souza da Silva³⁹²

Ciro Carlos de Moura³⁹³

Glady Monteiro de Moraes³⁹⁴

Roberta Cristina Firmino Lopes³⁹⁵

Neire Abreu Mota Porfiro³⁹⁶

RESUMO

Entende-se que o brinquedo constitui um fator de grande relevância no desenvolvimento cognitivo, uma vez que, no ato de brincar, predomina o processo de assimilação, permitindo que a criança incorpore o mundo à sua própria maneira. Nesse sentido, brincar representa uma atividade dinâmica, prazerosa e interativa, essencial para o desenvolvimento intelectual. Segundo Freud, “o brincar é visto como um meio de aliviar experiências dolorosas, criar fantasias para atender a necessidades não satisfeitas ou cuja expressão fora reprimida”. É, portanto, no jogo simbólico, especialmente por meio de brinquedos educativos, que a criança expressa seus medos, angústias e preocupações, bem como representa emoções observadas no contexto real. Dessa forma, ela dá início e encerramento à construção e organização do seu próprio mundo, moldando e reformulando a realidade de acordo com suas necessidades emocionais e cognitivas. Desse modo, o objetivo geral foi analisar a importância dos brinquedos educativos no processo de ensino e aprendizagem das crianças, à luz da literatura científica, destacando seus impactos no desenvolvimento cognitivo, socioemocional e motor, bem como na promoção de habilidades como pensamento crítico, criatividade, resolução de problemas, concentração, memória visual, paciência, flexibilidade cognitiva, orientação espacial e coordenação visomotora, além da contribuição para o controle do estresse, da ansiedade e da impulsividade. O método adotado para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem da criança fundamenta-se na utilização do brincar como estratégia pedagógica. Essa prática estimula a motivação e promove o desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e motoras, como a capacidade de resolução de problemas, pensamento crítico, criatividade, comunicação, cooperação e manejo de conflitos. A utilização dos brinquedos educativos revela-se, ainda, uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento da coordenação motora fina, aspecto essencial, especialmente, para crianças em fase pré-escolar e para aquelas diagnosticadas com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), as quais frequentemente apresentam dificuldades relacionadas à escrita, ao manuseio de objetos de pequeno porte e ao controle motor. De fato, os brinquedos educativos configuram-se como instrumentos pedagógicos eficazes, estimulam o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de resolução de problemas, fomentam a curiosidade, desenvolvem habilidades sociais, favorecem a concentração, contribuem para a redução da impulsividade, além de potencializarem o desenvolvimento do raciocínio lógico, da flexibilidade cognitiva, entre outras competências. Ademais, seu uso impacta diretamente na promoção da saúde emocional da criança, proporcionando significativa redução dos níveis de estresse e ansiedade. Contudo, embora seja evidente que os brinquedos e as atividades lúdicas contribuem de forma expressiva para o processo de ensino e aprendizagem, tais recursos, por

³⁹² Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, arlen.silva@sou.fcr.edu.br.

³⁹³ Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ciro.moura@sou.fcr.edu.br

³⁹⁴ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, glayde.moraes@sou.fcr.edu.br

³⁹⁵ Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roberta.lopes@sou.fcr.edu.br.

³⁹⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, neire.mota@fcr.edu.br.

si só, não são suficientes. Faz-se imprescindível a intervenção qualificada do professor, que assume o papel de mediador, orientador e facilitador das interações. A utilização dos brinquedos educativos no contexto escolar, especialmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, configura-se como uma estratégia metodológica altamente eficaz no processo de ensino-aprendizagem. Aprender por meio do brincar permite que a criança elabore suas próprias percepções, a partir das experiências sensoriais — como o que vê, ouve, sente e toca —, construindo e reconstruindo sua compreensão de mundo de forma dinâmica, criativa e significativa. Ademais, as atividades lúdicas, quando devidamente valorizadas pelos adultos, possibilitam não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também se constituem em ferramentas potentes para a compreensão dos aspectos afetivos, sociais e comportamentais da criança, contribuindo para a superação de dificuldades no processo educativo.

Palavras-chave: Brincar; TDAH; Educação; Contexto Escolar; Lúdico.

REFERÊNCIAS:

FREUD, S. **Além do princípio do prazer**. Londres: International Universities Press, 1922.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1951.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VYGOTSKY, L. S. Play and its role in the mental development of the child. **Soviet Psychology**, v. 5, p. 6-18, 1933. Tradução publicada em 1967.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.



FACULDADE
FC CATÓLICA
DE RONDÔNIA

COORDENAÇÃO
DE PESQUISA E
EXTENSÃO

ISBN: 978-65-86431-42-1

CBL



9 786586 431421

Porto Velho - RO
2025